

# **I CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

***PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PALMAS:  
UMA CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA,  
DEMOCRÁTICA E DIALÓGICA***

## **DOCUMENTO REFERÊNCIA**

Palmas, novembro de 2012

**COMISSÃO PARA ORGANIZAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO DO PLANO  
MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PALMAS**

**Coordenação Geral**

Luzenir Poli Coutinho da Silveira - Presidente  
Rosilene Lagares - Vice-Presidente

**Representantes do Conselho Municipal de Educação**

Francisco Ribeiro de Sousa  
Ivo Henkmeier  
Weslei Pires Leite

**Representantes da Universidade Federal do Tocantins**

Cristiane Quadros – *ad tempus*  
Isabel Cristina Auller Pereira  
Rosilene Lagares

**Representantes do Conselho Municipal das Associações de Moradores**

Adão Cirqueira Rodrigues  
Albertiza Alves de Sousa

**Representantes da Secretaria Municipal da Educação**

Andreza Fábria Lima Mourão Querido  
Fátima Aparecida Borges Alves  
Luzenir Poli Coutinho da Silveira  
Mário Joaquim Batista  
Sabrina Kelly Vieira Machado – *ad tempus*

**Representante do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Tocantins**

Elis Raik Miranda de Carvalho – *ad tempus*  
Valter Francisco de Almeida

**Representante da Câmara Municipal de Palmas**

Lúcio Campelo Silva

# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	4
HISTÓRICO.....	5
DIAGNÓSTICO.....	6
1 Breve identificação e caracterização física.....	6
2 Aspectos populacionais.....	6
3 Saúde e saneamento.....	11
4 Aspectos Socioeconômicos.....	13
5 Aspectos Culturais.....	16
6 Aspectos Educacionais.....	17
6.1 Educação Infantil.....	20
6.2 Ensino Fundamental.....	23
6.3 Ensino Médio.....	35
6.4 Ensino Superior.....	37
6.5 Educação Profissional.....	40
6.6 Educação Especial na perspectiva Inclusiva.....	40
6.7 Educação do Campo.....	50
6.8 Educação de Jovens e Adultos.....	52
6.9 Educação Prisional.....	55
6.10 Educação Indígena.....	56
6.11 Educação Integral.....	57
6.12 Educação Ambiental.....	60
6.13 Formação e Valorização dos Profissionais da Educação.....	60
6.14 Financiamento da Educação Municipal.....	82
6.15 Mecanismos de Controle Social e Gestão Democrática.....	88
ANEXOS.....	92
ANEXO I – Datas, instrumentos, ações e sujeitos do processo de planejamento da educação iniciado em 2012.....	92
ANEXO II – Síntese das considerações expostas em reuniões de estudo realizadas pela Comissão para Organização e Sistematização do Plano Municipal de Educação de Palmas.....	97

# APRESENTAÇÃO

**N**a busca pela consolidação de um planejamento participativo, democrático e dialógico, apresentamos este Documento Referência contendo o levantamento de dados para diagnóstico e a síntese das considerações realizadas durante as reuniões de estudos promovidos pela Comissão para Organização e Sistematização do Plano Municipal de Educação. Nesse processo, inicialmente, agregou-se à Comissão, o Grupo Articulador para Instalação do Fórum Permanente da Educação de Palmas e, posteriormente, o próprio Fórum já instalado e nomeado.

Destacamos que este Documento, em sua essência, constitui-se uma provocação à análise e discussão coletivas, tendo como base as necessidades, os avanços e os potenciais existentes na educação ofertada no Município. Contudo, as considerações constantes em seus anexos são apresentadas como fala inicial de um diálogo que se estenderá às Conferências Municipais de Educação (2012 e 2013) e que teve, também, como instâncias participativas, os estudos e discussões nas Unidades Educacionais de Palmas e as pré-Conferências no início de novembro do corrente ano.

Não tivemos a pretensão de elaborar um documento para que a comunidade vote sobre suas alterações, mas para fornecer subsídios e considerações iniciais a fim de que o Plano Municipal de Educação de Palmas (PME-Palmas) seja construído a partir das propostas apontadas pela coletividade.

Assim, nós, Comissão para Organização e Sistematização do PME-Palmas e Fórum Permanente da Educação de Palmas (FE-Palmas), esperamos que os dados e informações sejam analisados, confrontados e debatidos para que possamos, juntos, unir nossos saberes e planejar a educação que deverá ser ofertada em nosso Município nos próximos dez anos.

Luzenir Poli Coutinho da Silveira  
Presidente da Comissão para Organização e Sistematização

**N**o município de Palmas, pode-se dizer que, no processo de planejamento da educação, identifica-se uma série de movimentos.

Conforme documentos encontrados, em 1993 foi elaborado o Plano Decenal de Educação do Município de Palmas, por uma Comissão específica, mas sem a participação efetiva da sociedade e que não chegou a ser aprovado em lei. Em 2003, por meio da Portaria Municipal nº 22/2003, foi nomeada a Comissão Organizadora para Coleta de Dados, Elaboração e Montagem do PME em Palmas, mas nenhum plano foi elaborado.

Em 2007, o Conselho Municipal de Educação de Palmas (CME), encaminhou à Secretaria Municipal de Educação a Proposição nº 001/2007, para a elaboração do Plano Municipal de Educação (PME), mas o órgão executivo não prosseguiu com o planejamento educacional.

Em 2011, o CME de Palmas instituiu uma Comissão de Articulação para a Construção do PME, por meio da Portaria CME-PALMAS nº 003/2011; e, esta tem participado efetivamente do processo iniciado em 2012.

Por fim, a Prefeitura de Palmas instituiu e nomeou por meio do Decreto nº 266, de 17 de abril de 2012, a Comissão para Organização e Sistematização do PME, que deu início aos seus trabalhos no dia 26 de abril 2012, conforme cronograma exposto no Anexo I deste Documento.

A partir desse processo de discussão, foi instituído, também, o Fórum Permanente da Educação de Palmas (FE-Palmas), por meio da Lei nº 1.911, de 10 de agosto de 2012, com vistas à participação na elaboração, no acompanhamento e avaliação tanto do PME quanto dos demais planos decenais de educação.

# DIAGNÓSTICO

## 1. Breve identificação e caracterização física

O município de Palmas foi criado por intermédio da Lei Estadual de nº 070, de 26 de julho de 1989, com o desmembramento dos municípios de Porto Nacional e de Taquaruçu do Porto<sup>1</sup>. A capital tocantinense fica localizada no centro geodésico do Estado, limita-se ao Norte com o município de Tocantínia, ao Sul com os municípios de Porto Nacional e Monte do Carmo; a Leste com Aparecida do Rio Negro e a Oeste com Paraíso do Tocantins. Possui clima tropical e forte identidade paisagística, formada por uma faixa de terra com baixa declividade, distância média de 15 km entre a margem do Rio Tocantins e encosta da Serra do Lajeado. Sua extensão territorial é de 2.218,937 km<sup>2</sup>, sendo 176,232 km<sup>2</sup> de área urbana (Lei Complementar nº 155, de 28 de dezembro de 2007). Possui uma densidade demográfica de 102,90 km<sup>2</sup>.

## 2. Aspectos populacionais

A população de Palmas é formada por pessoas oriundas das diversas regiões do país, em razão da implantação do Estado e da sua capital, no final da década de 1980. Diversos fatores contribuíram para a formação da população palmense e tocantinense, dentre eles a posição geográfica em que está localizado o Estado do Tocantins, com fronteira entre seis outros estados das regiões, Norte, Nordeste e Centro Oeste, são eles: Maranhão e Pará ao Norte, Goiás ao Sul, Maranhão Piauí e Bahia, ao Leste; Pará e Mato Grosso, a oeste.

Em 2010, a população palmense era de 228.332 (duzentos e vinte e oito mil, trezentos e trinta e dois) habitantes, desses 49,4% eram homens e 50,6 mulheres. Residiam em área urbana 97,1% e 2,9 em área rural<sup>3</sup>. A taxa média anual de crescimento da população do município de Palmas, no período de 2000 a 2010, foi de 5,21%, sendo o maior índice entre as 10 maiores cidades do Tocantins; obteve uma variação de 66,23

---

<sup>1</sup> <http://www.seplan.to.gov.br/seplan/br/download/14%20-%20Palmas.pdf> acessado em 24/05/2012.

<sup>2</sup> Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

<sup>3</sup> Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

pontos percentuais, conforme demonstrado na Tabela 1. Segundo dados do IBGE/2010<sup>4</sup> estima-se que de 2010 a 2011 a população residente passou de 228.332 (duzentos e vinte e oito mil, trezentos e trinta e dois) para 242.070 (duzentos e quarenta e dois mil e setenta) habitantes, uma taxa de crescimento anual, aproximadamente, de 2,7 a 3%.

TABELA 1- Contagem da população de Palmas-TO, por localização e faixa etária – 2000, 2007,2010<sup>5</sup>.

População(1) (Localização / Faixa Etária)	Ano	0 a 3 anos	4 a 5 anos	6 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 34 anos	35 anos ou Mais	Total
Urbana	2000	12.881	6.298	24.811	9.316	23.505	26.093	31.275	134.179
	2007	12.108	5.984	29.145	9.959	28.610	35.315	45.677	166.798
	2010	15.714	7.737	35.430	13.030	36.320	47.987	65.485	221.703
Rural	2000	320	202	675	171	522	482	804	3.176
	2007	200	122	583	167	389	519	1.166	3.146
	2010	488	273	1.152	360	812	1.127	2.378	6.590
Total	2000	13.201	6.500	25.486	9.487	24.027	26.575	32.079	137.355
	2007	12.308	6.106	29.728	10.126	28.999	35.834	46.843	169.944
	2010	16.202	8.010	36.582	13.390	37.132	49.114	67.863	228.293

Fonte: (1) IBGE - Censo 2000 e 2010 e contagem 2007; (2) IBGE – 2008.

Nota: No resultado total da população, o IBGE inclui a população estimada nos domicílios fechados além da população recenseada.

TABELA 2 – Contagem da população, segundo Brasil, Região Norte, Tocantins e os dez maiores municípios tocaninenses, 2000 e 2010<sup>6</sup>.

Brasil, Região Norte, Tocantins e os 10 maiores municípios tocaninenses	Ano		Variação %
	2000	2010	
Brasil	169.799.170	190.755.799	12,34
Norte	12.900.704	15.864.454	22,97
Tocantins	1.157.098	1.383.445	19,56
<b>Palmas – TO</b>	<b>137.355</b>	<b>228.332</b>	<b>66,23</b>
Araguaína – TO	113.143	150.484	33,00

<sup>4</sup> Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas - DPE. Coordenação de População e Indicadores Sociais - COPIS. NOTA: Estimativas da população residente com data de referência 1o de julho de 2011

<sup>5</sup> Disponível em <http://ide.mec.gov.br/2011/municipios/relatorio/coibge/1721000>, dia 18/10/2012

<sup>6</sup> Disponível em [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br), acessado em 06/09/2012.

Gurupi – TO	65.034	76.755	18,02
Porto Nacional – TO	44.991	49.146	9,24
Paraíso do Tocantins – TO	36.130	44.417	22,94
Araguatins – TO	26.010	31.329	20,45
Guaraí – TO	20.018	23.200	15,90
Tocantinópolis – TO	22.777	22.619	-0,69
Miracema do Tocantins – TO	24.444	20.684	-15,38
Dianópolis – TO	15.428	19.112	23,88

Fonte: Censo Demográfico 2000 e 2010

Vale destacar, que 51,5% da população de Palmas é formada por jovens, com idade entre 15 a 39 anos. Observa-se também que a população em idade escolar é de 10,6%, na faixa etária de 0 a 5 anos (educação infantil) e de 16% de 6 a 14 anos (ensino fundamental), conforme ilustrado na tabela a seguir.

Tabela 3 – População residente em domicílios particulares permanentes, por grupos de idade, segundo Brasil, Tocantins e Palmas e a situação do domicílio – 2010.

	Situação do Domicílio	População residente em domicílios particulares permanentes						
		Total	Distribuição percentual, por grupos de idade (%)					
			0 a 5 anos	6 a 14 anos	15 a 24 anos	25 a 39 anos	40 a 59 anos	60 anos ou mais
BRASIL	TOTAL	190.755.799	8,8	15,3	18,0	24,5	22,7	10,8
	Urbana	160.925.792	8,5	14,7	17,9	25,1	23,1	10,8
	Rural	29.830.007	10,2	18,4	18,4	21,4	20,6	11,0
TOCANTINS	TOTAL	1.383.445	10,8	18,0	19,6	24,2	18,9	8,5
	Urbana	1.090.106	10,6	17,7	20,4	25,2	18,3	7,9
	Rural	293.339	11,4	19,3	16,8	20,6	21,3	10,6
PALMAS	TOTAL	228.332	10,6	16,0	22,1	29,4	17,5	4,4
	Urbana	221.742	10,6	16,0	22,3	29,6	17,4	4,2
	Rural	6.590	11,6	17,5	17,8	23,2	20,9	9,1

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Resultados do Universo Preliminares

Contudo, no período de 2000 a 2010, em relação ao total da população, houve uma redução no percentual de crianças de 0 a 4 anos de 26,07% na zona urbana e de 30,3 na zona rural (Tabela 4).



TABELA 4 – População residente por sexo, situação do domicílio, grupo de idade – 2000 e 2010, Palmas - Tocantins.

População residente por sexo, situação do domicílio e grupos de idade - Amostra - Características Gerais da População												
Município = Palmas – TO												
Grupos de idade	Variável = População residente (Percentual)											
	Sexo X Situação do domicílio X Ano											
	Total				Homens				Mulheres			
	Urbana		Rural		Urbana		Rural		Urbana		Rural	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
0 a 4 anos	11,7	8,65	0,33	0,23	5,94	4,41	0,16	0,13	5,77	4,24	0,16	0,1
Menos de 1 ano	2,4	1,77	0,02	0,03	1,27	0,92	0,02	0,02	1,13	0,85	-	0,02
0 ano	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1 ano	2,31	1,92	0,08	0,03	1,14	1,01	0,03	0,02	1,17	0,91	0,04	0,02
2 anos	2,21	1,64	0,06	0,06	1,16	0,8	0,04	0,04	1,05	0,84	0,02	0,02
3 anos	2,45	1,66	0,08	0,05	1,18	0,79	0,02	0,03	1,27	0,87	0,05	0,02
4 anos	2,33	1,65	0,09	0,06	1,19	0,88	0,05	0,03	1,14	0,77	0,04	0,03
5 a 9 anos	10,3	8,24	0,26	0,26	5,23	4,21	0,16	0,13	5,07	4,03	0,09	0,13
5 anos	2,25	1,67	0,05	0,05	1,16	0,91	0,03	0,02	1,09	0,76	0,02	0,03
6 anos	2,04	1,7	0,04	0,05	1,05	0,82	0,03	0,02	0,99	0,88	0,02	0,03
7 anos	2,19	1,6	0,05	0,05	1,09	0,82	0,04	0,01	1,1	0,78	0,01	0,03
8 anos	1,98	1,61	0,05	0,05	1	0,83	0,04	0,03	0,98	0,79	0,01	0,02
9 anos	1,83	1,66	0,06	0,07	0,91	0,84	0,03	0,05	0,92	0,82	0,03	0,02
10 a 14 anos	10	8,89	0,29	0,35	4,91	4,44	0,15	0,19	5,11	4,46	0,14	0,16
15 a 19 anos	11,7	10,1	0,21	0,23	5,35	4,74	0,12	0,14	6,31	5,32	0,09	0,1
20 a 24 anos	12,2	11,6	0,29	0,23	5,76	5,61	0,15	0,15	6,47	5,99	0,14	0,08
25 a 29 anos	10,4	11,3	0,15	0,25	5,05	5,41	0,08	0,15	5,31	5,84	0,07	0,1
30 a 34 anos	8,64	9,77	0,2	0,24	4,34	4,65	0,09	0,13	4,29	5,12	0,1	0,11
35 a 39 anos	7,13	7,67	0,13	0,19	3,61	3,75	0,07	0,11	3,51	3,93	0,06	0,08
40 a 44 anos	5,21	6,24	0,17	0,18	2,75	3,08	0,1	0,1	2,47	3,16	0,07	0,08
45 a 49 anos	3,74	4,77	0,09	0,17	2,05	2,38	0,08	0,08	1,69	2,39	0,01	0,09
50 a 54 anos	2,42	3,55	0,05	0,15	1,44	1,86	0,03	0,08	0,98	1,69	0,02	0,07
55 a 59 anos	1,64	2,36	0,08	0,08	0,88	1,21	0,05	0,06	0,76	1,15	0,02	0,02
60 a 64 anos	1,11	1,59	0,04	0,11	0,67	0,82	0,03	0,07	0,44	0,78	0,01	0,04
65 a 69 anos	0,65	0,99	0,01	0,06	0,32	0,5	0,01	0,05	0,34	0,49	-	0,01
70 a 74 anos	0,39	0,72	0,02	0,07	0,2	0,38	0,02	0,04	0,19	0,34	-	0,03
75 a 79 anos	0,22	0,42	-	0,04	0,11	0,18	-	0,01	0,12	0,24	-	0,02
80 anos ou mais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
80 a 84 anos	0,18	0,21	0,01	0,02	0,09	0,11	-	0,01	0,1	0,1	0,01	0,01
85 a 89 anos	0,05	0,08	-	0,01	0,02	0,03	-	0,01	0,03	0,05	-	0

90 a 94 anos	0,03	0,04	-	0,01	0,02	0,01	-	-	0,01	0,03	-	0,01
95 a 99 anos	-	0,01	-	-	-	0	-	-	-	0	-	-
100 anos ou mais	-	0,01	-	-	-	0,01	-	-	-	-	-	-
Idade ignorada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE/2000 e 2010.

Cerca de 55,48% da população de Palmas é de cor parda, seguida pela de cor branca, preta, amarela e indígena. Houve uma redução no percentual da população que se declarou parda de 10,86% no período de 1991 a 2000; e, de 2000 a 2010 esse percentual voltou a subir, aumentando nesse período cerca de 2%. No percentual da população que se declarou preta, houve um aumento de 118,37% de 1991 a 2000; e de, aproximadamente, 77,2% de 2000 a 2010.

TABELA 5 – População residente, por cor ou raça, Palmas, Tocantins – 1991,2000 e 2010, Palmas – Tocantins (%).

Cor ou raça (%)							
Ano	Total	Parda	Branca	Preta	Amarela	Indígena	Sem declaração
1991	100	61,02	36,17	2,45	0,24	-	0,12
2000	100	54,39	39,08	5,35	0,22	0,49	0,47
2010	100	55,48	32	9,48	2,86	0,18	0,01

Fonte: Censo Demográfico, 1991,2000 e 2010

TABELA 6 – Unidades domésticas, por tipo, total e respectiva distribuição percentual por organização familiar, segundo Brasil, Tocantins e Palmas, 2010

Unidades domésticas, por tipo							
	TOTAL	Proporção de unipessoais (%)	Distribuição percentual por organização familiar (Nuclear) %.				
			TOTAL	Casal sem filho(s)	Casal com filho(s)	Homem com filho(s)	Mulher com filho(s)
Brasil	57 324 167	12,2	37 997 753	20,7	61,9	2,3	15,1
Tocantins	398 367	12,6	245 927	20,1	64	2,6	13,3
Palmas	40 879	13,7	40 879	20,2	63,3	2,3	14,3

Fonte: IBGE, Censo Demográfico/2010.

A organização familiar nuclear de casal com filhos, em 2010, era de 63,3%; acima da média nacional que era de 61,9%. O percentual de mulheres com filhos era de 14,3%, acima da média estadual que era de 13,3% (Tabela 6).

Na tabela a seguir verifica-se que, em 2010, somente 24,54% da população residente em Palmas era natural do município, 51,9% era de outros municípios tocantinos e 48,10% de municípios de outros estados brasileiros.

TABELA 7 – % da população residente, por naturalidade em relação ao Município e à Unidade da Federação - Resultados Gerais da Amostra, 2010, Palmas, Tocantins.

Naturalidade em relação ao Município e à Unidade da Federação	%
Naturais do município	24,54
Não naturais do município	75,46
Naturais da unidade da federação	51,90
Não naturais da unidade da federação	48,10

Fonte: IBGE/2010\_Banco Sidra - acessado em 06/09/2012

### 3. Saúde e saneamento

TABELA 8 – Distribuição dos Estabelecimentos de Saúde da Rede Municipal por localização geográfica, Palmas - TO – 2012

Local	Postos de Saúde	Unidades de Pronto Atendimento - UPAS
Zona Urbana	32	02
Zona Rural	08	-
Total	40 <sup>1</sup>	02

Fonte: Dados da Secretaria Municipal de Saúde em 30/10/2012

Nota: <sup>1</sup> Nos Postos de Saúde estão distribuídas: 48 Equipes de Saúde da Família, 38 Equipes de Saúde Bucal e 06 PACS

De acordo com informações da Secretaria Municipal de Saúde, a Rede Pública Municipal, conta ainda com: a) 04 (quatro) Policlínicas: 303 Norte, 108 Sul, Aurenny I, Taquaralto; b) 01 (um) Centro de Atenção à Saúde; 01 (um) Centro de Consultas Especializadas de Palmas (CECEP); 05 (cinco) Centros de Referência: Centro de Referência Oftalmológico de Palmas (CEROP), Centro de Especialidades Odontológicas (CEO), Núcleo de Assistência Henfil, Centro de Assistência Psicossocial (CAPS II), Centro de Assistência Psicossocial - Álcool e Drogas (CAPS AD III) e 01 (um) Laboratório Municipal. No município, existem 02 (dois) hospitais públicos mantidos pela Rede Estadual: o Hospital

Geral de Palmas e o Hospital D. Regina. Segundo dados disponibilizados pelo Estudo do Ministério da Saúde, sobre a proporção de pessoas acima do peso no Brasil, no período de 2006 a 2011, a capital tocantinense se manteve estável no percentual de 10% de homens

obesos, mas, entre as mulheres o percentual passou de 7,5% em 2006, para 13,5% em 2011<sup>7</sup>.

No período de 1999 a 2010, houve uma redução de 33,98% na taxa de natalidade, enquanto no mesmo período houve acréscimo de 62,77% na taxa de mortalidade infantil. Observa-se uma redução na referida taxa, no período de 2004 a 2010, de 11,56%, conforme disposto na Tabela 9 .

TABELA 9 – Taxas de Natalidade e de Mortalidade Infantil do município de Palmas, TO - 1999, 2001, 2004, 2007, 2010.

INDICADORES	1999	2001	2004	2007	2010
Taxa de Natalidade	29,57	25,9	21,02	16,96	19,52
Taxa de Mortalidade Infantil	2,82	1,63	5,19	3,53	4,59

Fonte: DATASUS/MS/Palmas-TO

TABELA 10 – Proporção de crianças de 0 a 5 anos de idade residentes em domicílios com responsável ou cônjuge analfabeto e saneamento inadequado, segundo as Unidades do Brasil, Tocantins e Palmas (%).

	Com responsável ou cônjuge analfabeto		Com saneamento inadequado		Com responsável ou cônjuge analfabeto e saneamento inadequado (1)	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
<b>Brasil</b>	24,7	15,2	19,7	11,4	10,3	4,6
<b>Tocantins</b>	29,6	17,4	29,6	17	13,5	5,4
<b>Palmas</b>	11,5	5,7	3,6	2,4	1,2	0,4

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000/2010.

(1) Todas as formas de abastecimento consideradas inadequadas, isto é, sem abastecimento de água por rede geral, sem esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica e sem lixo coletado diretamente ou indiretamente.

TABELA 11 – Distribuição total e respectiva distribuição percentual, por situação do domicílio permanente e tipo de saneamento, Tocantins e Palmas, 2010.

Unidade Federativa	Domicílios particulares permanentes			
	Total	Distribuição percentual, por tipo de saneamento (%)		
		Adequado (1)	Semi-adequado (2)	Inadequado (3)
TOCANTINS	398.367	26,1	57,9	16,0

<sup>7</sup> Acessado em [www.portalsaude.saude.gov.br/portalsaude/noticia/4748/162/palmas-tem-40-da-populacao-com-excesso-de-peso.html](http://www.portalsaude.saude.gov.br/portalsaude/noticia/4748/162/palmas-tem-40-da-populacao-com-excesso-de-peso.html) , em 24/05/2012.

PALMAS	68.679	67,0	31,1	2,0
--------	--------	------	------	-----

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Resultados do Universo.

Nota:

(1) abastecimento de água por rede geral, esgotamento sanitário por rede geral ou fossa séptica e lixo coletado diretamente ou indiretamente.

(2) domicílio com pelo menos uma forma de saneamento considerada adequada.

(3) todas as formas de saneamento consideradas inadequadas

Quanto ao saneamento básico este Município, em 2010, possuía 67% dos domicílios com saneamento adequado (Tabela 11). Segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no período de 2000 a 2010, houve uma redução no percentual de domicílios particulares permanentes com crianças de 0 a 5 anos, que passou de 11,5% para 5,7%, enquanto que nesse mesmo período, no Tocantins, esse percentual passou de 29,6% para 17,4% (Tabela 10).

#### 4. Aspectos Socioeconômicos

O Índice de Desenvolvimento Humano em Palmas era de 0,80 segundo dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2000); e, da infância, 0,72 (UNICEF, 2004). O Produto Interno Bruto (PIB) da capital, em 2009, era de R\$ 2.964.231,00 (dois milhões, novecentos e sessenta quatro mil, duzentos e trinta e um reais) o PIB per capita, nesse mesmo ano, era de R\$ 15.713,27 (quinze mil, setessentos e treze reais e vinte e sete centavos)<sup>8</sup>. No período de 1999 a 2009 o PIB da capital tocantinense passou de R\$ 429.486,00 (quatrocentos e vinte e nove mil, quatrocentos e oitenta e seis reais) para R\$ 2.964.231,00 (dois milhões, novecentos e sessenta e quatro mil, duzentos e trinta e um reais), correspondendo a um crescimento de 590%.

Observa-se, na Tabela 12, que a área de serviços foi a que mais contribuiu na economia palmense. Em 2009, representou 62,87% do PIB, seguido por 23,29% da Indústria e 0,7% da agropecuária. A área de serviços é composta principalmente por sociedades limitadas e firmas individuais, sendo na sua maior parte formada de microempresas, que representam 80% das 4.394 (quatro mil, trezentos e noventa e quatro) empresas existentes em Palmas, segundo dados do site oficial da Prefeitura<sup>9</sup>.

<sup>8</sup>Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.

<sup>9</sup>[http://portal.palmas.to.gov.br/conheca\\_palmas/](http://portal.palmas.to.gov.br/conheca_palmas/) acessado em 17/05/2012

TABELA 12 – Valor adicionado ao Produto Interno Bruto (PIB) em mil reais, 1999, 2001, 2003, 2005, 2007 e 2009 – Palmas, TO.

ANO	PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) EM MIL REAIS	VALOR ADICIONADO BRUTO			
		Agropecuária	Indústria	Serviços	Outros
1999	429.486	7.422	4.853	355.483	74.003
2001	899.143	6.881	192.970	575009	124.283
2003	1.267.810	18.419	322.077	764.996	162.318
2005	1.715.032	19.278	522.302	973.831	199.621
2007	2.258.905	12.939	511.463	1.419.939	314.564
2009	2.964.231	20.727	690.495	1.863.616	389.393

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

As unidades locais, relativas às atividades de agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, representavam, em 2010, 0,65% do total; à agricultura, pecuária e serviços relacionados correspondiam ao percentual de 0,51%; e, 12% relativas à produção florestal. A média salarial nas unidades locais relacionadas a essas atividades varia de 1,3 a 1,4 salários mínimos. (Tabela 13).

TABELA 13 – Unidades locais, pessoal ocupado total e assalariado em 31.12, salários e outras remunerações, salário médio mensal e empresas atuantes, por seção e divisão da classificação de atividades (CNAE 2.0) – 2010, Palmas – TO.

VARIÁVEL	Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0)			
	Total	Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	01. Agricultura, pecuária e serviços relacionados	02. Produção florestal
Número de unidades locais (Unidades)	6.503	42	33	8
Número de unidades locais (Percentual)	100	0,65	0,51	0,12
Pessoal ocupado total (Pessoas)	119.273	117	71	X
Pessoal ocupado total (Percentual)	100	0,1	0,06	X
Pessoal ocupado assalariado (Pessoas)	112.846	75	40	X
Pessoal ocupado assalariado (Percentual)	100	0,07	0,04	X

Salários e outras remunerações (Mil Reais)	2.886.564	666	429	X
Salários e outras remunerações (Percentual)	100	0,02	0,01	X
Salário médio mensal (Salários mínimos)	3,8	1,3	1,4	X
Salário médio mensal (Percentual)	100	34,21	36,84	X
Número de empresas atuantes (Unidades)	6.276	0	0	X
Número de empresas atuantes (Percentual)	100	0	0	X

Nota: Os dados com menos de 3 (três) informantes estão identificados com o caracter X.

Fonte: IBGE - Cadastro Central de Empresas/2010.

O percentual de 26,5% da população na zona urbana e 51,4% na zona rural detem a maior média da renda per capita da população residente, pesquisada pelo Censo Demográfico (IBGE/2010), ½ salário mínimo (Tabela 14). A proporção da população que tem a menor média da renda *per capita*, com até 70,00 (setenta reais), é de aproximadamente 3,5% na zona rural. Desses, a razão entre as médias referentes aos de cores branca/indígena e branca/preta foram de 2.0%, seguida por branca/parda em 1,8%; branca/amarela, 1,5% e preta/parda de 0,9%<sup>10</sup>.

TABELA 14 - Proporção de pessoas residentes selecionadas de classes de tamanho da população do Tocantins e do município de Palmas – 2010

Municípios e classes de tamanho da população dos municípios (habitantes)	População residente em domicílios particulares permanentes	Proporção de pessoas residentes em domicílios particulares permanentes, por classes selecionadas de rendimento mensal total domiciliar per capita nominal (%)			
		Até 70,00 R\$	Até 1/4 salário mínimo (= 127,50 R\$)	Até 1/2 salário mínimo (= 255,00 R\$)	Até 60% da mediana - Brasil total (= 225,00 R\$)
<b>Total</b>					
Tocantins	1 313 779	8,3	21,6	48,7	40,9
Palmas	220 274	1,3	7,7	26,5	20,4
<b>Urbana</b>					
Tocantins	1 050 222	5,4	17,0	42,9	37,7
Palmas	214 748	1,3	7,3	25,9	21,9

<sup>10</sup>Disponível em [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br), acessado dia 21 de maio de 2012.

Rural					
<b>Tocantins</b>	263 557	19,9	40,3	71,6	31,4
<b>Palmas</b>	5 526	3,5	20,6	51,4	12,3

Fonte: IBGE/2010

Segundo Parreira (2010), em todas as regiões urbanas de Palmas, TO, em 2009, a maior taxa de desemprego encontrava-se nas regiões periféricas da capital, sendo 30% na Região do Santa Bárbara, seguidas por Taquaralto com 23,7% , Aurenys com 21%. As regiões mais próximas do Centro, tais como as ARNOS, com 17,4% e as ARNES com menor índice de 9,4%.<sup>11</sup>

Parreira (2010), na sua pesquisa, observou ainda que as maiores rendas médias do pessoal ocupado encontravam-se no Plano Diretor da cidade em comparação com as das regiões periféricas (satélites), sendo nas ARNES, R\$ 2.129,81 (dois mil cento e vinte e nove reais e oitenta e um centavos); ARSOS, R\$ 1.353,17 (um mil, trezentos e cinquenta e três reais e dezessete centavos). Os menores rendimentos médios foram registrados nas regiões: das ARNOS, no valor de R\$ 916,04 (novecentos e dezesseis reais e quatro centavos); e, nos Distritos de Taquaruçu e Buritirana, que registraram a menor média no valor de R\$ 603,60 (seiscentos e três reais e sessenta centavos).

## 5. Aspectos Culturais

Palmas, como na maior parte do país, possui uma diversidade cultural e religiosa significativa, com manifestações que agregam grupos de tradição nordestina, gaúcha e outras.

Dentre as festas populares de manifestação cultural e religiosa do município, destacam-se os Festejos de São José, padroeiro de Palmas (dia 19 de março), o Concurso de Quadrilhas das Festas Juninas realizado no Arraiá da Capital, o Festival Gastronômico de Taquaruçu. Também fazem parte do calendário de festividades, os eventos cívicos relacionados ao Lançamento da Pedra Fundamental de criação da cidade (dia 20 de maio), à Proclamação da Independência do Brasil (7 de setembro) e à criação do estado do Tocantins (5 de outubro).

<sup>11</sup> PARREIRA, Livian. Desenvolvimento Regional e Agronegócio. Dissertação Fina de Pós-Graduação Stricto Sensu. Palmas:UFT, 2009. Disponível em <http://www.uft.edu.br/pgdra/documentos/dissertacoes/Dissertacao%20Final%20-%20Livian%20Parreira.pdf>, Acessado em 21 de maio de 2012.



Além das manifestações culturais anteriormente mencionadas, o calendário de eventos tem sido ampliado, com a realização anual da: Feira do Folclore, Artesanato e Comidas Típicas do Tocantins (Fecoarte); Feira de Negócios de Palmas (Fenepalmas); Feira do Empreendedor, Feira Agropecuária do Tocantins (Agrotins); Feira Literária Internacional do Tocantins (FLIT), que se iniciou com o Salão do Livro.

A comida típica da cultura palmense é bastante influenciada pela cultura goiana, do norte e nordeste, destacando-se: o chambari, a tapioca, o arroz/frango com pequi, o açaí e o cupuaçu. No artesanato, o destaque fica para os materiais feitos com capim dourado, folha da palmeira de Buriti e jatobá (uma planta típica do serrado brasileiro).

Os recursos naturais existentes favorecem o ecoturismo, tendo como atração principal o Distrito de Taquaruçu, com diversas cachoeiras e vales. Também são atrativos turísticos: as praias de água doce (Praia da Graciosa, Praia da Prata, Praia da Ilha do Canela, Praia das Arnos); o Memorial Coluna Prestes e a Praça dos Girassóis; o Espaço Popular da Feira da 304 Sul e a Feira do Bosque.

## 6. Aspectos Educacionais

A educação escolar é composta por **educação básica e superior**, sendo a primeira formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio com a finalidade de desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores<sup>12</sup>. (LDBEN, Lei nº 9394/1996, art. 21 e 22). A educação superior, por sua vez, abrange: cursos sequenciais aos concluintes do ensino médio ou equivalente graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão (LDBEN, Lei nº 1996, art. 44).

A educação básica é direito subjetivo e o seu não oferecimento implica em responsabilização da autoridade competente. É dever do Estado a sua oferta gratuita, sendo responsabilidade dos entes federados a organização dos Sistemas de Ensino em **Regime de Colaboração**, cabendo: aos Estados, a prioridade de oferta do ensino médio e fundamental e, aos municípios, do ensino fundamental e da educação infantil<sup>13</sup> (art. 11 da CF/1988). Outros níveis de ensino somente serão atendidos por estes, quando estive-

---

<sup>12</sup>BRASIL. Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/1996. Brasília, 1996. Disponível em [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso em 09/2012.

<sup>13</sup>\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Assembleia Constituinte. Constituição Federal de 1988. Brasília, 1988. Disponível em [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso em

rem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino. (LDBEN, Lei nº 9394/1996, Art. 10 e 11).

Ressalta-se que, conforme arts. 16, 17 e 18 da LDBEN, no município de Palmas coexistem instituições de diferentes Sistemas de Ensino: Sistema Municipal, Estadual e Federal. São órgãos e instituições do Sistema Federal de Ensino a Universidade Federal do Tocantins, o Instituto Técnico Federal do Tocantins e as instituições de ensino superior, criadas e mantidas pela iniciativa privada; do Sistema Estadual de Ensino, os Colégios e Escolas Estaduais, as instituições de ensino fundamental e médio criadas e mantidas pela iniciativa privada, o Conselho Estadual de Educação, o Conselho Estadual do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e o Conselho Estadual de Alimentação Escolar; do Sistema Municipal de Educação (instituído por meio da Lei nº 1350, de 9 de dezembro de 2004)<sup>14</sup> as escolas e centros municipais de educação infantil, o Centro Municipal de Profissionalização e Educação de Jovens e Adultos, as instituições de educação infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada, o Conselho Municipal de Educação, o Conselho Municipal de Alimentação Escolar e o Fórum Permanente da Educação de Palmas.

Assim, pensar na educação ofertada aos munícipes requer a verificação de dados da oferta desses sistemas em Palmas, visto que funcionam de forma interdependente e complementar, sendo impactados e impactando a realidade local.

Nesse sentido, é importante destacar que, em 2011, Palmas possuía 67.731 (sessenta e sete mil, setecentos e trinta e um) educandos matriculados na Educação Básica, sendo 4.074 (quatro mil e setenta e quatro) nas creches; 5.998 (cinco mil, novecentos e noventa e oito) na pré-escola; 19.924 (dezenove mil, novecentos e vinte e quatro) nos anos iniciais e 17.850 (dezessete mil e oitocentos e cinquenta) nos anos finais do ensino fundamental; 12.437 (doze mil, quatrocentos e trinta e sete) no ensino médio; 2.852 (dois mil, oitocentos e cinquenta e dois) na educação profissional/nível técnico; 2.152 (dois mil cento e cinquenta e dois) no ensino fundamental e 2.444 (dois mil, quatrocentos e quarenta e quatro) no ensino médio da Educação de Jovens e Adultos, conforme Tabela 16.

---

<sup>14</sup>PALMAS. Lei nº 1350, de 9 de dezembro de 2004. Institui o Sistema Municipal de Ensino e dá outras providências. Banco de Leis. Palmas, 2004. Disponível em [www.palmas.to.gov.br](http://www.palmas.to.gov.br) Acessado em 11/2012.

TABELA 15 – Nº de escolas por dependência administrativa, localização geográfica e níveis de ensino da educação básica, do município de Palmas, segundo 2009, 2010 e 2011.

ANO	Dependência Administrativa	Educação Infantil			Ensino Fundamental			Ensino Médio		
		Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
2009	Federal	0	0	0	0	0	0			
	Estadual	1	0	1	18	1	19	19	1	20
	Municipal	29	4	33	33	5	38			0
	Particular	35		35	32		32	8		8
	<b>Total</b>	<b>65</b>	<b>4</b>	<b>69</b>	<b>83</b>	<b>6</b>	<b>89</b>	<b>27</b>	<b>1</b>	<b>28</b>
2010	Federal	0	0	0	0	0	0			
	Estadual	1	0	1	19	0	19	15	0	15
	Municipal	35	4	39	41	5	46			0
	Particular	36	0	36	30		30	8		8
	<b>Total</b>	<b>72</b>	<b>4</b>	<b>76</b>	<b>90</b>	<b>5</b>	<b>95</b>	<b>23</b>	<b>0</b>	<b>23</b>
2011	Federal	0	0	0	0	0	0	1	0	1
	Estadual	1	0	1	21		21	18	0	18
	Municipal	30	3	33	36	5	41	0	0	0
	Particular	34		34	32	0	32	11	0	11
	<b>Total</b>	<b>65</b>	<b>3</b>	<b>68</b>	<b>89</b>	<b>5</b>	<b>94</b>	<b>30</b>	<b>0</b>	<b>30</b>

Fontes: Censo Escolar/Seduc/2009, 2010 e 2011; e INEP/MEC/Diagnóstico do PAR/2010

Nota: As unidades escolares podem oferecer mais de uma etapa/nível de ensino

TABELA 16 – Número de alunos matriculados no município de Palmas, segundo níveis e modalidade – 2011.

Número de Alunos Matriculados no município de Palmas, 2011										
Dependência	Matrícula Inicial									
	Educação Infantil		Ensino Fundamental Regular		Ensino Médio Regular	Educação Profissional (Nível Técnico)	EJA presencial		EJA Semi-presencial	
	Creche	Pré-Escola	1ª a 4ª Série e Anos Iniciais	5ª a 8ª Série e Anos Finais			Nível Fundamental1	Nível Médio 1	Nível Fundamental	Nível Médio
Estadual	0	273	3696	6468	9909	384	324	1863	0	0
Federal	0	0	0	0	913	837	0	168	0	0
Municipal	3016	3923	12262	8807	0	0	1801	0	0	0
Privada	1058	1802	3966	2575	1615	1631	27	413	0	0
<b>Total</b>	<b>4074</b>	<b>5998</b>	<b>19924</b>	<b>17850</b>	<b>12437</b>	<b>2852</b>	<b>2152</b>	<b>2444</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Fonte: (Inep/Educacenso/MEC/2011).

Nota: 1 Inclui os alunos da Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional

## 6.1. Educação Infantil

Conforme disposto na Constituição Federal (art. 208) e na LDBEN/1996 (arts. 21 e 29 a 31), a Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica, ofertada em estabelecimentos educacionais públicos ou privados que, de forma indissociável, educam e cuidam de crianças na faixa etária de 0 a 5 anos, no período diurno, em jornada integral ou parcial, sendo: de 0 (zero) a 03 (três) anos de idade em creches e de 04 (quatro) a 05 (cinco) anos em pré-escolas<sup>15</sup>.

É bom ressaltar que a matrícula na pré-escola é obrigatória e deve ser universalizada até 2016; na creche ainda é uma opção das famílias, contudo, é um direito e deve ser ofertada para os interessados<sup>16</sup>.

Na Rede Pública Municipal as creches passaram efetivamente à política educacional a partir de 2001.<sup>17</sup>

A taxa de matrícula na educação infantil ofertada pela Rede Pública Municipal de Ensino, no período de 2001 a 2011, saltou de 657 (seiscentos e cinquenta e sete) para 4.074 (quatro mil, setenta e quatro) crianças matriculadas na creche, correspondendo um acréscimo de 520%, desses a maior parte é da Rede Municipal que passou de 470 (quatrocentos e setenta) para 3.016 (três mil e dezesseis); enquanto que na Rede Privada, saiu de 187 (cento e oitenta e sete) para 1058 (mil e cinquenta e oito), conforme Tabela 17.

TABELA 17 – Evolução na matrícula na creche, segundo dependência administrativa, 1999, 2001, 2003, 2005, 2007, 2009, 2010 e 2011, Palmas, Tocantins.

Ano	PALMAS				
	Dependência Administrativa				
	TOTAL	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PRIVADA
1999	225	-	-	-	225
2001	657	-	-	470	187
2003	864	-	-	772	92
2005	1.168	-	-	822	346
2007	1.566	-	19	907	640
2009	2.906	-	0	1.978	928
2010	3.628	-	0	2694	934
2011	4.074	-		3016	1058

Fontes: INEP/MEC/EdudataBrasil-1999, 2001, 2003, 2005; e, Censo Escolar-2007, 2009, 2010, 2011.

<sup>15</sup> (Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB 5/2009).

<sup>16</sup> Emenda Constitucional de nº 59/2009 (EC 59/09); Art. 29 da LDBEN/1996; Art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente -ECA/1990.

<sup>17</sup> Creche era a denominação adotada, à época, para as instituições de atendimento às crianças pequenas, em idade de 0 a 6 anos.

Nesse mesmo período, a matrícula na pré-escola no Município obteve um crescimento de 57,63%, desse percentual a maior parte foi da Rede Pública Municipal de Ensino que passou de 654 (seiscentos e cinquenta e quatro) para 3.923 (três mil, novecentos e vinte e três) crianças matriculadas, correspondendo um aumento de 499,85%, enquanto que na Rede Privada foi de 36,03%. Na Rede Estadual ocorreu um decréscimo de 18,26%, considerando a legislação vigente.

TABELA 18 – Evolução na matrícula na pré-escola, segundo dependência administrativa, 1999, 2001, 2003, 2005, 2007, 2009, 2010 e 2011, Palmas, Tocantins.

PALMAS					
Ano	Dependência Administrativa				
	TOTAL	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PRIVADA
1999	2345	-	808	515	1022
2001	3805	-	334	654	2817
2003	4680	-	20	1874	2786
2005	5305	-	26	2992	2287
2007	3836	-	0	1854	1982
2009	4739	-	248	2993	1498
2010	5760	-	252	3863	1645
2011	5998	-	273	3923	1802

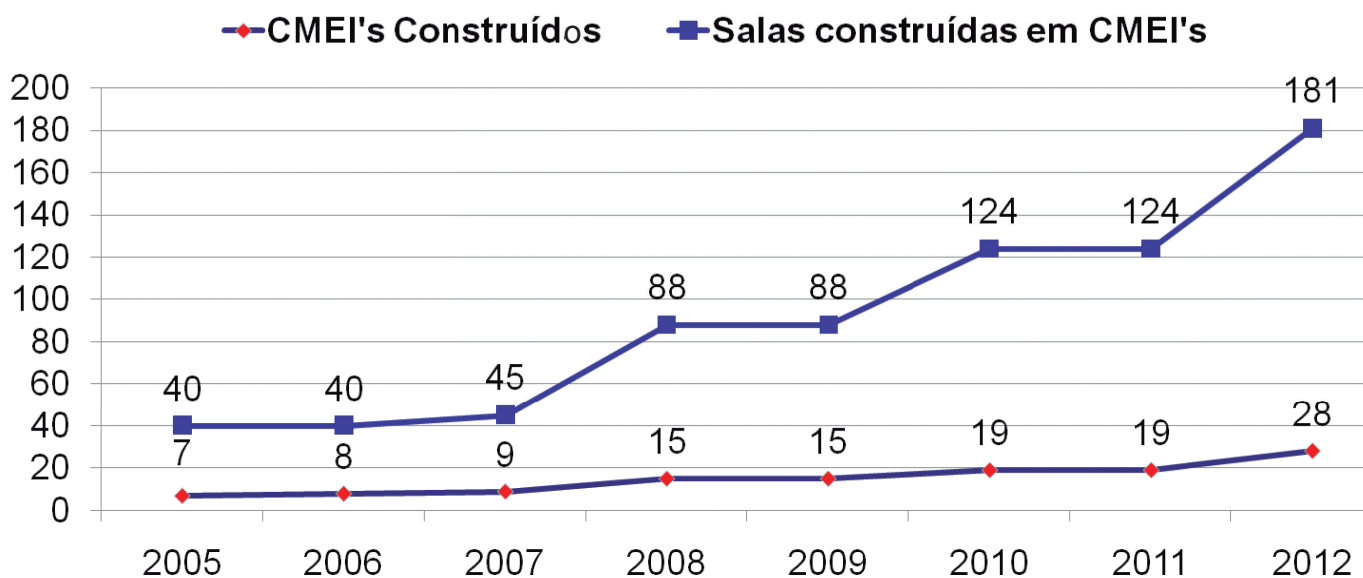
Fontes: INEP/MEC/EdudataBrasil - 1999, 2001, 2003, 2005; e, INEP/MEC/Censo Escolar - 2007, 2009, 2010, 2011.

Os dados evidenciam que a oferta dessa etapa encontra-se em expansão. Em 2011, a matrícula na educação infantil em tempo integral era de 3.065 (três mil e sessenta e cinco) crianças e 3.996 (três mil e novecentos e noventa e seis) em tempo parcial, distribuídas em 19 (dezenove) centros de educação infantil com infraestrutura adequada.

Em 2011, 11 (onze) escolas do ensino fundamental, sendo 3 (três) destas escolas do campo, atendiam 1.136 (um mil, cento e trinta e seis) crianças na 1ª fase da Educação Infantil/Pré-Escola.

Para essa expansão da oferta, houve construção e ampliação da rede física, conforme demonstrado no gráfico a seguir.

GRÁFICO 1- Construção e ampliação de centros de educação infantil



Fonte: Setor de Arquitetura e Engenharia Escolar – Semed

Para além da ampliação física, destaca-se a busca do atendimento educacional qualitativo das crianças pequenas, por meio da publicação de documentos norteadores sistematizados na rede pública municipal: Diretrizes Municipais de Educação Infantil (2011), Referencial Curricular da Educação Infantil (2011), Inclusão na Educação Infantil no Município de Palmas (2011), Recomendações para Infraestrutura e Manual de Boas Práticas na Educação Infantil do Município de Palmas (2009/2012). Os referidos documentos foram construídos e discutidos junto aos professores da rede de ensino, Conselhos da Educação, Conselhos Tutelares, Corpo de Bombeiros, Universidades, Vigilância Sanitária e outras instituições, conforme área de atuação.

Também no sentido da melhoria educacional, em 2009, a Secretaria Municipal da Educação (Semed) promoveu a avaliação da educação infantil da Rede Municipal de Ensino, utilizando o instrumento e a metodologia proposta pelo Documento dos Indicadores de Qualidade da Educação Infantil (2006), do Ministério da Educação, com o objetivo de identificar as necessidades de cada comunidade atendida pela Rede Municipal de Ensino. Participaram dessa avaliação, representantes do Conselho Tutelar, Associação de Moradores e Política

Militar, pais e profissionais da educação.

À época, dentre as fragilidades apontadas com necessidade de intervenção, destacam-se: a) adequação das escolas do ensino fundamental que atendem a educação infantil com: infraestrutura, materiais e mobiliário que favoreçam as experiências e necessidades das crianças; b) formação continuada dos profissionais da educação; e, c) revisão da média de educandos por professor.

Nessa etapa, os dados demonstram a necessidade de ampliação das vagas, pois segundo o Censo 2010/IBGE: das 15.714 crianças de 0 a 3 anos (idade de atendimento na 1ª fase da educação infantil/creche), 3.016 eram atendidas na Rede Municipal e 1.058 na rede privada; ou seja, 25,92% da população alvo; das 7.737 crianças de 4 e 5 anos (idade de atendimento na 2ª fase da educação infantil/pré-escola), 3.923 eram atendidas na Rede Municipal, 1802 atendidas na rede privada e 273 na rede estadual; ou seja, 77,52% da população alvo. Assim, na perspectiva do atendimento de todas; o percentual de crianças não atendidas no sistema educacional, em 2010, era de 74,8% na faixa etária da 1ª fase/creche e 22,48% na 2ª fase/pré-escola.

É importante ressaltar, ainda, que na rede privada, apenas 24 (vinte e quatro) instituições funcionam de forma regular, ou seja, com a devida autorização do Conselho Municipal de Educação, sendo ainda elevado o número daquelas que funcionam ilegalmente.

## **6.2. Ensino Fundamental**

Em 2006, o Ensino Fundamental passou a ter duração de 09 (nove) anos, por intermédio da Lei 11.274, de 06 de fevereiro de 2006, com início aos 06 (seis) anos de idade completos até o dia 31 de março, conforme determina a Resolução CNE/MEC, nº 7 de 14 de dezembro de 2010, com carga horária mínima anual de 800 horas e 200 dias de efetivo trabalho escolar.

Esse nível de ensino tem como objetivo promover a formação básica, mediante:

I o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. (Art. 32 da LDBEN/1996).

Vale registrar que os sistemas de ensino devem assegurar nos três anos iniciais do Ensino Fundamental:

- I – a alfabetização e o letramento;
- II – o desenvolvimento das diversas formas de expressão, incluindo o aprendizado da Língua Portuguesa, a Literatura, a Música e demais artes, a Educação Física, assim como o aprendizado da Matemática, da Ciência, da História e da Geografia;
- III – a continuidade da aprendizagem, tendo em conta a complexidade do processo de alfabetização e os prejuízos que a repetência pode causar no Ensino Fundamental como um todo e, particularmente, na passagem do primeiro para o segundo ano de escolaridade e deste para o terceiro. (Art. 30/Resolução CNE/MEC nº 7/2010)

Em Palmas, a oferta desse nível de ensino, no período de 2001 a 2011, se deu com uma evolução da matrícula bruta de 22,81%. A Rede Privada foi a que apresentou maior índice de crescimento, 41,70% seguida pela Rede Municipal com 38,83%, enquanto que a Rede Estadual ocorreu um decréscimo de 7,31%, conforme exposto na tabela a seguir.

TABELA 19– Evolução na matrícula no ensino fundamental, segundo dependência administrativa, 1999, 2001, 2003, 2005, 2007, 2009, 2010 e 2011, Palmas, Tocantins.

Ano	PALMAS				
	TOTAL	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PRIVADA
1999	36.106	—	15.010	18.122	2.974
2001	30.758	—	10.966	15.176	4.616
2003	30.276	—	10.348	16.147	3.781
2005	29.906	—	9.474	16.456	3.976
2007	33.853	—	9.848	18.342	5.663
2009	36.126	—	9.971	20.251	5.904
2010	37.298	—	9.762	21.033	6.066
2011	37.774	—	10.164	21.069	6.541

Fontes: INEP/MEC/EdudataBrasil - 1999, 2001, 2003, 2005; e, INEP/MEC/Censo Escolar - 2007, 2009, 2010, 2011.

Na Tabela 19, observa-se ainda que a partir da implantação do ensino fundamental de 09 (nove) anos, no período de 2007 a 2011, houve um acréscimo de 11,58%, no número de matrículas; enquanto que, no período de 1999 a 2005, ocorreu um decréscimo de 17,17 pontos percentuais.



No período de 1999 a 2011 houve uma redução significativa na taxa de distorção idade-série. Na Rede Municipal de Ensino de Palmas, a diminuição na referida taxa foi de 70,8% na zona urbana e 52,2% no campo; na Rede Estadual, foi de 64,8% na zona urbana e 100%, no campo; na Rede Particular a redução dessa taxa foi de, aproximadamente, 28,6%, conforme dados constantes na Tabela 20.

TABELA 20 – Taxa de distorção idade-série no ensino fundamental, segundo dependência administrativa, 1999, 2007, 2009, 2010 e 2011, Palmas, Tocantins.

Rede	Taxa de Distorção Idade-série - Ensino Fundamental (Regular).							
	1999		2007		2009		2011	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural
Federal	-	-	-	-	-	-	-	-
Estadual	61,4	-	22,9	33,2	19,6	19,9	21,6	-
Municipal	60,0	60,9	21,1	28,3	19,6	30,5	17,5	29,1
Privada	4,9		3,4		3,7		3,5	

Fontes: INEP/MEC/EdudataBrasil – 1999; e, INEP/MEC/Censo Escolar - 2007, 2009, 2010, 2011

Segundo dados do site do Movimento Todos pela Educação<sup>19</sup>, o país melhorou o indicador referente ao percentual de educandos concluintes dentro da faixa etária. Esse indicador que era de 55,41 pontos percentuais passou de 56,6 para 63,4%. As regiões norte e nordeste eram as que possuíam o menor percentual de concluintes com essa idade, conforme mensurado na Tabela 21.

TABELA 21 – Percentual (%) de educandos que concluíram o ensino fundamental com idade média de 16 anos, segundo Brasil e regiões no período de 2005 a 2009.

	2005	2006	2007	2008	2009
TOTAL	56,6	58,8	60,5	61,5	63,4
Região Norte	38,90%	46,00%	47,50%	50,10%	49,80%
Região Nordeste	38,20%	40,80%	42,00%	44,90%	49,10%
Região Sudeste	70,80%	71,50%	73,70%	74,40%	73,30%
Região Sul	66,60%	68,30%	70,60%	69,30%	72,60%
Região Centro-oeste	59,70%	60,20%	63,70%	64,50%	70,60%

Fonte: Movimento Todos pela Educação - <http://www.todospelaeducacao.org.br>

<sup>19</sup><http://www.todospelaeducacao.org.br/educacao-no-brasil/dados-sobre-as-5-metas/> acessado em 27/06/2012

No município de Palmas, a Taxa de escolarização líquida, no ensino fundamental (7 a 14 anos), era de 90,70 pontos percentuais segundo dados do Censo Demográfico do IBGE/2000.

A taxa de alfabetização das pessoas de 10 anos ou mais, em 2010, era de 96,4%, obtendo o maior índice em relação as taxas alcançadas pelo estado do Tocantins, que era de 88,1%; e a nacional, de 91,0 pontos percentuais.

TABELA 22 – Taxa de alfabetização das pessoas com mais de 10 anos de idade por sexo - 2010, Palmas – Tocantins (%).

Brasil, Unidade da Federação e Município	Sexo	%
Brasil	Total	91,0
	Homens	90,6
	Mulheres	91,3
Tocantins	Total	88,1
	Homens	87,1
	Mulheres	89,2
Palmas – TO	Total	96,4
	Homens	96,2
	Mulheres	96,7

Fonte: IBGE - Censo Demográfico  
Nota: Dados do Universo

TABELA 23 – Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade, por grupo de idade, segundo Brasil, Tocantins e Palmas (%)

	TOTAL		15 A 24 ANOS		25 A 59		60 ANO OU MAIS	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Brasil	13,6	9,6	5,8	2,5	13	8,5	35,2	26,5
Tocantins	18,8	13,1	6,2	2,4	19,2	11,7	56,3	45
Palmas	6,3	3,8	2,3	0,8	6,8	3,4	35,7	22,6

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000/2010.

TABELA 24 – Pessoas de 15 anos ou mais de idade que não sabem ler e escrever, total e respectivas taxas de analfabetismo, por cor ou raça e grupos de idade, segundo Brasil, Tocantins e Palmas – 2010.

	15 ANOS OU MAIS				15 A 24 ANOS				
	TOTAL	BRANCA	PARDA	PRETA	TOTAL	BRANCA	PARDA	PRETA	
Brasil	9,6	5,9	13	14,4	2,5	1,5	3,2	3,4	
Tocantins	13,1	8,7	13,6	20,4	2,4	1,6	2,4	3,3	
Palmas	3,8	2,3	4,2	6,2	0,8	0,5	0,9	1,1	

25 A 39 ANOS					40 A 59 ANOS				
	TOTAL	BRANCA	PARDA	PRETA		TOTAL	BRANCA	PARDA	PRETA
Brasil	5,6	3	7,9	7,7	Brasil	11,6	6,1	17,2	16,8
Tocantins	6,6	4	7	9,7	Tocantins	18,2	10,1	19,9	28,2
Palmas	2	1,1	2,3	3	Palmas	5,8	2,7	7,1	10,8

60 ANOS OU MAIS				
	TOTAL	BRANCA	PARDA	PRETA
Brasil	26,5	16,8	38,9	41,5
Tocantins	45	31,1	47,9	61,3
Palmas	22,6	13,8	26,2	39

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Ressalta-se, conforme Tabela 23, que Palmas possuía, em 2010, a menor taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais, se comparada com a taxa nacional (9,6%) e estadual (13,1%). Observa-se, que do total de analfabetos no Município, o maior percentual era da população das cores preta e parda: 6,2% e 4,2%, respectivamente. Essa diferença está em todas os grupos de idade sendo mais acentuada na população de 60 anos ou mais e a menor taxa (0,8) na população total de 15 a 24 anos, sendo 1,1 da população de cor negra, 0,9 parda e 0,5 da cor branca, conforme apresentadas na Tabela 24.

É importante destacar o coeficiente de variação associados às estimativas da população por cor ou raça que era de 1,7 (IBGE/2009). O da cor amarela e indígena era de 27,6; Preta 6,1; parda, 2,1 e branca 3,4, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em 2009.

No período de 2000 a 2010 a referida taxa total passou de 6,3 para 3,8; correspondendo uma redução de aproximadamente 39,7% (Tabela 23). Nesse mesmo período, houve a redução de 65,2%, da taxa na faixa etária de 15 a 24; de 25 a 59 anos, de 50% e de 60 anos ou mais 36,7 pontos percentuais. A taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais era de 3,8% (Tabela 23); e da população que se declara preta é 6,3 (Tabela 24).

Destaca-se que as diversas pesquisas apontam que a escolarização dos responsáveis pelas crianças contribuem significativamente na sua qualidade de vida, tanto nos aspectos relacionados à saúde física e intelectual. Nesse sentido, a proporção de analfabetos responsáveis por crianças de 0 a 5 anos em Palmas, Tocantins, também foi reduzida em 38,07%,

passou de 11,5% para 5,7% (Tabela 10).

Quanto às taxas de **aproveitamento escolar no ensino fundamental**, no período de, 1999 a 2010, a taxa de aprovação total aumentou, indo de 71,9% para 94,3%. Nesse ínterim, a taxa de abandono diminuiu, passando de 20,7%, para 0,6%. Especificamente, na Rede Municipal de Ensino, a taxa de aprovação passou de 72,3% para 95,9% e a de abandono de 20,5% para 0,5%, uma variação positiva (Tabelas 25 e 26). Observa-se que nesse mesmo período, a matrícula no ensino fundamental em Palmas aumentou 4,62%, saindo de 36.106 em 1999, para 37.774 em 2011.

TABELA 25 – Taxa de aprovação no ensino fundamental, segundo dependência administrativa e localização geográfica, 1999, 2007, 2009, 2010 e 2011, Palmas, Tocantins.

Rede	TAXA DE APROVAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, LOCALIZAÇÃO, 1999,2007, 2009 E 2011 – PALMAS, TOCANTINS.							
	1999		2007		2009		2011	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural
Federal	-	-	-	-	-	-	-	-
Estadual	67,7	-	90,4	93,9	90,4	88,1	89,6	-
Municipal	72,5	68,5	85,2	88,5	95,4	92,8	95,9	95,9
Privada	95,9	-	97,1	-	96,2	-	96,4	-

Fontes: INEP/MEC/EDUDATABRASIL – 1999; e, INEP/MEC/CENSO ESCOLAR - 2007, 2009, 2010, 2011.

TABELA 26 – Taxa de abandono no ensino fundamental, segundo dependência administrativa e localização geográfica, 1999, 2007, 2009, 2010 e 2011, Palmas, Tocantins.

Rede	TAXA DE ABANDONO DO ENSINO FUNDAMENTAL, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, LOCALIZAÇÃO, 1999,2007, 2009 E 2011 – PALMAS, TOCANTINS.							
	1999		2007		2009		2011	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural
Federal	0	-	-	-	-	-	-	-
Estadual	24,1	-	1,8	2,5	1,6	1,9	1,2	-
Municipal	20,3	23,8	1,7	1,6	0,8	0,9	0,5	0,4
Privada	0,9	0,9	0,6	-	0,3	-	0,2	-

Fontes: INEP/MEC/EDUDATABRASIL – 1999; e, INEP/MEC/CENSO ESCOLAR - 2007, 2009, 2010, 2011.

O Ensino Fundamental de 09 (nove) anos foi implantado em 100% das escolas em todas as redes (municipal, estadual e privada). Na Rede Pública Municipal, a maior parte dos espaços físicos, mobiliários, materiais didáticos e pedagógicos e a Proposta Pedagógica, estão sendo adaptados.

Na referida rede, há definições administrativas quanto à ênfase no processo de alfabetização e letramento dos educandos (Portaria GAB/SEMED de nº 853, de 25 de agosto de 2010). Assim, anualmente, é oferecida a formação continuada para os professores da Rede Municipal de Ensino, principalmente dos 03 (três) primeiros anos da escolarização, na metodologia do Pró-Letramento, do Ministério da Educação - MEC, com duração de 120 horas. No desenvolvimento do curso, conforme relatórios, a equipe de formação continuada identificou a necessidade de: a) medidas para diminuir a rotatividade dos professores que atuam no ciclo de alfabetização; b) realização de monitoramento em relação à prática dos professores pós-formação; e, c) maior adesão, por parte das Unidades Educacionais, às formações ofertadas por meio do programa.

A Rede Municipal de Ensino contava, em 2011, com cerca de 93% das escolas do ensino fundamental que oferecem apoio pedagógico coletivo aos educandos com dificuldades de aprendizagem, por intermédio do acompanhamento em Letramento e Matemática do Programa Mais Educação. Entretanto, a frequência ainda é baixa, devido a diversos fatores a serem mapeados.

No tocante ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) a Rede Pública de Palmas obteve, no 5º ano do ensino fundamental, elevação<sup>20</sup> do número de educandos que alcançaram o nível adequado na Prova Brasil, nos anos de 2007 e 2009 (Tabela 27).

TABELA 27 – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica apresentados pela Rede Pública Municipal e Estadual nas avaliações do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e metas projetadas.

Anos Iniciais do Ensino Fundamental												
	Ideb Observado			Metas Projetadas								
PALMAS	2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Estadual	4,5	4,6	4,9	5,3	4,5	4,9	5,3	5,5	5,8	6,0	6,3	6,5
Municipal	3,8	4,4	5,6	5,8	3,9	4,3	4,7	4,9	5,2	5,5	5,8	6,1

<sup>20</sup> <http://www.todospelaeducacao.org.br/> acessado em 11/06/2012.

Anos Finais do Ensino Fundamental												
	Ideb Observado			Metas Projetadas								
PALMAS	2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Estadual	3,7	4,0	4,2	4,3	3,7	3,9	4,1	4,5	4,9	5,2	5,4	5,7
Municipal	3,5	3,8	5,0	5,0	3,5	3,6	3,9	4,3	4,7	5,0	5,2	5,5

Fonte: Inep - [www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br) acessado em 25/06/2012 e atualizado em 15/08/2012.

Nota: Pontuação mínima na escala do SAEB, estabelecida pelo Todos pela Educação como adequados a cada série: acima de 200 pontos em Língua Portuguesa e acima de 225 pontos em Matemática, isso para o 5º ano do ensino fundamental e acima de 275 pontos em Língua Portuguesa e 300 em Matemática para o 9º ano do ensino fundamental.

A Rede Municipal superou as metas do Índice de Desenvolvimento da Educação projetadas pelo MEC para 2011, tanto para os anos iniciais como para os anos finais do ensino fundamental, atingindo as metas projetadas para 2019 e 2017 respectivamente, ultrapassando as metas do Tocantins conforme descritas nas tabelas abaixo, como também a meta nacional para o 5º ano, que era de 4,6; e a meta para o 9º ano que era de 3,9.

TABELA 28 – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica alcançados pela Rede Pública Estadual e Municipal, 4ª série/5º ano e 8ª série/9º ano.

4ª série / 5º ano rede municipal												
	Ideb Observado			Metas Projetadas								
Município	2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
PALMAS	3,8	4,4	5,6	5,8	3,9	4,3	4,7	4,9	5,2	5,5	5,8	6,1
4ª série / 5º ano rede estadual												
	Ideb Observado			Metas Projetadas								
Município	2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
PALMAS	4,5	4,6	4,9	5,3	4,5	4,9	5,3	5,5	5,8	6,0	6,3	6,5
8ª série / 9º ano rede municipal												
	Ideb Observado			Metas Projetadas								
Município	2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
PALMAS	3,5	4,0	4,2	4,3	3,7	3,9	4,1	4,5	4,9	5,2	5,4	5,7
8ª série / 9º ano rede estadual												
	Ideb Observado			Metas Projetadas								
Município	2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
PALMAS	3,7	4,0	4,2	4,3	3,7	3,9	4,1	4,5	4,9	5,2	5,4	5,7

Fonte: INEP - <http://ideb.inep.gov.br/resultado/> acessado em 30/10/2012.

Para avaliação do índice de desenvolvimento dos educandos, a Secretaria Municipal da Educação de Palmas implantou o Sistema de Avaliação Educacional de Palmas (SAEP). Este sistema é desenvolvido em consonância com as exigências do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), com foco nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, abrangendo as turmas de 5º e 9º anos do Ensino Fundamental da Rede de Ensino de Palmas.

Segundo a Assessoria de Indicadores Educacionais da Semed, o SAEP visa subsidiar a gestão escolar e os docentes na tomada de decisão para melhorar a educação pública municipal, com dados periódicos e consistentes sobre o desempenho dos educandos.

TABELA 29 – Resultados das escolas da rede pública municipal de ensino na avaliação diagnóstica do SAEP- 2011/1º semestre.

RESULTADO FINAL DA REDE MUNICIPAL										
5º ANO	Médias					Alunos				
	Média Geral U.E.	Médio - exceto NEE	Médio - Alunos NEE	Português	Matemática	Matriculados	Avaliados	NEE*	Ausentes	Ausentes %
Palmas	5,48	5,49	4,63	5,15	5,86	2.757	2.501	27	256	9%
9º ANO	Médias					Alunos				
	Média Geral U.E.	Médio - exceto NEE	Médio - Alunos NEE	Português	Matemática	Matriculados	Avaliados	NEE*	Ausentes	Ausentes %
Palmas	5,89	5,89	5,23	5,71	5,96	2.065	1.829	10	236	11%

\*NEE = Necessidades Educativas Especiais

No relatório gerado a partir dos dados do SAEP, firma-se a necessidade de atenção, mobilização e envolvimento dos professores e da comunidade em geral para realizar análise crítica dos resultados, visando compreender a ação educativa e pedagógica, encontrar caminhos e mecanismos necessários para a melhoria da educação.

Em termos de infraestrutura a Rede Municipal de Ensino de Palmas, em 2011, possuía 41 (quarenta e uma) escolas, dessas: 3 (três) são de tempo parcial, 25 (vinte e cinco) de jornada ampliada e 13 (treze) de tempo integral. É bom ressaltar que a política educacional da Rede Municipal visa implantar o regime em tempo integral em 100% das Unidades Educacionais; assim, aproximadamente, 83% das escolas necessitam de adequações para esse atendimento.

GRÁFICO 2 - Construção e ampliação de escolas municipais

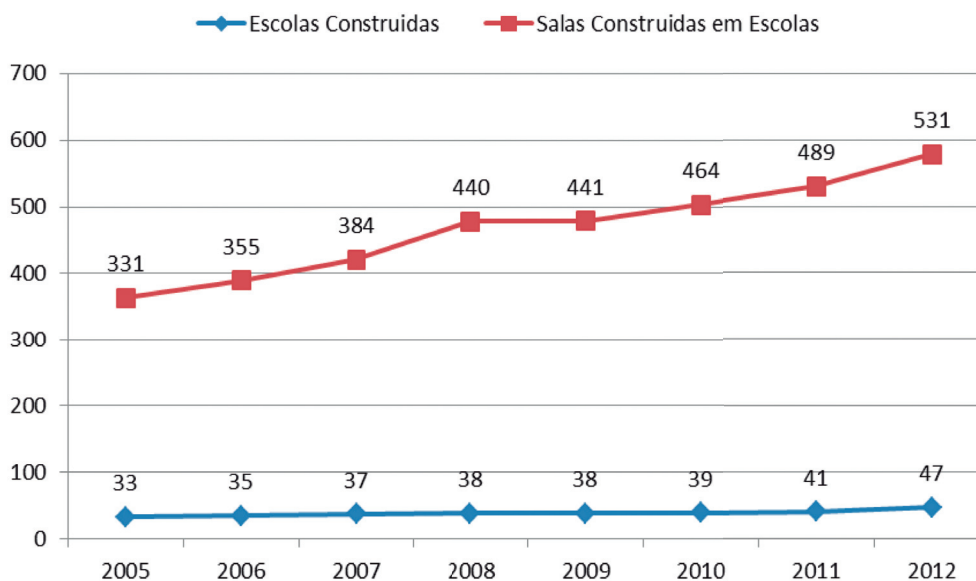


GRÁFICO 3 - Laboratórios e auditórios das escolas públicas municipais

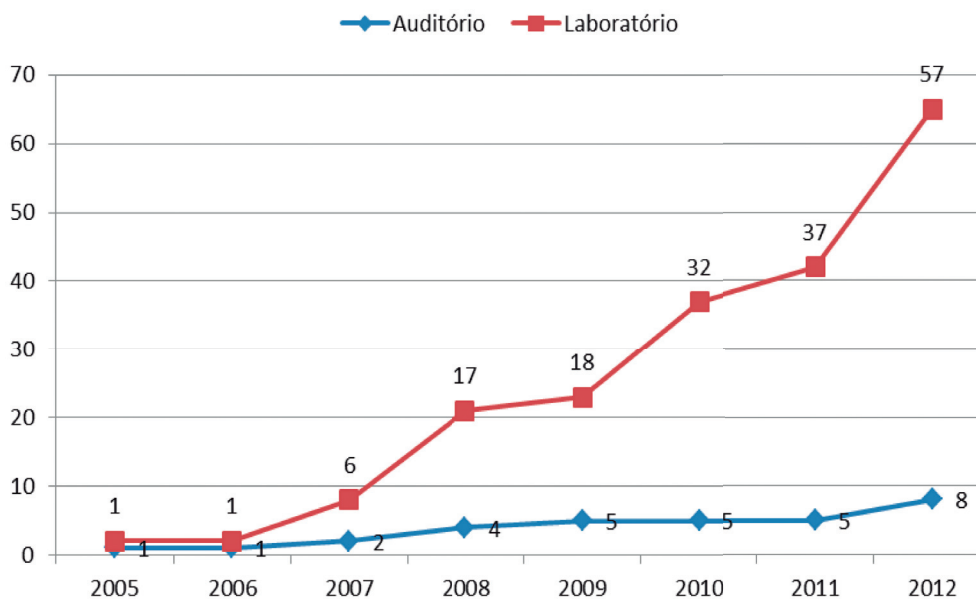
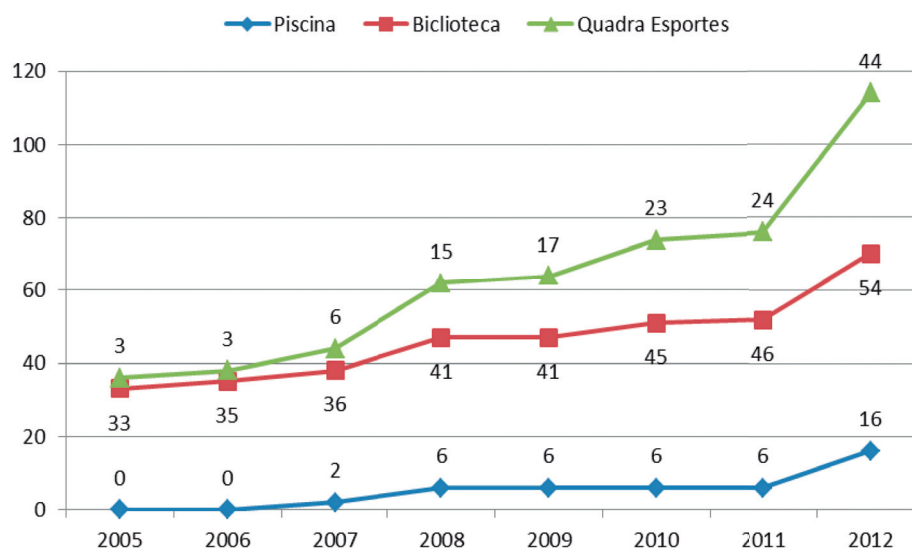




GRÁFICO 4 - Piscinas, bibliotecas e quadras de esporte nas escolas públicas municipais



É importante destacar que algumas Unidades Educacionais da região norte possuem oferta de vagas acima da demanda, enquanto na região sul existe superlotação. O que se deve ao fato de boa parte da população de baixa renda da região norte ter migrado para a região sul da capital, devido à disponibilidade de terrenos para implantação de conjuntos habitacionais de interesse social na região do sul de Palmas. Existem, ainda, outras regiões que se encontram em processo de regularização fundiária e apresentam demanda de novas Unidades Educacionais.

Recentemente, a Semed adotou os parâmetros da acessibilidade (projeto arquitetônico que atendem à NBR 9050 – Norma de Acessibilidade) para as novas escolas da Rede Municipal. Entretanto, as construções antigas necessitam de adequações e aquisições de equipamentos.

Além das adequações previstas pela Semed para todas as Unidades Educacionais, o MEC criou o Programa Escola Acessível, que busca adequar o espaço físico das Escolas Públicas tanto estaduais quanto municipais, a fim de promover acessibilidade na rede pública de ensino. O Programa disponibiliza recursos, por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), às escolas contempladas pelo Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais. No âmbito deste programa são financiáveis as seguintes ações: a) Adequação arquitetônica: rampas, sanitários, vias de acesso, instalação de corrimão e de sinalização visual, tátil e sonora; b) aquisição de cadeiras de rodas, recursos de tecnologia

assistiva, bebedouros e mobiliários acessíveis. Em 2010 e 2011, 25 (vinte e cinco) Unidades Educacionais da Rede Municipal foram contempladas com esse programa, sendo que em 2012 mais 03 (três), foram adicionadas totalizando 28 (vinte e oito) UEs.

De 2006 a 2012, foram implantadas 33 (trinta e três) salas de recursos multifuncionais, sendo 30 (trinta) nas escolas e 03 (três) nos CMEIs. Está prevista, para 2013, a implantação de mais 12 (doze), totalizando 45 salas de recursos ofertadas pelo MEC.

Dentre as 33 (trinta e três) UEs com salas de recursos multifuncionais em funcionamento na Rede Municipal, 04 (quatro) estão instaladas nas escolas do campo, restando apenas 1 (uma) que aguarda os equipamentos e materiais do MEC para a sua implantação. Contudo, a infraestrutura da Rede Municipal de Ensino é parcialmente adequada para esse tipo de atendimento educacional.

Há biblioteca e/ou espaço para leitura em todas as escolas. Nas 13 (treze) escolas de tempo integral, existem locais apropriados para estudos individuais e coletivos e em 10 (dez) dessas, esses ambientes são utilizados também como salas para aulas de Literatura.

Os acervos bibliográficos (referência e literatura) existentes nas bibliotecas escolares da Rede Municipal de Ensino atendem às necessidades dos alunos e professores e garantem a acessibilidade em alguns títulos. A maior parte deles é de origem do Programa Nacional Biblioteca da Escola e das aquisições realizadas pelas escolas, por intermédio dos repasses de recursos financeiros da Semed. O controle de empréstimos aos alunos é feito manualmente.

Entretanto, conforme determina a Lei nº 12.244/2010<sup>21</sup>, o acervo bibliográfico (referência e literatura) deve ser de, no mínimo, um título para cada aluno matriculado na Rede Municipal de Ensino. Sendo assim, a ampliação do acervo está prevista no Plano de Ações Articuladas do Município, sendo 13 (treze) acervos em 2012, 13 (treze), em 2013 e 14 (quatorze) em 2014.

Na educação infantil, 08 (oito) CMEIs possuem brinquedotecas, espaço com um ambiente especialmente lúdico e uma variedade de brinquedos, a fim de favorecer, às crianças, a exploração e a experimentação.

No que se refere às Tecnologias Digitais da Comunicação e Informação (TDCI), conforme exposto no Gráfico 2, a maior parte das escolas municipais possuem laboratório de informática ligado à rede Mundial de computadores (internet), porém o número reduzido de com-

---

<sup>21</sup> Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12244.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12244.htm), dia 05/11/2012.

putadores não permite o acesso com maior frequência dos educandos e professores. Nas escolas de tempo integral, os laboratórios são utilizados para aulas de informática, previstas na matriz curricular; e, nos demais horários, para abordagem dos diversos componentes curriculares, conforme agendamento.

Por meio da adesão ao Programa Nacional de Tecnologias Educacionais (ProInfo), as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação fazem a distribuição de computadores para os laboratórios de informática, recursos digitais e conteúdos educacionais. Assim, cabe aos entes federados ofertar o espaço físico e a formação continuada dos professores no uso dos equipamentos, por intermédio dos Núcleos Tecnológicos Educacionais (NTEs).

Recentemente, o MEC instituiu o Programa Um computador por Aluno (UCA), em parceria com os governos estaduais e municipais, com o objetivo de modificar a estratégia de inserção da informática na escola, oferecendo mobilidade e acessibilidade, com foco na melhoria da qualidade do ensino e combate às desigualdades sociais.

O Programa visa ainda à inclusão digital com repercussão na família, por intermédio da disponibilização dos laptops para os alunos levarem para suas casas com data de retorno. Trata-se de uma experiência piloto, implantada em algumas escolas brasileiras. Em Palmas, duas Unidades Educacionais foram contempladas: o Colégio Estadual Dom Alano e a Escola Municipal Crispim Pereiras Alencar, localizada no Distrito de Taquaruçu, há 36 km da capital.

No Plano de Ações Articuladas (PAR) a Semed propôs ampliar, no período de 2012 a 2014, o número de escolas com a implantação do Programa UCA, por meio da adesão das escolas e financiamento pelo Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDS).

Outra ação relacionada às TDCIs é a implantação, em 2012, do Sistema de Matrículas 0800 com expectativa de atendimento à educação infantil e ensino fundamental.

### **6.3. Ensino Médio**

O ensino médio é a etapa final da educação básica com duração de 03 (três) anos e tem por objetivos a:

- I a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;  
 IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina. (Art. 35 da LDBEN/1996).

No Tocantins, em 2011, a matrícula no ensino médio regular e integrado era de 76.284, desses 15.289 (quinze mil, duzentos e oitenta e nove) estavam matriculados no município de Palmas, sendo distribuídos 1.750 (um mil, setecentos e cinquenta) na Rede Federal, 10.293 (dez mil, duzentos e noventa e três) na Rede Estadual e 3.246 (Três mil, duzentos e quarenta e seis) na Rede Particular.

A matrícula nesse nível de ensino, no período de 1999 a 2011, obteve um crescimento de 17% na rede pública, desses 9% são da rede estadual. A Rede Privada foi a que apresentou a maior taxa de crescimento de aproximadamente 89%, conforme demonstrado na Tabela 30.

TABELA 30 – Evolução na matrícula no ensino médio regular, segundo dependência administrativa, 1999, 2001, 2003, 2005, 2007, 2009, 2010 e 2011, Palmas, Tocantins.

Ano	PALMAS - Ensino Médio Regular				
	Dependência Administrativa				
	TOTAL	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PRIVADA
1999	9.952	-	9.097	0	855
2001	15.027	-	10.667	0	1.910
2003	13.595	-	12.104	0	1.491
2005	12.380	160	10.759	0	1.461
2007	11.783	559	9.949	0	1.275
2009	10.919	778	8.736	0	1.405
2010	10.760	784	8.599	0	1.377
2011	12.437	913	9.909	0	1.615

Fontes: INEP/MEC/Educatabrasil - 1999, 2001, 2003, 2005; e, INEP/MEC/Censo Escolar - 2007, 2009, 2010, 2011.

A taxa de aprovação no ensino médio da Rede Estadual de Ensino, área urbana, passou de 67,7% em 1999, para 79,2% em 2011. Obteve uma variação positiva de 16,99 pontos percentuais, enquanto que na área rural houve um decréscimo de 0,51%, passando de 78,4 para 78,0, respectivamente (Tabela 30).. Nesse mesmo período a Rede

Estadual, na área urbana, reduziu a Taxa de Abandono, em 65,89% e a Rede Privada, em 91,67% (Tabela 32).

TABELA 31 – Taxa de aprovação no ensino médio, segundo dependência administrativa e localização geográfica, 1999, 2007, 2009, 2010 e 2011, Palmas, Tocantins.

Rede	TAXA DE APROVAÇÃO DE ENSINO MÉDIO REGULAR, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, LOCALIZAÇÃO, 1999,2007, 2009 E 2011 – PALMAS, TOCANTINS.							
	1999		2007		2009		2011	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural
Federal	-	-	65,8	-	79,5	-	76,8	-
Estadual	67,7	78,4	77,4	83,8	79,2	73,5	78,0	-
Municipal	-	-	100	-	-	-	-	-
Privada	88,8	-	88,9	-	86,5	-	87,9	-

Fontes: INEP/MEC/EDUDATABRASIL – 1999; e, INEP/MEC/CENSO ESCOLAR - 2007, 2009, 2010, 2011.

TABELA 32 – Taxa de abandono no ensino médio, segundo dependência administrativa e localização geográfica, 1999, 2007, 2009 e 2011, Palmas, Tocantins.

Rede	TAXA DE ABANDONO DO ENSINO MÉDIO REGULAR, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, LOCALIZAÇÃO, 1999,2007, 2009 E 2011 – PALMAS, TOCANTINS.							
	1999		2007		2009		2011	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural
Federal	-	-	0,2	-	8,1	-	3,3	-
Estadual	30,2	18,5	14,7	14,4	10,8	7,2	10,3	-
Municipal	-	-	0	-	-	-	-	-
Privada	3,6	-	0,4	-	0,3	-	0,3	-

Fontes: INEP/MEC/EDUDATABRASIL – 1999; e, INEP/MEC/CENSO ESCOLAR - 2007, 2009, 2010, 2011.

No IDEB do ensino médio da Rede Estadual de Ensino, houve um crescimento de 13%, passando de 2,9 em 2005, para 3,5 em 2011<sup>22</sup>. Observa-se que, em 2011, o índice alcançado ficou acima de 3,2, que era a meta estabelecida para a Rede Estadual; contudo, ainda permaneceu abaixo da média nacional que foi 3,7.

<sup>22</sup> FONTE: INEP. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/>. Acessado em 11/2012.

#### 6.4. Ensino Superior

De acordo com dados do Censo de 2010, no Brasil há 2.377 (duas mil, trezentos e setenta e sete) instituições de ensino superior (IES). Desse total, 85% são faculdades, 8% são universidades, 5,3% centros tecnológicos e 1,6% são institutos tecnológicos. Quanto à natureza jurídica, temos os seguintes dados: 2.099 (duas mil e noventa e nove) são instituições privadas, 71 (setenta e uma) municipais, 108 (cento e oito) estaduais e 99 (noventa e nove) públicas federais.

De acordo com classificação adotada pelo Ministério da Educação, as IES podem ser:

- Universidades cujas atividades-fim são o ensino, a pesquisa e a extensão em todas as áreas do conhecimento humano.
- Centros universitários que oferecem todas as áreas do conhecimento humano, não sendo obrigadas a desenvolver pesquisas.
- Institutos que são instituições de ensino e pesquisa que não cobrem todas as áreas do conhecimento humano.
- Faculdades Integradas que apresentam propostas curriculares em mais de uma área do conhecimento, organizadas sob o mesmo comando e regimento comum, não sendo obrigadas a desenvolver pesquisas.
- Faculdades que são instituições de ensino que não cobrem todas as áreas do conhecimento humano e não são obrigadas a desenvolver pesquisas.
- Escolas que oferecem um ou mais Cursos de Graduação em uma área específica, não precisando fazer pesquisa.

No Tocantins, são instituições de ensino superior: Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT), Universidade do Tocantins (UNITINS), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO), Instituto de Ensino e Pesquisa Objetivo (IEPO), Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP), Faculdade Católica do Tocantins (FACTO), Faculdade de Palmas (FAPAL), Faculdade ITOP (ITOP), Faculdade de Tecnologia de Palmas (FTP), Faculdade Serra do Carmo (FASEC), Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos (ITPAC), Centro Universitário UNIRG (UNIRG), Faculdade Católica Dom Orione (FACDO), Faculdade de Administração de Empresas de Paraíso do

Tocantins (FAP), Faculdade de Ciências Jurídicas de Paraíso do Tocantins (FCJP), Faculdade de Educação Ciências e Letras de Paraíso (FECIPAR), Faculdade de Sistemas de Informação de Paraíso do Tocantins (FSIP), Faculdade do Bico do Papagaio (FABIC), Faculdade Guaraí (FAG), Faculdade Integrada de Araguatins (FAIARA), Faculdade Integrada de Ensino Superior de Colinas (FIESC), Faculdade para o Desenvolvimento do Sudeste Tocantinense (FADES) Faculdade Presidente Antônio Carlos (FAPAC), Faculdade Rio Sono (RISO) e Faculdade São Marcos (FASAMAR).

As IES públicas localizadas em Palmas são: UFT, IFTO e UNITINS. Destas, a UNITINS foi a primeira a ser instalada; criada em fevereiro de 1990, por meio do Decreto nº 252 e estruturada em forma de autarquia na Lei nº 326, de outubro de 1991. No ano de 2000, o Presidente Fernando Henrique Cardoso encaminhou ao Congresso Nacional o projeto de criação da Universidade Federal do Tocantins (UFT) que foi transformado na Lei nº 10.032/2000. Sua implantação ocorreu em 2003 quando incorporou aproximadamente 8.000 (oito mil) alunos da UNITINS. A mais recente instalação foi a do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO), resultante da integração da Escola Técnica Federal de Palmas e da Escola Agrotécnica Federal de Araguatins, criado por meio da Lei nº 11.892/2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Atualmente, a UFT, com uma estrutura multicampi, possui 7 (sete) campi universitários localizados em regiões estratégicas do Estado, que oferecem diferentes cursos vocacionados para a realidade local. Nesses campi, além da oferta de cursos de graduação e pós-graduação que oportunizam, à população local e próxima, o acesso à educação superior pública e gratuita, são desenvolvidos programas e eventos científico-culturais que permitem ao aluno uma formação integral. Levando-se em consideração a vocação de desenvolvimento do Tocantins, a UFT oferece oportunidades de formação nas áreas das Ciências Sociais Aplicadas, Humanas, Educação, Agrárias, Ciências Biológicas e da Saúde, Ciências Exatas e Engenharia. Oferece 48 (quarenta e oito) cursos de graduação e os programas de mestrado em Ciências do Ambiente, Agroenergia, Desenvolvimento Regional, Computação, Direito, Educação, Ciências da Saúde, Engenharia Ambiental (Palmas); em Ciência Animal Tropical e Letras (Araguaína); Produção Vegetal e Biotecnologia em Gurupi; Ecologia de Ecótonos e Geografia (Porto Nacional)

e os Doutorados em Ciência Animal e Letras (Araguaína); Biodiversidade e Biotecnologia (UFT-Rede Bionorte em Palmas e Produção Vegetal em Gurupi).

O estado do Tocantins que com uma população de cerca de 1.383.453 (um milhão, trezentos e oitenta e três mil, quatrocentos e cinquenta e três) habitantes (IBGE, 2010), demanda com certeza um esforço crescente na criação de novos cursos de graduação, especialmente na área de tecnologias e programas de mestrado e doutorados com vistas a propiciar melhores condições de vida à comunidade tocantinense.

### **6.5. Educação Profissional**

A educação profissional pode ser oferecida integrada aos diferentes níveis e modalidades de educação e as dimensões de trabalho, da ciência e da tecnologia. Abrange os cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; de educação profissional técnica de nível médio ou de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação, conforme os dispositivos da Lei 11.741, de 16 de julho de 2008, que redimensiona, institucionaliza e integra as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.

Conforme dados do IBGE/Educacenso 2011, disponibilizados na Tabela 16, em Palmas, na Educação Profissional (Nível Técnico), são atendidos 2.852 (dois mil, oitocentos e cinquenta e dois) alunos, sendo 384 (trezentos e oitenta e quatro) na rede federal, 837 (oitocentos e trinta e sete) na rede estadual, e, 1.631 (um mil, seiscentos e trinta e um) na rede privada, onde há maior percentual de oferta.

### **6.6. Educação Especial na perspectiva Inclusiva**

Em Palmas, no ano de 2010, o maior percentual de pessoas com deficiência que não frequentava a escola estava nas faixas etárias de 20 (vinte) a 49 (quarenta e nove) anos e de 0 (zero) a 4 (quatro) anos conforme demonstrado na Tabela 33.

TABELA 33 – População residente, por tipo de deficiência e frequência escola ou creche, segundo sexo e os grupos de idade – Amostra – Características Gerais da população – Palmas, TO, 2010.



Variável = População residente (Percentual)					
Ano = 2010					
Tipo de deficiência permanente	Grupos de idade	Frequência à creche ou escola X Sexo			
		Frequentavam		Não frequentavam	
		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Total	0 a 4 anos	1,61	1,53	2,93	2,81
	5 a 9 anos	4,12	4,02	0,22	0,14
	5 ou 6 anos	1,58	1,58	0,19	0,12
	7 a 9 anos	2,54	2,44	0,03	0,03
	10 a 14 anos	4,53	4,52	0,1	0,09
	15 a 19 anos	3,64	3,92	1,24	1,49
	15 a 17 anos	2,48	2,63	0,35	0,36
	18 e 19 anos	1,16	1,29	0,89	1,13
	20 a 24 anos	1,93	2,15	3,82	3,93
	25 a 29 anos	1,01	1,22	4,55	4,72
	30 a 39 anos	0,99	1,46	7,64	7,78
	40 a 49 anos	0,42	0,65	5,23	5,06
	50 anos ou mais	0,25	0,27	5,18	4,82
	Pelo menos uma das deficiências investigadas	0 a 4 anos	0,04	0,02	0,08
5 a 9 anos		0,18	0,27	0,02	0,01
5 ou 6 anos		0,05	0,1	0,02	0,01
7 a 9 anos		0,13	0,18	0	0
10 a 14 anos		0,38	0,47	0,01	0,01
15 a 19 anos		0,33	0,46	0,19	0,22
15 a 17 anos		0,22	0,29	0,05	0,08
18 e 19 anos		0,12	0,17	0,14	0,14
20 a 24 anos		0,22	0,31	0,33	0,51
25 a 29 anos		0,1	0,15	0,58	0,61
30 a 39 anos		0,14	0,24	1,12	1,35
40 a 49 anos		0,13	0,27	1,85	2,11
50 anos ou mais		0,14	0,18	2,85	3,01

Deficiência visual - não consegue de modo algum	0 a 4 anos	-	-	-	-
	5 a 9 anos	-	-	-	0
	5 ou 6 anos	-	-	-	0
	7 a 9 anos	-	-	-	-
	10 a 14 anos	-	-	-	-
	15 a 19 anos	0	-	0	-
	15 a 17 anos	-	-	-	-
	18 e 19 anos	0	-	0	-
	20 a 24 anos	-	0	0,01	0
	25 a 29 anos	-	0	-	-
	30 a 39 anos	0	-	0,03	0
	40 a 49 anos	-	-	-	0,01
	50 anos ou mais	-	-	0,03	0,02
Deficiência visual - grande dificuldade	0 a 4 anos	-	-	-	-
	5 a 9 anos	0,02	0,04	-	-
	5 ou 6 anos	0,01	0,02	-	-
	7 a 9 anos	0,01	0,02	-	-
	10 a 14 anos	0,04	0,06	0	-
	15 a 19 anos	0,01	0,05	0,02	0,01
	15 a 17 anos	0,01	0,03	-	0,01
	18 e 19 anos	0	0,02	0,02	0
	20 a 24 anos	0,01	0,02	0,05	0,06
	25 a 29 anos	0	0,02	0,07	0,07
	30 a 39 anos	0,01	0,03	0,12	0,17
	40 a 49 anos	0	0,01	0,21	0,32
	50 anos ou mais	0,01	0,03	0,47	0,63

Deficiência visual - alguma dificuldade	0 a 4 anos	0,02	0,02	0,03	0,01
	5 a 9 anos	0,13	0,14	0,01	0,01
	5 ou 6 anos	0,02	0,02	0	0
	7 a 9 anos	0,11	0,11	0	0
	10 a 14 anos	0,25	0,34	-	0
	15 a 19 anos	0,26	0,35	0,11	0,17
	15 a 17 anos	0,16	0,21	0,02	0,07
	18 e 19 anos	0,1	0,14	0,08	0,1
	20 a 24 anos	0,15	0,27	0,21	0,37
	25 a 29 anos	0,08	0,1	0,39	0,43
	30 a 39 anos	0,07	0,15	0,65	0,91
	40 a 49 anos	0,11	0,24	1,42	1,61
	50 anos ou mais	0,13	0,14	1,88	1,92
Deficiência auditiva - não consegue de modo algum	0 a 4 anos	-	-	-	-
	5 a 9 anos	0	0,01	-	-
	5 ou 6 anos	-	0,01	-	-
	7 a 9 anos	0	-	-	-
	10 a 14 anos	-	0,01	-	-
	15 a 19 anos	0	-	0	-
	15 a 17 anos	-	-	0	-
	18 e 19 anos	0	-	-	-
	20 a 24 anos	-	-	0	-
	25 a 29 anos	-	0	0	-
	30 a 39 anos	-	-	0,02	0,02
	40 a 49 anos	-	-	-	-
	50 anos ou mais	-	-	-	0,03

Deficiência auditiva - grande dificuldade	0 a 4 anos	0	-	-	0
	5 a 9 anos	-	0	-	-
	5 ou 6 anos	-	-	-	-
	7 a 9 anos	-	0	-	-
	10 a 14 anos	0,03	0,01	0	-
	15 a 19 anos	0	0,01	0	-
	15 a 17 anos	0	0	-	-
	18 e 19 anos	-	0	0	-
	20 a 24 anos	-	0,01	0,01	0,01
	25 a 29 anos	-	-	0,01	0,01
	30 a 39 anos	-	0,01	0,01	0,01
	40 a 49 anos	-	0	0,04	0,04
	50 anos ou mais	-	-	0,17	0,16
Deficiência auditiva - alguma dificuldade	0 a 4 anos	-	-	0,01	0
	5 a 9 anos	0,02	0,05	0,01	-
	5 ou 6 anos	0	0,01	0	-
	7 a 9 anos	0,02	0,04	0	-
	10 a 14 anos	0,06	0,05	-	-
	15 a 19 anos	0,02	0,04	0,01	0,01
	15 a 17 anos	0,02	0,03	0	-
	18 e 19 anos	-	0,01	0,01	0,01
	20 a 24 anos	0,04	0,01	0,04	0,05
	25 a 29 anos	0,01	0,03	0,06	0,06
	30 a 39 anos	0,05	0,03	0,15	0,14
	40 a 49 anos	0,01	0,03	0,25	0,17
	50 anos ou mais	-	0,02	0,71	0,47

Deficiência motora - não consegue de modo algum	0 a 4 anos	0,01	-	0,02	0,04
	5 a 9 anos	-	0,01	-	-
	5 ou 6 anos	-	0,01	-	-
	7 a 9 anos	-	0	-	-
	10 a 14 anos	-	-	0	-
	15 a 19 anos	-	-	0	0
	15 a 17 anos	-	-	-	-
	18 e 19 anos	-	-	0	0
	20 a 24 anos	-	-	-	-
	25 a 29 anos	-	-	0	-
	30 a 39 anos	-	-	0,01	0,02
	40 a 49 anos	-	-	0,01	-
	50 anos ou mais	-	-	0,02	0,03
Deficiência motora - grande dificuldade	0 a 4 anos	-	-	0,01	0,01
	5 a 9 anos	-	0,01	0,01	0
	5 ou 6 anos	-	0,01	0,01	-
	7 a 9 anos	-	-	-	0
	10 a 14 anos	-	-	-	-
	15 a 19 anos	-	0,01	-	-
	15 a 17 anos	-	0	-	-
	18 e 19 anos	-	0	-	-
	20 a 24 anos	-	-	0	0,01
	25 a 29 anos	-	-	0,03	0,01
	30 a 39 anos	-	0,01	0,04	0,04
	40 a 49 anos	-	-	0,05	0,07
	50 anos ou mais	0,01	0,02	0,27	0,4

Deficiência motora - alguma dificuldade	0 a 4 anos	0,01	-	0,01	0,01
	5 a 9 anos	0,02	0,03	0	-
	5 ou 6 anos	0,01	0,02	0	-
	7 a 9 anos	0,01	0,02	-	-
	10 a 14 anos	0,01	0,03	0	-
	15 a 19 anos	0,01	0,03	0,01	0,01
	15 a 17 anos	0	0,02	0,01	0,01
	18 e 19 anos	0	0,01	-	0
	20 a 24 anos	0,02	0	0,05	0,03
	25 a 29 anos	-	-	0,03	0,04
	30 a 39 anos	0,01	0,04	0,13	0,11
	40 a 49 anos	0,01	0,02	0,12	0,2
	50 anos ou mais	0,01	0,02	0,43	0,71
	Mental/intelectual	0 a 4 anos	0,01	-	0,01
5 a 9 anos		0,01	0,02	0,01	0
5 ou 6 anos		-	0,02	0,01	-
7 a 9 anos		0,01	0,01	0	0
10 a 14 anos		0,03	0,02	0,01	0
15 a 19 anos		0,03	0,01	0,03	0,01
15 a 17 anos		0,03	0,01	0,01	0
18 e 19 anos		0,01	-	0,01	0,01
20 a 24 anos		0,01	0	0,01	0,03
25 a 29 anos		0,01	-	0,05	0,03
30 a 39 anos		0	0,02	0,07	0,05
40 a 49 anos		-	0,01	0,04	0,07
50 anos ou mais		-	-	0,12	0,13

Nenhuma dessas deficiências	0 a 4 anos	1,57	1,51	2,85	2,74
	5 a 9 anos	3,94	3,74	0,2	0,13
	5 ou 6 anos	1,54	1,48	0,17	0,11
	7 a 9 anos	2,41	2,26	0,03	0,02
	10 a 14 anos	4,14	4,05	0,09	0,08
	15 a 19 anos	3,31	3,46	1,05	1,27
	15 a 17 anos	2,26	2,34	0,29	0,28
	18 e 19 anos	1,04	1,12	0,76	0,99
	20 a 24 anos	1,71	1,83	3,49	3,42
	25 a 29 anos	0,91	1,07	3,97	4,11
	30 a 39 anos	0,86	1,22	6,51	6,42
	40 a 49 anos	0,29	0,38	3,38	2,95
	50 anos ou mais	0,11	0,09	2,33	1,8
	Sem declaração	0 a 4 anos	-	-	-
5 a 9 anos		-	-	-	-
5 ou 6 anos		-	-	-	-
7 a 9 anos		-	-	-	-
10 a 14 anos		-	-	-	-
15 a 19 anos		-	-	-	-
15 a 17 anos		-	-	-	-
18 e 19 anos		-	-	-	-
20 a 24 anos		-	-	-	0
25 a 29 anos		-	-	-	-
30 a 39 anos		-	-	0,01	0
40 a 49 anos		-	-	-	-
50 anos ou mais		-	-	-	-

Vale ressaltar que, efetivamente, a política de inclusão das pessoas com deficiência na classe comum teve início no ano de 2005. Na Rede Municipal, conforme dados do Censo Escolar, obteve maior ênfase a partir de 2007, com a constituição da equipe multiprofissional da Educação Especial.

TABELA 34 – Evolução da taxa de matrícula na Educação Especial, segundo dependência administrativa, 2007, 2009, 2010 e 2011, Palmas, Tocantins.

ANO	Dependência	Educação Especial (Alunos de Escolas Especiais, Classes Especiais e Incluídos)							
		Creche	Pré-Escola	Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Profissional Nível Técnico	Educação de Jovens e Adultos	
				Anos Iniciais	Anos Finais			Fund1,2	Médio1,2
2007	Estadual	24	13	266	37	7	0	0	0
	Federal	0	0	0	0	0	0	0	0
	Municipal	2	5	111	26	0	0	6	0
	Privada	0	1	8	4	2	0	0	0
	Total	26	19	385	67	9	0	6	0
2009	Estadual	0	6	224	48	29	0	0	4
	Federal	0	0	0	0	0	0	0	0
	Municipal	10	17	203	61	0	0	20	0
	Privada	0	5	7	1	0	0	0	0
	Total	10	28	434	110	29	0	20	4
2010	Estadual	16	3	215	72	31	0	0	3
	Federal	0	0	0	0	0	0	0	1
	Municipal	10	20	267	89	0	0	15	0
	Privada	1	4	14	4	3	0	0	0
	Total	27	27	496	165	34	0	15	4
2011	Estadual	15	1	143	114	47	0	7	8
	Federal	0	0	0	0	0	1	0	2
	Municipal	12	25	261	120	0	0	24	0
	Privada	0	4	21	6	5	0	0	0
	Total	27	30	425	240	52	1	31	10

Fonte: INEP/Educacenso/MEC/2011.

Nota:

<sup>1</sup>Não estão incluídos alunos da Educação de Jovens e Adultos Semi-Presencial

<sup>2</sup>Inclui os alunos da Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional.

Conforme observa-se na Tabela 34, a matrícula nessa modalidade de ensino elevou-se em 59,38% no período de 2007 a 2011. Em 2011, eram 816 (oitocentos e dezesseis) matriculados



em classes especiais e incluídos.

Assim, para melhor viabilizar o processo educacional inclusivo, fundamentado no paradigma dos direitos humanos, em 2005, iniciou-se a organização da equipe multiprofissional, que trabalha com suporte às equipes escolares acerca das intervenções pedagógicas adequadas aos educandos com necessidades educacionais especiais, ou seja, pessoas com deficiência (física, sensorial, intelectual, múltiplas, transtornos globais do desenvolvimento) ou altas habilidades/superdotação. Atualmente, a equipe conta com: duas fonoaudiólogas, duas psicólogas, uma fisioterapeuta, uma instrutora de libras e uma pedagoga, especialista em educação inclusiva. Há, para 2013, a previsão de um professor habilitado em Braille para integrar esta equipe.

Ressalta-se, ainda, que a Rede Pública Municipal, em parceria com o MEC, por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR): implantou o Atendimento Educacional Especializado, por meio das Salas de Recursos Multifuncionais; realizou formação para professores; e, atualmente, trabalha na implantação do Núcleo de Atendimento Educacional Multiprofissional (NAEM). A partir de 2013, no NAEM, por meio de parceria com a Secretaria Municipal de Saúde (Semus), os educandos receberão também atendimento clínico para seu melhor desenvolvimento educacional.

Além disso, com foco na garantia do acesso e permanência dos educandos com necessidades educacionais especiais na escola regular, a rede pública municipal viabilizou a lotação de professores auxiliares e cuidadores, nos casos em que há necessidade. Também foi realizado o assessoramento às Unidades Educacionais, na organização e adaptação do currículo e das metodologias, por intermédio da equipe multidisciplinar da Gerencia da Educação Especial e Diversidade.

Na Rede Pública de ensino (federal, estadual e municipal) há adesão aos Programas disponibilizados pelo MEC na área do atendimento às pessoas com deficiência, dentre eles: Escola Acessível, Transporte Escolar Acessível, Salas de Recursos Multifuncionais, Formação Continuada de Professores na Educação Especial, Benefício de Prestação Continuada (BPC) na Escola, Acessibilidade à Educação Superior, Educação Inclusiva: direito à diversidade, Livro Acessível, Prolibras e implantação dos Centros de Formação e Recursos: Centro de Apoio para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual (CAP); Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez (CAS) e do Núcleo de

Atividades de Altas Habilidades/Superdotação (NAAHS).

Na Educação infantil, por meio do Projeto Educação Precoce<sup>23</sup>, a partir de 2006 iniciou-se um atendimento específico à criança de 0 a 3 anos, no seu processo de relação com o meio, considerando os aspectos psicomotores, psíquicos, social, cognitivo, estimulando o desenvolvimento infantil. O Projeto propõe a observação, avaliação e intervenção junto à criança que apresente algum atraso ou dificuldades no seu desenvolvimento. Conta com a ação multiprofissional das áreas de psicologia, fisioterapia, educação física, nutrição, assistência social e pedagogia. Em parceria com as universidades locais, estagiários de psicologia, fisioterapia, educação física e pedagogia atuaram no projeto durante dois anos, em quatro Unidades Educacionais por semestre.

### **6.7. Educação do Campo**

No período da implantação do município de Palmas, as escolas rurais eram isoladas e multisseriadas e na maior parte delas os professores eram leigos. Com apoio do MEC a Prefeitura Municipal, em 1993, nucleou todas as escolas rurais, promoveu cursos de formação inicial e continuada para os professores, dentre outras ações.

Com a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), em 2003 a política pública para esse segmento da população ganhou voz, por intermédio da Resolução do CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002, que instituiu as Diretrizes Operacionais da Educação Básica nas Escolas do Campo. Diante disso, iniciou-se uma reflexão acerca de uma nova proposta pedagógica para as escolas do campo de Palmas.

Assim, atualmente, estão inseridas no território rural, 05 escolas municipais do campo que passaram a ofertar a educação em tempo integral, desde 2008. Segundo dados do Sistema de Gerenciamento Escolar (SGE), são atendidos 1.153 (um mil, cento e cinquenta e três) alunos, conforme disposto a seguir:

**Região da Buritirana:** Escola Municipal de Tempo Integral Luiz Nunes de Oliveira – Está localizada a 80 km de Palmas. Nela há oferta da educação infantil, ensino fundamental e o ensino médio, sendo o último em regime de colaboração com o Estado, por meio da Escola Estadual Duque de Caxias. Atende um total de 301 (trezentos e um) alunos, a maior parte

---

<sup>23</sup> O Projeto Educação Precoce foi elaborado em 2002, mas não foi efetivado. Em 2006, após uma reformulação, começou a ser implementado na rede municipal.

oriunda dos assentamentos: Entre Rios, Sítio Novo, e Distrito da Buritirana.

**Região de Taquaruçu:** Escola Municipal de Tempo Integral Sueli Reche – Fica localizada na Fazenda Boa Esperança, a 50 km de Palmas. Oferta educação infantil e ensino fundamental. Atende um total de 209 alunos, desses 45 são oriundos do município de Monte do Carmo, os demais são moradores dos Assentamentos do PA Veredão, PA Serra de Taquaruçú, mais conhecido como Geladeira.

**Região do São João:** Escola Municipal de Tempo Integral Marcos Freire – Está localizada há 40 km de Palmas. Nessa escola, há oferta do ensino fundamental e ensino médio, em regime de colaboração com o Estado, por meio do Centro de Ensino Médio de Taquaralto. Atende um total de 293 alunos, moradores das regiões: PA São João, Assentamento Mariana, chácaras, fazendas particulares e Sítio Ecológico.

**Região de Taquaruçú Grande:** Escola Municipal de Tempo Integral João Beltrão – Localizada há 10 km de Palmas, atende um total de 167 alunos, oriundos dessa região.

**Região do Jaú:** ETI Aprígio Thomaz de Matos – Localizada há 20 km, oferta educação Infantil e ensino fundamental, totalizando 283 alunos moradores da região.

A meta constante no Referencial Municipal da Educação do Campo<sup>24</sup> é atender, em 2012, 390 (trezentos e noventa) alunos, por meio do Programa Nacional da Reforma Agrária- Pro-nera. Pretende-se também ofertar turmas de alfabetização, 1ª segmento (1ª à 4ª série) e do 2ª Segmento (5ª ao 9ª).

O Atendimento Educacional Especializado (AEE), no campo, foi ofertado na ETI Sueli Reche, pois a Sala de Recursos Multifuncional foi implantada somente nessa escola. Em 2011, foram atendidos 11 (onze) educandos com necessidades educativas especiais, desses 06 (seis) recebem atendimento semanal, pois são educandos matriculados na ETI Luiz Nunes de Oliveira. As demais Unidades Educacionais estão aguardando o material do Ministério da Educação, para a finalização da implantação da sala de recurso multifuncional.

Em 2005, a Semed instituiu a equipe setorial da educação do Campo para acompanhamento e assessoramento das escolas rurais. Em 2006, instituiu o Grupo de Pesquisa para Elaboração da Proposta em Políticas Públicas e Gestão da Educação do Campo com o objetivo de realizar a pesquisa situacional das escolas do campo do município de Palmas<sup>25</sup>.

---

<sup>24</sup>O Referencial Municipal da Educação do Campo, encontra-se em fase de conclusão; é um documento construído por meio de discussões realizadas pelos diversos sujeitos dessa modalidade de ensino.

<sup>25</sup>PALMAS. Secretaria Municipal da Educação. Referencial Municipal da Educação do Campo. In mimeo. Palmas: PMP/Semed, 2012.

No relatório da pesquisa diagnóstica, realizada em 2005, foram apresentados dados e informações que demonstravam à época: situação de exclusão e desigualdades no atendimento das Escolas da Zona Rural X Urbana; infraestrutura inadequada – precariedade; transporte escolar inadequado para alunos e professores; ausência de uma proposta pedagógica contextualizada; utilização do currículo urbano; desconhecimento das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo; atendimento dos alunos do campo nas escolas urbanas, professores não habilitados e baixo desempenho dos educandos. Dentre as inadequações do transporte escolar, ofertado no período da pesquisa, foram apontadas: falta de cinto de segurança, veículos sucateados e má conservação das estradas.

No ano de 2007, dentre as ações executadas pela Semed, destaca-se a formação continuada para todos os professores do campo com apoio financeiro do Ministério da Educação. Em 2008, houve investimento em construção, adequação e reforma das Unidades Educacionais e reorganização do transporte escolar, incluindo: oferta de transporte específico para os servidores da escola, adequação dos veículos e das rotas. A partir dessas ações foi possível ampliar o tempo de permanência, por intermédio da escola em tempo integral. Inicialmente, discutiu-se a possibilidade de implantar o modelo de alternância adotado pela Escola Família Agrícola, mas a comunidade optou pela alternância formativa, que se dá por meio da utilização do tempo-escola e do tempo-comunidade, integrando saberes da educação formal e saberes da população campesina em ações e atividades que são realizadas nesses tempos e espaços. Para esse fim, segundo consta no Referencial Municipal da Educação do Campo, as escolas municipais reelaboraram, com participação da comunidade, o Projeto Político Pedagógico, com ênfase: nos elementos geográficos e ecológicos; território e sustentabilidade rural; aspectos culturais, sociais, econômicos, religiosos e étnico-racial.

## **6.8. Educação de Jovens e Adultos**

A Constituição Federal, parágrafo 3º do artigo 37, determina que a Educação de Jovens e Adultos<sup>26</sup> (EJA) seja ofertada, àqueles que não tiveram acesso ou continuidade dos estudos no ensino fundamental ou médio na idade própria. Deve ser articulada com a educação profissional, visando à redução dos índices de abandono e evasão dessa modalidade de ensino, considerando que a maior parte dos que frequentam esse nível de ensino é da classe traba-

---

<sup>26</sup> Acessado, no dia 24/09/2012, em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=5366&Itemid](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=5366&Itemid)

lhadora (Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008, e Parecer CNE/CEB nº 6, de 09 de junho de 2010).

Em Palmas, essa modalidade até 2011 passou por três fases: de 1997 a 2005, com a oferta presencial, e a partir de 2008, de forma semipresencial, ou seja, em 2008 o Conselho Municipal de Educação aprovou mudanças significativas na Educação de Jovens e Adultos: quatro dias letivos semanais presenciais e um dia semanal de atividade destinados a atividades à distância, plantões tira-dúvidas, planejamento coletivo e formação continuada. Seguindo esse modelo foi pensado em uma jornada escolar que atendesse a realidade, em um currículo que considerasse os saberes e os interesses que esses jovens e adultos têm.

TABELA 35 – Evolução da Taxa de matrícula na Educação Jovens e Adultos, segundo dependência administrativa, 1999, 2001, 2003, 2007, 2009 e 2011, Palmas, Tocantins.

ANO	REDE	Supletivo – Total	Supletivo - Fundamental	Semipresencial – Fundamental	Semipresencial Médio	Presencial - TOTAL	Presencial – Fundamental.	Presencial - Médio
1999	Estadual	113	0	0	0	0	0	0
	Federal		0	0	0	0	0	0
	Municipal	0	0	0	0	0	0	0
	Particular	169	0	0	0	0	0	0
	Total	282	0	0	0	0	0	0
2001	Estadual	2288	2061	0	0	0	0	0
	Federal	0	0	0	0	0	0	0
	Municipal	4757	4757	0	0	0	0	0
	Particular	1378	0	0	0	0	0	0
	Total	8423	6818	0	0	0	0	0
2003	Estadual	1556	1255	0	0	0	0	0
	Federal	0	0	0	0	0	0	0
	Municipal	6889	6545	0	0	0	0	0
	Particular	940	0	41	348	0	0	0
	Total	9385	7800	41	348	0	0	0

2005	Estadual	-	-	15	0	2506	900	0
	Federal	-	-	0	0	0	0	0
	Municipal	-	-	0	0	4594	4594	0
	Particular	-	-	0	348	843	0	0
	Total	-	-	15	348	7943	5494	0
2009	Estadual	0	0	0	0	0	481	2354
	Federal	0	0	0	0	0	0	172
	Municipal	0	0	0	0	0	2421	0
	Particular	0	0	0	0	0	0	410
	Total	0	0	0	0	0	2902	2936
2011	Estadual	0	0	0	0	0	324	1863
	Federal	0	0	0	0	0	0	168
	Municipal	0	0	0	0	0	1801	0
	Particular	0	0	0	0	0	27	413
	Total	0	0	0	0	0	2152	2444

Fonte: Seduc/Censo Escolar/1999, 2001, 2003, 2005,2009 e 2011.

Há, na rede pública, a oferta da EJA Integrada (Artigo 39/LDBEN/1996) por meio dos programas efetivados em parceria com o Ministério da Educação, o Projovem Urbano (ofertado na rede estadual e municipal) e o Projovem Mais (ofertado na Rede Municipal), implantados desde 2005 e 2011 respectivamente, atenderam conjuntamente um quantitativo de 3.604 (três mil seiscentos e quatro) jovens e adultos com 15 anos ou mais, sendo 2.752 (dois mil setecentos e cinquenta e dois) no Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem Urbano e 852 (oitocentos e cinquenta e dois) no Projovem Mais. Esses programas são destinados ao público na faixa etária acima de 15 (quinze) anos e visa oferecer, concomitantemente às disciplinas do currículo básico, um curso de iniciação profissional. Houve qualificação profissional inicial nas áreas de: Construção e Reparo 1, Serviços Domésticos, Telemática, Madeiras e Móveis, Vestuário, Turismo e Hospitalidade, Administração e Serviços Pessoais.

A partir de 2012, há também a oferta de EJA no Centro Municipal de Profissionalização e Educação de Jovens e Adultos, localizado na Região do Aurenly III, que ocorre em forma de EJA Integrada e com a Certificação, mediante a comprovação do aproveitamento mínimo de 70% exigido em cada prova. Existe, ainda, a proposta de EJA Modular e EJA - profissionalizante (profissionalização inicial), que se encontra em fase de construção, com perspectiva

de atendimento ao público acima de 15 (quinze) anos com opção de escolha pelo aluno em um ou mais módulos de ensino, conforme sua possibilidade para o estudo, com carga horária presencial e a distância. Esta organização da oferta visa também reduzir a taxa de abandono e evasão escolar, pois o aluno não é considerado desistente ao longo do ano letivo e sim ausente, visto que poderá retomar os estudos de onde parou em qualquer época que retornar a escola.

No que concerne à alfabetização de jovens e adultos, desde 2003, vem sendo executado pela Rede Pública Municipal de Ensino o Programa Brasil Alfabetizado. Até o momento foram alfabetizados, cerca de, 2.482 (dois mil quatrocentos e oitenta e dois) jovens e adultos por meio do referido programa. Em 2011, com intuito de garantir alfabetização ao maior número possível de jovens, adultos e idosos residentes no município de Palmas, foi solicitado por esta Secretaria ao Ministério da Educação parceria para a criação do Programa “Palmas para Alfabetização” e este passou a funcionar juntamente com o Brasil Alfabetizado. A parceria ocorre com o pagamento complementar da bolsa paga pela Prefeitura Municipal aos alfabetizadores, no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), somados a R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), pagos pelo Ministério da Educação totalizando o valor de R\$ 500,00(quinhetos reais).

O programa, referente ao exercício 2011, foi iniciado em 12 de março de 2012 e encerrará em 12 de dezembro de 2012, atendendo 21 (vinte e uma) turmas e cerca de 270 (duzentos e setenta) alunos distribuídos nas seguintes regiões: 605 Norte, Aurenly I, II, III, IV, Morada do Sol I, Jardim Taquari, 409 Norte, Maria Rosa, Santa Bárbara, Bela Vista, 904 Sul, Taquaralto, 1206 Sul, Setor Santa Fé e 303 Norte.

Para o ano de 2013, foi novamente firmada parceria com Ministério da Educação para complementação da bolsa dos alfabetizadores, de forma que, a partir do exercício 2013, o MEC pagará ao alfabetizador uma bolsa no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) e o município de Palmas complementarará com o valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), totalizando o valor de R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais) mensais pagos ao alfabetizador.

## **6.9. Educação Prisional**

A educação prisional é ofertada às pessoas que estão em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais por intermédio da EJA, conforme determina a Resolução



CNE/CEB nº 2, de 19 de maio de 2010<sup>27</sup>.

Segundo Macedo (2009)<sup>28</sup>, é um instrumento de ressocialização, de desenvolvimento de habilidades, bem como de formação para a empregabilidade, pois os objetivos de encarceramento devem ultrapassar as questões de punição, isolamento e detenção. Desse modo a educação formal auxilia na reabilitação e na ressocialização, minimizando a discriminação social.

Em Palmas, desde 2005, a EJA para as pessoas que se encontram privadas de liberdade é ofertada pela Secretaria da Educação e Cultura do Estado do Tocantins (Seduc), em parceria com as Secretarias responsáveis pelo Sistema Prisional do Tocantins.

A matrícula é efetivada em escolas da Rede Estadual, mediante atendimento dos seguintes critérios: baixa escolaridade, bom comportamento dentro das Casas de Custódia e aprovação na avaliação da equipe multidisciplinar do Programa (composta por: pedagogos, professores, psicólogos, assistente social e agente prisional). As aulas são ministradas na Casa de Custódia, pelos professores disponibilizados pela Seduc. A Secretaria também disponibiliza materiais didáticos e formação continuada dos professores sobre essa modalidade de ensino, nas unidades prisionais.

Segundo dados da Seduc, em 2005 foram atendidos 155 (cento e cinquenta e cinco) pessoas em privação de liberdade, sendo: 20 (vinte), no 1º segmento, 25 (vinte e cinco), no 2º segmento e 110 (cento e dez) em exames supletivos. Em 2006, a quantidade de atendimento reduziu para 55 (cinquenta e cinco) matrículas, sendo: 10 (dez) na alfabetização, 15 (quinze) no 1º segmento e 10 (dez) no 3º segmento.

### **6.10. Educação Indígena**

A educação indígena está prevista na Constituição Federal de 1988, art. 210, § 2º e nos arts. 78 e 79 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, na Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995. Sua oferta encontra-se disposta também no Parecer CNE/CEB de nº 14/1999 e na Resolução CNE/CEB nº 03/1999, em conformidade com o art. 231 da CF/1988.

Em Palmas, embora exista território dos povos indígenas, no ano de 2011 havia 69 (sessenta e nove) dos educandos indígenas matriculados nas escolas palmenses: 03 (três) na

---

<sup>27</sup>BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 2, de 19 de maio de 2010. Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais. Brasília, 2010.

<sup>28</sup>MACEDO, Malu. Educação Prisional. Overmundo. 2008. Disponível em <http://www.overmundo.com.br/overblog/educacao-prisional> - acessado 11/09/2011.



Rede Federal, 27 (vinte e sete) na Rede Estadual, 33 (trinta e três) na Rede Municipal e 06 (seis) da Rede Particular, conforme tabela a seguir.

TABELA 36 – Matrícula de educandos indígena, segundo dependência administrativa, níveis e modalidades, 2011, Palmas, Tocantins.

REDE	EDUCAÇÃO INFANTIL	EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	ENSINO MÉDIO	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	EJA
FEDERAL	0	0	3	0	0
ESTADUAL	0	13	13	0	1
MUNICIPAL	7	23	0	0	3
PARTICULAR	1	2	0	3	0
<b>TOTAL</b>	<b>8</b>	<b>38</b>	<b>16</b>	<b>3</b>	<b>4</b>

Fonte: Seduc/Censo Escolar/2011.

### 6.11. Educação Integral

Atualmente, em Palmas, a oferta da educação de tempo (e formação) integral ocorre: a) em CMEIs, na primeira fase da educação infantil (0 a 3 anos); b) nas escolas do meio urbano, com a ampliação da jornada por meio do Programa Mais Educação; c) nas escolas de tempo Integral (tanto de estrutura adaptada quanto de estrutura padrão); d) nas escolas de tempo integral do campo, com organização curricular específica para o atendimento da população campesina.

Essa oferta se sustenta no binômio: currículo integrado/tempo escolar, visando à integração do currículo escolar do núcleo comum com outros da parte diversificada, com práticas pedagógicas vinculadas ao esporte, cultura e lazer. Para viabilizar a efetivação desse currículo, o tempo de permanência do educando na escola passou das 800 (oitocentas) horas letivas estabelecidas no art. 34 da Lei nº 9394/1996, chegando até 1600 (um mil e seiscentas) horas anuais. A permanência diária do educando na Unidade Educacional é de 8 (oito) horas, nas escolas do campo; 9(nove) horas, nas escola de tempo integral do meio urbano; e, 10 (dez) horas, nos Centros Municipais de Educação Infantil.

Na Rede Municipal de Ensino de Palmas, a oferta educacional em tempo integral iniciou-se nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI's) com o atendimento de crianças de 0 a

3 anos. Em 2005, tendo como ênfase a educação integral, a Semed deu início à organização da ampliação da jornada escolar, por meio do Projeto Salas Integradas e da construção da primeira escola de tempo integral, Escola Pe. Josimo de Moraes Tavares. Posteriormente, outras duas escolas de tempo integral (de estrutura padrão) foram construídas (Escola de Tempo Integral Eurídice Ferreira de Melo e Caroline Campelo) e 11 (onze) escolas padrão tiveram suas estruturas adaptadas para essa oferta, inclusive as cinco escolas do campo.

O grande desafio para o funcionamento da Educação Integral/Tempo Integral sempre foi falta de financiamento. Contudo, a partir da criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), os recursos para essa oferta começaram a ser diferenciados.

Destaca-se que, a partir de 2008, a Rede Municipal passou a receber recursos do Programa Mais Educação, o que contribuiu significativamente para dar continuidade à nova proposta educacional da capital. Na medida em que o Programa Mais Educação foi sendo implantado nas escolas municipais, o Projeto Salas Integradas foi deixando de existir visando à economicidade e à canalização desses recursos na adaptação estrutural das escolas para o atendimento em tempo integral. O Projeto Salas Integradas atendeu, aproximadamente, 12.000 (doze mil) educandos matriculados em 30 Unidades Educacionais, em horário inverso ao turno das aulas do currículo básico. Em 2011, 38 (trinta e oito) escolas, da Rede Municipal, atendidas pelo Programa Mais Educação do Governo Federal, com de 14.331 (quatorze mil, trezentos e trinta e um) educandos matriculados.

Atualmente<sup>29</sup>, a Rede Municipal mantém: 21 (vinte e um) Centros Municipais de Educação de Educação Infantil (CMEIs) com atendimento de tempo integral na primeira fase da educação infantil; 03 (três) escolas de tempo integral de estrutura padrão e 11 (onze) unidades de estrutura adaptada, sendo: 05 (cinco) escolas do campo e 06 (seis) escolas do meio urbano. Nessas Unidades, em 2011, foram atendidos cerca 7.347 (sete mil, trezentos e quarenta e sete) educandos, desses 1.151 (um mil, cento e cinquenta e um) eram da área rural<sup>30</sup>. Contudo, por meio de convênio com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), outras 03 (três) unidades de tempo integral de estrutura padrão estão em construção, nos seguintes setores: Bertaville, Setor Lago Sul e na Quadra 1.306 Sul. Nestas UEs há uma previsão de atendimento de quatro mil alunos.

---

<sup>29</sup> O levantamento desses dados se deu na segunda quinzena do mês de outubro de 2012.

<sup>30</sup> Fonte: Dados Estatísticos Finais/2011 – Semed/Inspeção Escolar

Com a concepção de educação integral, aumentou o acesso dos educandos aos bens culturais e à iniciação esportiva, pois os educandos das escolas de tempo integral e de jornada ampliada também trabalham, dentre outras áreas: linguagens artísticas (Música e Artes - cênicas e visuais) e cultura corporal do movimento (dança, judô e outros).

Assim, a Semed implantou o Festival de Artes Escolares (FAES), envolvendo escolas de jornada parcial e integral, visando promover, entre os educandos das Unidades Educacionais, tanto públicas quanto privadas: integração, interesse, apreciação e entusiasmo pelas manifestações artístico-culturais.

TABELA 37 – N° de escolas, de inscrições e de participantes no Festival de Artes das Escolas de Palmas, (FAES) nos anos de 2009 a 2011 - Palmas, Tocantins.

Festival de Artes das Escolas de Palmas (Faes)			
ANO	N° DE ESCOLAS	N° DE INSCRIÇÕES	N° DE PARTICIPANTES
2009	37	127	878
2010	75	308	2993
2011	131	439	2263

Fonte: Registros do FAES/Diretoria de Organização Escolar/SEMED-Palmas

Na área da cultura corporal do movimento, são realizadas as Olimpíadas Escolares. Estas têm evoluído significativamente. Em 2005 contemplavam 8 (oito) modalidades esportivas, tendo a participação de 1.174 (um mil, cento e setenta e quatro) alunos de 37 (trinta e sete) escolas. Em 2012, foram contempladas 17 (dezessete) modalidades, com participação de 2.249 (dois mil, duzentos e quarenta e nove) alunos de 48 escolas.

Nessa mesma perspectiva e periodicidade, é realizado o Festival da Criança, que em 2005, contou com a participação de 1.267 (um mil, duzentos e sessenta e sete) alunos de 26 (vinte e seis) escolas; e, em 2012, passou para 3.000 (três mil) alunos de 39 (trinta e nove) escolas.

Para as crianças de seis meses a sete anos, são realizados os Jogos da Infância a fim de estimular a prática do esporte e do movimento com aprendizagens motoras, cognitivas e sócio-afetivas, construídas nas aulas de educação física de cada Unidade Educacional (UE). São realizadas: corrida do bebê, corrida do saco, bola ao cesto, dança da laranja, bola ao gol, corrida com obstáculos, corrida de velocípede, arremesso de fralda e outros.

## **6.12. Educação Ambiental**

A educação ambiental é desenvolvida por intermédio de práticas educativas integradas, contínuas e permanentes, transversalmente, em todos os níveis e modalidades. Está sistematizada nos currículos escolares da educação básica, em sintonia com os princípios e diretrizes do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, da Carta da Terra, da Carta das Responsabilidades humanas e da Agenda 21<sup>31</sup>.

Buscando fazer com que a sustentabilidade ambiental seja vivenciada no cotidiano dos educandos e dos educadores, a Rede Pública Municipal de Ensino aderiu aos programas do Governo Federal de formação das Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola – (COM-VIDA) e o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P).

Atualmente, a COM-VIDA está implantada em todas as Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino em parceria com os Ministérios da Educação e do Meio Ambiente e Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Serviços Públicos - Semasp. A Semed também implantou, em parceria com a Semasp, a coleta seletiva de lixo em todos os centros municipais de educação infantil, tendo como perspectiva, a implantação progressiva em outras unidades.

Vale destacar que, nos dois últimos anos, foi implantada também a A3P na sede da Semed.

## **6.13. Formação e Valorização dos Profissionais da Educação**

No contexto Parecer CNE/CEB nº 08 de 5 de maio de 2010, dentre parâmetros citados por Mozart Neves Ramos para cálculo do Cálculo do Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi), são citados: professores qualificados com remuneração adequada e compatível; existência de pessoal de apoio técnico e administrativo na Unidade Educacional; infraestrutura e equipamentos adequados; proporção adequada do número de alunos por turma e por professor.

Nesse sentido, são apresentados a seguir dados e informações de como essas questões vêm sendo tratadas no sentido da Formação e Valorização dos Profissionais da Rede Pública Municipal de Ensino.

### **Formação inicial**

A formação inicial dos profissionais da educação varia de acordo com o cargo, indo do ensi-

---

<sup>31</sup>[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=13637%3Aeducacao-ambiental&catid=194%3Asecadeducacao-continuada&Itemid=817](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13637%3Aeducacao-ambiental&catid=194%3Asecadeducacao-continuada&Itemid=817) – acessado em 29/08/2012.

no fundamental incompleto a nível superior completo. Após o ingresso, muitos servidores tem seu nível de escolaridade elevado tendo a possibilidade de progredir na carreira.

Atualmente, a Rede Municipal de Ensino, conta com seguinte quadro de servidores:

TABELA 38 - Quadro de cargos da educação, com quantidade de vagas ocupadas por efetivos e a formação inicial exigida (outubro/2012).

QUADRO PERMANENTE		
CARGO	QTD	FORMAÇÃO INICIAL
Técnico Administrativo Educacional	146	Ensino Médio Completo
Agente Administrativo Educacional	910	Ensino Fundamental Incompleto
Agente de Transporte Educacional	20	Ensino Fundamental Incompleto
Professor I – 20 horas	28	Ensino Médio Completo na Modalidade Normal
Professor II – 20 horas	190	Ensino Superior Completo
Professor III – 40 horas	158	Ensino Superior Completo
Professor I – 40 horas	223	Ensino Médio Completo na Modalidade Normal
Professor II – 40 horas	909	Ensino Superior Completo
Professor III – 20 horas	46	Ensino Superior Completo
Total de efetivos do Qd. Permanente)	2630	
QUADRO TRANSITÓRIO		
CARGO	QTD	FORMAÇÃO INICIAL
Auxiliar Técnico Adm. Educacional	11	Ensino Fundamental Completo
PA-B – 40 horas	09	Ensino Fundamental Completo
PA-A – 20 horas	01	Ensino Fundamental Incompleto
PA-A – 40 horas	28	Ensino Fundamental Incompleto
PA-C – 40 horas	01	Ensino Médio Completo
PA-D – 20 horas	01	Ensino Superior Completo
PA-D – 40 horas	12	Ensino Superior Completo
Total de efetivos do Qd. Transitório	63	
<b>TOTAL DE EFETIVOS (QDO. PERMANENTE + QDO. TRANSITÓRIO)</b>	<b>2.693</b>	

Fonte: Diretoria de Organização Escolar/Semed

Nota: A tabela consta a formação inicial exigida em cada cargo, contudo em todos os cargos há muitos servidores efetivos e contratados com escolaridade atual maior que a exigida no ato da posse.

TABELA 39 - Quadro de cargos (do Quadro Geral e do Quadro da Educação), com quantidade de vagas ocupadas por contratos temporários que atuam na Rede Municipal de ensino e a formação inicial exigida (outubro/2012).

CARGO	QTD	FORMAÇÃO INICIAL
Administrador (Qdo. Geral)	04	Ensino Superior
Analista de Sistemas Administrador (Qdo. Geral)	04	Ensino Superior
Assistente Administrativo (Qdo. Geral)	09	Ensino Fundamental Completo
Auxiliar de Serviços Gerais (Qdo. Geral)	04	Ensino Fundamental Incompleto
Enfermeiro (Qdo. Geral)	01	Ensino Superior
Engenheiro (Qdo. Geral)	05	Ensino Superior
Motorista (Qdo. Geral)	02	Ensino Fundamental Incompleto
Nutricionista (Qdo. Geral)	02	Ensino Superior
Vigia (Qdo. Geral)	157	Ensino Fundamental Incompleto
Assistente Social (Qdo. Geral)	01	Ensino Superior
Fisioterapeuta (Qdo. Geral)	01	Ensino Superior
Professor I – 20 horas (Qdo. da Educação)	20	Ensino Médio na Modalidade Normal
Professor I – 40 horas (Qdo. da Educação)	625	Ensino Médio na Modalidade Normal
Professor II – 20 horas (Qdo. da Educação)	52	Ensino Superior
Professor II – 40 horas (Qdo. da Educação)	107	Ensino Superior
Arquiteto (Qdo. Geral)	03	Ensino Superior
Economista (Qdo. Geral)	01	Ensino Superior
Contador (Qdo. Geral)	03	Ensino Superior
Analista Técnico-Administrativo (Qdo. Geral)	07	Ensino Superior
Analista de Controle Interno (Qdo. Geral)	01	Ensino Superior
Analista de Recursos Humanos (Qdo. Geral)	06	Ensino Superior
Agente Administrativo Educacional (Qdo. da Educação)	110	Ensino Fundamental Incompleto
Tecnico Administrativo Educacional (Qdo. da Educação)	02	Ensino Médio Completo
Agente de Transporte Educacional (Qdo. da Educação)	02	Ensino Fundamental Incompleto
<b>TOTAL</b>	<b>1129</b>	

Fonte: Diretoria de Organização Escolar/Semed

Nota: A tabela consta a formação inicial exigida em cada cargo, contudo em todos os cargos há muitos servidores efetivos e contratados com escolaridade atual maior que a exigida no ato da posse.

Segundo dados do INEP/MEC, em 2010 todos os professores atuantes nos anos/séries iniciais na Rede Municipal possuíam habilitação mínima, dentre eles 168 (cento e sessenta e oito) em nível médio (Magistério) e os demais com nível superior. Dos 735 (setecentos e trinta

e cinco) que atuam nos anos finais do ensino fundamental 702 (setecentos e dois) são habilitados em nível superior. Outros 33 (trinta e três) professores dos anos finais do ensino fundamental são instrutores que possuem nível médio e formação específica nas áreas de Música e Artes (cênicas e visuais) visto que não há oferta suficiente de profissionais licenciados nas referidas áreas. É importante destacar que foram realizados concursos em 2005 e 2010, o último contemplando vagas para licenciados nas diversas áreas das artes e da cultura corporal do movimento. Contudo, a quantidade de candidatos de licenciados nestas não foi suficiente para suprir a demanda. Este é um fato que se observa, em nível nacional, pois a recente obrigatoriedade da Música no currículo e a expansão da Educação Integral promoveram maior necessidade dessas formações em nível superior.

Destaca-se que, segundo dados da Gerência Municipal da EJA, em 2010, 100% dos professores atuantes nessa modalidade de ensino eram habilitados em nível superior.

### **Formação continuada**

A Semed implantou o Programa de Formação dos Profissionais em Educação (PROED), com a finalidade de oferecer formação continuada para todos os profissionais da educação da Rede Municipal de Ensino. A formação para os Professores das Séries Iniciais (PSI), do Ensino Fundamental, é organizada em 02 (dois) grupos: PROED/PSI, 1º ao 3º; e, PROED/PSI, 4º e 5º ano, respectivamente. Essa divisão visa atender às especificidades de cada grupo sem, contudo, perder a visão holística da Educação Fundamental. No transcorrer de 2011 a 2012 foram atendidos 863 professores. Considerando as novas Unidades Educacionais, estima-se que haverá um acréscimo no atendimento, em torno de 30%.

A Rede conta ainda com as formações do MEC (Rede Nacional de Formação Continuada) por intermédio do Pró-Letramento que consiste em uma formação de 120h (Matemática e Linguagem), para atendimento primordial aos professores do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental. De 2008 a 2011, foram atendidos 154 (cento e cinquenta e quatro) cursistas. Atualmente, o programa atende a 03 (três) turmas com 78 (setenta e oito) cursistas. (Fonte: Gerência de Formação Continuada/Semed).

A formação continuada dos Professores das Séries Finais (PSF), do Ensino Fundamental, promovida pelo PROED/PSF foi organizada em 13 (treze) grupos, com a finalidade de atender todas as áreas de ensino (Língua Portuguesa, Matemática, Geografia, História, Ciências



Naturais e Línguas Estrangeiras). Os grupos tiveram 24h de formação, durante três dias de evento, sistematizada didaticamente em palestras e oficinas. No ano de 2012, foram atendidos 532 (quinhentos e trinta e dois) professores. Ressalta-se ainda que, no ano de 2012, a Rede Municipal de Ensino foi contemplada com dois cursos do MEC, por meio do PAR (Plano de Ações Articuladas): Matemática e Ciências; porém, neste ano não houve adesão. Estima-se que para 2013 haja um crescimento de 30% da demanda atual de formação e, em razão da demanda reprimida, a expectativa é de oferta de cursos nas demais áreas de ensino.

A formação continuada sobre as práticas educacionais inclusivas na classe comum, em todas as etapas e modalidades, contempla: professores regentes e auxiliares, com carga horária anual de 40h e Curso de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS (Níveis I, II e III) com carga horária de 120h. Em 2011, participaram dessa formação 77 (setenta e sete) professores, o que corresponde a 5,96% do total dos professores da Rede. (Fonte: Gerência da Inclusão e Diversidade/2011).

Também foram ofertados, com foco no Atendimento Educacional Especializado (AEE), o Curso de Atendimento nas Salas de Recursos Multifuncionais com carga horária anual de 40h e o Curso de Especialização em Educação Especial, na modalidade à distância, em parceria com a SEESP/MEC/UFC. No primeiro foram atendidos 32 (trinta e dois) professores e no segundo, 14 (quatorze). Os cursistas atuam nas Salas de Recursos Multifuncionais. (Fonte: Gerência de Inclusão e Diversidade/2011).

Para os professores do campo, nos últimos 04 (quatro) anos, a formação continuada foi sistematizada em 02 (dois) momentos que acontecem anualmente: o primeiro teórico (expositiva) e o segundo com oficinas (práticas) acerca das matrizes curriculares da Educação do Campo para o município de Palmas - TO. Atualmente, o foco é a reestruturação da Proposta Pedagógica, que tem como objetivo promover a formação integral dos sujeitos do campo, com objetivo de fidelizar o educador do campo, evitando a rotatividade dos professores. Nesse contexto, em 2012, foi ofertada a formação PROED/CAMPO com a finalidade de promover a capacitação dos profissionais do campo. O evento formativo teve uma carga horária de 24h e contou com a participação de 300 (trezentos) profissionais da educação do campo.

A Semed ofereceu, em 2010, curso de pós-graduação em História e Cultura da África e História do Negro no Brasil, por intermédio de convênio com a Universidade Federal do Tocantins, para 60 (sessenta) professores da Rede Municipal de Ensino com duração de 420h.



A formação continuada para gestores da Rede Pública Municipal de Ensino é composta por 02 (dois) Programas, são eles: Programa Municipal de Formação de Gestores Educacionais: anualmente, 100% deles participam da imersão, com carga horária em média de 50h, com a finalidade de compartilhar e conhecer novas experiências de gestão, em outras regiões brasileiras. Identificam-se as experiências que alcançaram relevância nacional, nas mais diversas áreas da gestão e infraestrutura escolar para a promoção desse Programa. (Fonte: Gerência de Formação Continuada/2011). O outro é a Capacitação a Distância para Gestores (Progestão), em parceria com o MEC/CONSED/UNDIME/SEMED. No Progestão, em 2011, foram inscritos 54 (cinquenta e quatro) servidores da Rede Municipal da Educação.

Em 2011, 40 (quarenta) supervisores educacionais participaram do curso de Pós-graduação em Coordenação Escolar, oferecido pela Rede de Formação/MEC, o que corresponde a 3,85% da equipe pedagógica das Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino. Vale ressaltar que o MEC, em 2011, não ofereceu formação específica com foco na Orientação Educacional. No entanto, no mesmo ano, a Semed ofertou com o PROED/Equipe Administrativa e Gestora, capacitação para 276 (duzentos e setenta e seis) profissionais; dentre estes 72 (setenta e dois) Orientadores Educacionais.

Em parceria com o MEC, a Semed promove a formação continuada para gestores e professores, por intermédio do Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade. Participam, anualmente, dessa formação 228 (duzentos e vinte e oito) professores e gestores.

Também por meio dessa parceria, a Semed implantou, em 2007, o Programa Profucionário, visando à formação dos agentes e técnicos administrativos educacionais (servidores que atuam na parte administrativa, na manutenção da limpeza, no preparo de alimentos, na preservação do patrimônio). Participaram desse Programa 435 (quatrocentos e trinta e cinco) servidores que na sua maior parte era contratada. Em 2010, a Semed realizou concurso e atualmente necessita dar continuidade dessa política de formação inicial em nível técnico, para 360 (trezentos e sessenta) servidores concursados.

Eventualmente, a Semed oferta capacitações para professores e educandos de todos os Centros de Educação Infantil e de 05 (cinco) escolas sobre a metodologia das Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida (COM-VIDAS).

Destaca-se que, em 2011, o Ministério da Educação reformulou o Programa de Formação Inicial e Continuada por intermédio do Sistema Nacional de Formação (SINAFOR). Este Siste-

ma é integrado com o PDE Interativo para coletar as informações das Unidades Educacionais sobre as suas necessidades de formação a fim de articular a oferta dos cursos demandados junto às Instituições de Ensino Superior públicas.

### **Condições de trabalho**

No Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação Básica do Município de Palmas (PCCR/ Lei nº 1445, de 10 de agosto de 2006)<sup>32</sup> há a determinação de destinar 20% da jornada de trabalho do professor para Hora-Atividade. Contudo, embora esse percentual tenha se cumprido nas escolas da rede pública municipal, nos centros municipais de educação infantil tornou-se efetiva a partir de 2011. Antes, o planejamento nos CMEIs se dava quinzenalmente às sextas-feiras. A partir de 2012, houve uma reorganização na lotação de professores, cumprindo-se tanto em escolas, quanto nos centros de educação infantil a destinação de 1/3 (um terço) da jornada de trabalho para Hora-Atividade, ou seja, para planejamento, estudos, formação e suporte pedagógico. Além disso, há previsão no calendário escolar de 04 (quatro) dias para o planejamento coletivo e formação continuada; e, 03 (três) dias para reuniões pedagógicas.

Também na perspectiva de prover condições de trabalho e de aprendizagem são realizados **investimentos em infraestrutura e equipamentos**. Além das adequações físicas, mencionadas nos gráficos e tabelas anteriormente expostas neste documento, todos os centros municipais de educação infantil foram climatizados; sendo ainda apontados como demanda: a climatização das escolas, a ampliação das salas de professores e a sala de descanso nas escolas de tempo integral.

No sentido de dar suporte ao trabalho dos profissionais da educação, foi desenvolvido e implantado na Rede Pública de Ensino um Sistema de Gestão Escolar<sup>33</sup>. Esse Sistema contempla desde a matrícula informatizada de alunos pela Secretaria da Unidade Educacional até o registro de dados acadêmicos pelo professor e emissão de boletim on-line para o aluno. O Sistema de Gestão Escolar (SGE) fornece relatórios e dados estatísticos para os diversos setores da educação municipal facilitando assim a avaliação e o gerenciamento de

---

<sup>32</sup> Lei nº 1445, de 10 de agosto de 2006. Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação Básica do Município de Palmas. Banco de Leis, disponível em [www.palmas.to.gov.br](http://www.palmas.to.gov.br), em 11/2012.

<sup>33</sup> O Sistema de Gestão Escolar foi desenvolvido na rede pública municipal de ensino e, por meio de termo de cooperação, foi disponibilizado à rede estadual. Tendo como base o regime de colaboração, as melhorias realizadas no sistema são compartilhadas entre as duas redes públicas.

informações sobre o desempenho escolar dos educandos e os investimentos educacionais e financeiros que deverão ser implementados na rede de ensino com a finalidade de se obter um maior rendimento do educando.

Ainda no sentido de melhorar as condições de trabalho dos profissionais e de aprendizagem dos educandos, na Sede da Secretaria Municipal da Educação são utilizados os seguintes sistemas de controle de dados, informações e acompanhamento: Sistema de gestão de Pessoas (SGP), Gestão Patrimonial, Prestações de Contas dos Repasses Direto às Associações Comunidade-Escola (ACE) e Associações Comunidade-Centro de Educação Infantil (ACCEI).

Vale ressaltar que o Ministério da Educação e as Secretarias de Educação têm somado esforços para a democratização dos processos de organização e gestão do planejamento pedagógico e dos processos formativos por intermédio do Plano de Desenvolvimento da Educação Escolar Interativo (PDE Interativo), disponibilizado *on line* para planejamento estratégico das Unidades Educacionais. Este programa possibilita também a identificação da necessidade de cursos de formação continuada para os profissionais da educação na escola a partir do diagnóstico realizado por estas. Também viabiliza o alinhamento de todos os programas institucionais do MEC e das Secretarias com o Projeto Pedagógico da Escola, em busca da melhoria do processo de ensino-aprendizagem.

A quantidade de educandos tem sido reorganizada para atender ao que dispõe a Resolução CME-Palmas nº 001/2007, que define a seguinte proporção: 6 a 8 (seis a oito) educandos com até um ano e onze meses de idade para um professor; 15 (quinze) educandos de três anos e onze meses de idade para um professor; 20 (vinte) educandos entre quatro e cinco anos e onze meses de idade para um professor; no primeiro e segundo ano do Ensino Fundamental, até 25 (vinte e cinco) educandos por professor; terceiro ao sexto ano do Ensino Fundamental até 35 (trinta e cinco) educandos por professor e do sétimo ao nono ano do Ensino Fundamental até 40 (quarenta) educandos por professor. Contudo, embora haja esforços no atendimento desse quantitativo, ainda existem situações a adequar.

Para lotação de servidores, a rede pública adota como critério o módulo das Unidades Educacionais. Essa distribuição, atualmente, está sendo revisada por uma comissão constituída para esse fim.

TABELA 40 - Quantidade de servidores por função, lotados nas escolas municipais do Módulo I (1001 a 1500 alunos) - Rede Pública Municipal de Palmas-TO/2012

FUNÇÕES	QUANTIDADE DE SERVIDORES		
	ESCOLAS DE TEMPO PARCIAL (Sem EJA)	ESCOLAS DE TEMPO INTEGRAL	UNIDADES DE TEMPO PARCIAL (Com EJA)
DIRETOR	1	1	1
COORDENADOR FINANCEIRO	1	1	1
COORDENADOR DE APOIO	1	1	1
SUPERVISOR PEDAGÓGICO	3	4	3
ORIENTADOR EDUCACIONAL	1	2	1
SECRETARIO GERAL	1	1	1
TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	4	4	4
AGENTE ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL LIMPEZA	1 PARA CADA 150 ALUNOS	1 PARA CADA 150 ALUNOS	1 PARA CADA 150 ALUNOS + 2 (p/ noturno)
AGENTE ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – MERENDA	1 PARA CADA 150 ALUNOS	1 PARA CADA 100 ALUNOS	1 PARA CADA 150 ALUNOS + 2 (p/ noturno)
VIGIA DIURNO	2	2	2
VIGIA NOTURNO	2	2	2
BIBLIOTECÁRIO/AUXILIAR DE BIBLIOTECA	1	1	2
PROFESSOR REGENTE 1º AO 5º ANO	DE ACORDO COM A MATRIZ CURRICULAR		

PROFESSOR REGENTE 6º AO 9º ANO	DE ACORDO COM A MATRIZ CURRICULAR
PROFESSOR AUXILIAR	1 PARA 3 ALUNOS COM NECESSIDADE ESPECIAIS NA TURMA
CUIDADOR	DE ACORDO COM A NECESSIDADE DA UNIDADE

FONTE: Dados da Diretoria de Organização Escolar da Semed - outubro/2012

TABELA 41 - Quantidade de servidores por função, lotados nas escolas municipais do Módulo II (801 a 1000 alunos) - Rede Pública Municipal de Palmas-TO/2012

FUNÇÕES	QUANTIDADE DE SERVIDORES		
	ESCOLAS DE TEMPO PARCIAL (Sem EJA)	ESCOLAS DE TEMPO INTEGRAL	UNIDADES DE TEMPO PARCIAL (Com EJA)
DIRETOR	1	1	1
COORDENADOR FINANCEIRO	1	1	1
COORDENADOR DE APOIO	1	1	1
SUPERVISOR PEDAGÓGICO	2	3	2
ORIENTADOR EDUCACIONAL	1	2	1
SECRETARIO GERAL	1	1	1
TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	3	3	3
AGENTE ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL LIMPEZA	1 PARA CADA 150 ALUNOS	1 PARA CADA 150 ALUNOS	1 PARA CADA 150 ALUNOS + 2 (p/ noturno)
AGENTE ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – MERENDA	1 PARA CADA 150 ALUNOS	1 PARA CADA 100 ALUNOS	1 PARA CADA 150 ALUNOS + 2 (p/ noturno)
VIGIA DIURNO	2	2	2
VIGIA NOTURNO	2	2	2

BIBLIOTECÁRIO/ AUXILIAR DE BIBLIOTECA	1	1	1
PROFESSOR REGENTE 1º AO 5º ANO	DE ACORDO COM A MATRIZ CURRICULAR		
PROFESSOR REGENTE 6º AO 9º ANO	DE ACORDO COM A MATRIZ CURRICULAR		
PROFESSOR AUXILIAR	1 PARA 3 ALUNOS COM NECESSIDADE ESPECIAIS NA TURMA		
CUIDADOR	DE ACORDO COM A NECESSIDADE DA UNIDADE		

FONTA: Dados da Diretoria de Organização Escolar da Semed - outubro/2012

TABELA 42 - Quantidade de servidores por função, lotados nas escolas municipais do Módulo III (401 a 800 alunos) - Rede Pública Municipal de Palmas-TO/2012

FUNÇÕES	QUANTIDADE DE SERVIDORES		
	ESCOLAS DE TEMPO PARCIAL (Sem EJA)	ESCOLAS DE TEMPO INTEGRAL	UNIDADES DE TEMPO PARCIAL (Com EJA)
DIRETOR	1	1	1
COORDENADOR FINANCEIRO	1	1	1
SUPERVISOR PEDAGÓGICO	2	3	2
ORIENTADOR EDUCACIONAL	1	2	1
SECRETARIO GERAL	1	1	1
TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	2	2	2
AGENTE ADMINIS- TRATIVO EDUCA- CIONAL LIMPEZA	1 PARA CADA 150 ALUNOS	1 PARA CADA 150 ALUNOS	1 PARA CADA 150 ALUNOS + 2 (p/ noturno)

AGENTE ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – MERENDA	1 PARA CADA 150 ALUNOS	1 PARA CADA 100 ALUNOS	1 PARA CADA 150 ALUNOS + 2 (p/ noturno)
VIGIA DIURNO	2	2	2
VIGIA NOTURNO	2	2	2
BIBLIOTECÁRIO/AUXILIAR DE BIBLIOTECA	1	1	1
PROFESSOR REGENTE 1º AO 5º ANO	DE ACORDO COM A MATRIZ CURRICULAR		
PROFESSOR REGENTE 6º AO 9º ANO	DE ACORDO COM A MATRIZ CURRICULAR		
PROFESSOR AUXILIAR	1 PARA 3 ALUNOS COM NECESSIDADE ESPECIAIS NA TURMA		
CUIDADOR	DE ACORDO COM A NECESSIDADE DA UNIDADE		

FONTE: Dados da Diretoria de Organização Escolar da Semed - outubro/2012

TABELA 43 - Quantidade de servidores por função, lotados nas escolas municipais do Módulo IV (201 a 400 alunos) - Rede Pública Municipal de Palmas-TO/2012

FUNÇÕES	QUANTIDADE DE SERVIDORES		
	ESCOLAS DE TEMPO PARCIAL (Sem EJA)	ESCOLAS DE TEMPO INTEGRAL	UNIDADES DE TEMPO PARCIAL (Com EJA)
DIRETOR	1	1	1
COORDENADOR FINANCEIRO	1	1	1
SUPERVISOR PEDAGÓGICO	1	2	1
ORIENTADOR EDUCACIONAL	1	2	1
SECRETARIO GERAL	1	1	1

TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	2	2	2
AGENTE ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL LIMPEZA	1 PARA CADA 150 ALUNOS	1 PARA CADA 150 ALUNOS	1 PARA CADA 150 ALUNOS + 2 (p/ noturno)
AGENTE ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – MERENDA	1 PARA CADA 150 ALUNOS	1 PARA CADA 100 ALUNOS	1 PARA CADA 150 ALUNOS + 2 (p/ noturno)
VIGIA DIURNO	2	2	2
VIGIA NOTURNO	2	2	2
BIBLIOTECÁRIO/AUXILIAR DE BIBLIOTECA	1	1	2
PROFESSOR REGENTE 1º AO 5º ANO	DE ACORDO COM A MATRIZ CURRICULAR		
PROFESSOR REGENTE 6º AO 9º ANO	DE ACORDO COM A MATRIZ CURRICULAR		
PROFESSOR AUXILIAR	1 PARA 3 ALUNOS COM NECESSIDADE ESPECIAIS NA TURMA		
CUIDADOR	DE ACORDO COM A NECESSIDADE DA UNIDADE		

FONTES: Dados da Diretoria de Organização Escolar da Semed - outubro/2012

TABELA 44 - Quantidade de servidores por função, lotados nas escolas municipais do Módulo V (60 a 200 alunos) - Rede Pública Municipal de Palmas-TO/2012

FUNÇÕES	QUANTIDADE DE SERVIDORES		
	ESCOLAS DE TEMPO PARCIAL (Sem EJA)	ESCOLAS DE TEMPO INTEGRAL	UNIDADES DE TEMPO PARCIAL (Com EJA)
DIRETOR	1	1	1
COORDENADOR FINANCEIRO	1	1	1
SUPERVISOR PEDAGÓGICO	1	2	1



ORIENTADOR EDUCACIONAL	1	2	1
SECRETARIO GERAL	1	1	1
TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	2	2	2
AGENTE ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL LIMPEZA	1 PARA CADA 150 ALUNOS	1 PARA CADA 150 ALUNOS	1 PARA CADA 150 ALUNOS + 2 (p/ noturno)
AGENTE ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – MERENDA	1 PARA CADA 150 ALUNOS	1 PARA CADA 100 ALUNOS	1 PARA CADA 150 ALUNOS + 2 (p/ noturno)
VIGIA DIURNO	2	2	2
VIGIA NOTURNO	2	2	2
BIBLIOTECÁRIO/AUXILIAR DE BIBLIOTECA	1	1	1
PROFESSOR REGENTE 1º AO 5º ANO	DE ACORDO COM A MATRIZ CURRICULAR		
PROFESSOR REGENTE 6º AO 9º ANO	DE ACORDO COM A MATRIZ CURRICULAR		
PROFESSOR AUXILIAR	1 PARA 3 ALUNOS COM NECESSIDADE ESPECIAIS NA TURMA		
CUIDADOR	DE ACORDO COM A NECESSIDADE DA UNIDADE		

FONTE: Dados da Diretoria de Organização Escolar da Semed - outubro/2012

TABELA 45 - Quantidade de servidores por função, lotados nos Centros Municipais de Educação Infantil CMEIs, conforme módulos - Rede Pública Municipal de Palmas-TO/2012

FUNÇÕES	SERVIDORES EM CMEIs Módulo A (120 a 200 crianças)	SERVIDORES EM CMEIs Módulo B (201 a 360 crianças)	SERVIDORES EM CMEIs Módulo C (361 a 500 crianças)
DIRETOR	1	1	1

COORDENADOR FINANCEIRO/ APOIO <sup>1</sup>	1	1	1
SUPERVISOR PEDAGÓGICO	1	1	1
ORIENTADOR EDUCACIONAL	1	1	1
COORDENADOR DE APOIO	-	-	1
SECRETÁRIO GERAL	-	1	1
AGENTE ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL LIMPEZA	4	4	6
AGENTE ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – MERENDA	2	2	3
AGENTE ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – LAVANDERIA	1	1	1
AGENTE ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - LACTARISTA	1	2	2
VIGIA DIURNO	2	2	2
VIGIA NOTURNO	2	2	2
PROFESSOR REGENTE	Nº DE PROFESSORES VARIA DE ACORDO COM AS CRIANÇAS ATENDIDAS E FAIXA ETÁRIA	Nº DE PROFESSORES VARIA DE ACORDO COM AS CRIANÇAS ATENDIDAS E FAIXA ETÁRIA	Nº DE PROFESSORES VARIA DE ACORDO COM AS CRIANÇAS ATENDIDAS E FAIXA ETÁRIA
PROFESSOR AUXILIAR	1 PARA 3 ALUNOS COM NECESSIDADE ESPECIAIS NA TURMA	1 PARA 3 ALUNOS COM NECESSIDADE ESPECIAIS NA TURMA	1 PARA 3 ALUNOS COM NECESSIDADE ESPECIAIS NA TURMA

CUIDADOR	DE ACORDO COM A NECESSIDADE DA UNIDADE	DE ACORDO COM A NECESSIDADE DA UNIDADE	DE ACORDO COM A NECESSIDADE DA UNIDADE
----------	--	--	--

FONTE: Dados da Diretoria de Organização Escolar da Semed - outubro/2012

Nota: <sup>1</sup> Nos Centros Municipais de Educação Infantil com até 360 crianças, o Coordenador Financeiro também atua no apoio. Nos CMEIs com mais de 360 crianças, há um servidor específico para essa função.

## Remuneração

No que concerne à Rede Pública Municipal de Ensino, conforme previsto no Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação Básica do Município de Palmas (Lei nº 1.445/2006), a remuneração é composta do vencimento base e gratificações. Sobre o vencimento base incide a elevação percentual assegurada por meio da progressão horizontal (elevação relativa ao tempo de serviço, que se dá a cada dois anos) e das progressões verticais (elevação por melhoria do nível de escolaridade).

Os benefícios previstos se dão tanto para os cargos do Quadro Permanente quanto do Quadro Transitório<sup>34</sup>.

TABELA 46 - Vencimento dos professores do quadro permanente da rede pública municipal, com carga horária semanal de 40 h (oito horas diárias), por classe (progressão horizontal) e nível (progressão vertical), sem gratificações - Rede Pública Municipal de Palmas-TO/2012.

CARGO	Nível (progressão vertical)	Carga horária semanal	VENC. BASE	CLASSES (progressão horizontal)		
				A	B	C
				7%	14%	21%
PRO-FESSOR	I	40	1472,16	1575,21	1678,26	1781,31
	II	40	2580,10	2760,71	2941,31	3121,92
	III	40	2853,77	3053,53	3253,30	3453,06
	IV	40	3280,33	3509,95	3739,58	3969,20

D	E	F	G	H	I	J	L
28%	32%	35%	38%	41%	44%	47%	50%
1884,36	1943,25	1987,42	2031,58	2075,75	2119,91	2164,08	2208,24
3302,53	3405,73	3483,14	3560,54	3637,94	3715,34	3792,75	3870,15
3652,83	3766,98	3938,20	3938,20	4023,82	4109,43	4195,04	4280,66
4198,82	4330,04	4428,45	4526,86	4625,27	4723,68	4822,09	4920,50

Fonte: PCCR (Lei nº 1.445/2006)

Nota: <sup>1</sup> O Nível I corresponde à formação em nível médio na modalidade normal; o Nível II corresponde à formação em nível superior (Curso de Licenciatura Plena); o Nível III corresponde à formação em nível de especialização lato sensu; e, o Nível IV corresponde à formação em nível de mestrado (especialização stricto sensu)

<sup>34</sup> O Quadro Transitório é composto dos cargos que estão em extinção, ou seja, aqueles que permanecem na Rede Pública, mas que não poderão ser previstos em novos concursos.

TABELA 47 - Vencimento dos Técnicos Administrativos Educacionais do quadro permanente da rede pública municipal, conforme carga horária semanal, por classe (progressão horizontal) e nível (progressão vertical), sem gratificações - Rede Pública Municipal de Palmas-TO/2012.

CARGO	Nível (progressão vertical)	C/H	VENC. BASE	CLASSES (progressão horizontal)			
				A	B	C	D
				3%	6%	9%	12%
TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	I	40	880,06	906,46	932,86	959,27	985,67
	II	40	1230,36	1267,27	1304,18	1341,09	1378,00
	III	40	2396,51	2468,41	2540,30	2612,20	2684,09

E	F	G	H	I	J	L	M	N	O
15%	18%	22%	26%	30%	34%	38%	42%	46%	50%
1012,07	1038,47	1073,67	1108,88	1144,08	1179,28	1214,48	1249,69	1284,89	1320,09
1414,91	1451,82	1501,04	1550,25	1599,47	1648,668	1697,90	1747,11	1796,33	1845,54
2755,99	2827,88	2923,74	3019,60	3115,46	3211,32	3307,18	3403,04	3498,90	3594,77

Fonte: PCCR (Lei nº 1.445/2006)

Nota: 1 O Nível I corresponde à formação em nível médio; o Nível II corresponde à formação em nível médio mais curso de profissionalização com carga horária mínima de 720 horas; o Nível III corresponde à formação em nível superior em área afim ao cargo.

TABELA 48 - Vencimento dos Agentes Administrativos Educacionais do quadro permanente da rede pública municipal, conforme carga horária semanal, por classe (progressão horizontal) e nível (progressão vertical), sem gratificações - Rede Pública Municipal de Palmas-TO/2012.

CARGO	ENSINO	C/H	VENC. BASE	CLASSES				
				A	B	C	D	E
				3%	6%	9%	12%	15%
AGENTE ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	I	40	681,92	702,38	722,84	743,29	763,75	784,21
	II	40	7557,62	780,35	803,08	825,81	848,53	871,26
	III	40	846,31	871,70	897,09	922,48	947,87	973,26
	IV	40	945,15	973,50	1001,86	1030,21	1058,57	1086,92

F	G	H	I	J	L	M	N	O
18%	22%	26%	30%	34%	38%	42%	46%	50%
804,67	831,94	859,22	886,50	913,77	941,05	968,33	995,60	1022,88
893,99	924,30	954,60	984,91	1015,21	1045,52	1075,82	1106,13	1136,43
998,65	1032,50	1066,35	1100,20	1134,06	1167,91	1201,76	1235,61	1269,47
115,08	1153,08	1190,89	1228,70	1266,50	1304,31	1342,11	1379,92	1417,73

Fonte: PCCR (Lei nº 1.445/2006)

Nota: 1 O Nível I corresponde à formação em nível fundamental incompleto; o Nível II corresponde à formação em nível fundamental completo; o Nível III corresponde à formação em nível médio e o Nível IV corresponde à formação em nível médio mais curso de profissionalização com carga horária mínima de 720 horas.

TABELA 49 - Vencimento dos Agentes de Transporte Educacional do quadro permanente da rede pública municipal, conforme carga horária semanal, por classe (progressão horizontal) e nível (progressão vertical), sem gratificações - Rede Pública Municipal de Palmas-TO/2012.

CARGO	Nível (pro-gressão vertical)	C/H	VENC. BASE	CLASSES (progressão horizontal)				
				A	B	C	D	E
				3%	6%	9%	12%	15%
AGENTE DE TRANSPORTE EDUCACIONAL	I	40	955,44	984,10	1012,77	1041,43	1070,09	1098,76
	II	40	1067,20	1099,22	1131,23	1163,25	1195,26	1227,28
	III	40	1191,59	1227,34	12663,09	1298,83	1334,58	1370,33
	IV	40	1330,71	1370,63	1410,55	1450,47	1490,40	1530,32
F	G	H	I	J	L	M	N	O
18%	22%	26%	30%	34%	38%	42%	46%	50%
1127,42	1165,64	1203,85	1242,07	1280,29	1318,51	1356,72	1394,94	1433,16
1259,30	1301,98	1344,67	1387,36	1430,05	1472,74	1515,42	1558,11	1600,80
1406,08	1453,74	1501,40	1549,07	1596,73	1644,39	1692,06	1739,72	1787,39
1570,24	1623,47	1676,69	1729,92	1783,15	1836,38	1889,66	1942,84	1996,07

Fonte: PCCR (Lei nº 1.445/2006)

Nota: \* O Nível I corresponde à formação em nível fundamental incompleto; o Nível II corresponde à formação em nível fundamental completo; o Nível III corresponde à formação em nível médio e o Nível IV corresponde à formação em nível médio mais curso de profissionalização com carga horária mínima de 720 horas.

TABELA 50 - Vencimento dos Professores Assistentes A (PAA) do quadro transitório da rede pública municipal, conforme carga horária semanal, por classe (progressão horizontal) e nível (progressão vertical), sem gratificações - Rede Pública Municipal de Palmas-TO/2012.

CARGO	Nível (pro-gressão vertical)	C/H	VENC. BASE	CLASSES (progressão horizontal)			
				A	B	C	D
				4%	8%	12%	16%
PROFESSOR ASSISTENTE	I	40	702,24	730,33	758,42	786,51	814,60
	II	40	1472,16	1531,05	1589,93	1648,82	1707,71
	III	40	2580,10	2683,30	2786,51	2889,71	2992,92
	IV	40	2853,77	2967,92	3082,07	3196,22	3310,37
	V	40	3280,33	3411,54	3542,76	3673,97	3805,18

E	F	G	H	I	J	L
20%	25%	30%	35%	40%	45%	50%
842,69	877,80	912,91	948,02	983,14	1018,25	1053,36
1766,59	1840,20	1913,81	2061,02	2061,02	2134,63	2208,24
3096,12	3225,13	3354,13	3612,14	3612,14	3741,15	3870,15
3424,52	3567,21	3709,90	3995,28	3995,28	4137,97	4280,66
3936,40	4100,41	4264,43	4592,46	4592,46	4756,48	4920,50

Fonte: PCCR (Lei nº 1.445/2006)

Nota: <sup>1</sup> O Nível I corresponde à formação em nível fundamental incompleto; o Nível II corresponde ao ensino médio completo na modalidade normal; o Nível III corresponde à formação em nível superior em curso de licenciatura plena ou bacharelado mais complementação pedagógica em docência; o Nível IV corresponde à formação em especialização lato sensu; e o Nível V corresponde à especialização stricto sensu (Mestrado).

TABELA 51 - Vencimento dos Professores Assistentes B (PAB) do quadro transitório da rede pública municipal, conforme carga horária semanal, por classe (progressão horizontal) e nível (progressão vertical), sem gratificações - Rede Pública Municipal de Palmas-TO/2012.

CARGO	Nível (pro- gressão vertical)	C/H	VENC. BASE	CLASSES (progressão horizontal)			
				A	B	C	D
				4%	8%	12%	16%
PROFESSOR ASSISTENTE B	I	40	883,31	918,64	953,97	989,31	1024,64
	II	40	1472,16	1531,05	1589,93	1648,82	1707,71
	III	40	2580,10	2683,30	2786,51	2889,71	2992,92
	IV	40	2853,77	2967,92	3082,07	3196,22	3310,37
	V	40	3280,33	3411,54	3542,76	3673,97	3805,18

E	F	G	H	I	J	L
20%	25%	30%	35%	40%	45%	50%
1059,97	1104,14	1148,30	1192,47	1236,63	1280,80	1324,97
1766,59	1840,20	1913,81	1987,42	2061,02	2134,63	2208,24
3096,12	3225,13	3354,13	3483,14	3612,14	3741,15	3870,15
3424,52	3567,21	3709,90	3852,59	3995,28	4137,97	4280,66
3936,40	4100,41	4264,43	4428,45	4592,46	4756,48	4920,50

Fonte: PCCR (Lei nº 1.445/2006)

Nota: <sup>1</sup> O Nível I corresponde à formação em nível fundamental completo; o Nível II corresponde ao ensino médio completo na modalidade normal; o Nível III corresponde à formação em nível superior em curso de licenciatura plena ou bacharelado mais complementação pedagógica em docência; o Nível IV corresponde à formação em especialização lato sensu; e o Nível V corresponde à especialização stricto sensu (Mestrado).

TABELA 52 - Vencimento dos Professores Assistentes C (PAC) do quadro transitório da rede pública municipal, conforme carga horária semanal, por classe (progressão horizontal) e nível (progressão vertical), sem gratificações - Rede Pública Municipal de Palmas-TO/2012.

CARGO	Nível (pro- gressão vertical)	C/H	VENC. BASE	CLASSES (progressão horizontal)			
				A	B	C	D
				4%	8%	12%	16%
PROFESSOR ASSISTENTE	I	40	1.177,73	1224,84	1271,95	1319,06	1366,17
	II	40	1472,16	1531,05	1589,93	1648,82	1707,71
	III	40	2580,10	2683,30	2786,551	2889,71	2992,92
	IV	40	2853,77	2967,92	3082,07	3196,22	3310,37
	V	40	3280,33	3411,54	3542,76	3673,97	3805,18

E	F	G	H	I	J	L
20%	25%	30%	35%	40%	45%	50%
1413,28	1472,16	1531,05	1589,94	1648,82	1707,71	1766,60
1766,59	1840,20	1913,81	1987,42	2061,02	2134,63	2208,24
3096,12	3225,13	3354,13	3483,14	3612,14	3741,15	3870,15
3424,52	3567,21	3709,90	3852,59	3995,28	4137,97	4280,666
3936,40	4100,41	4264,43	4428,45	4592,46	4756,48	4920,50

Fonte: PCCR (Lei nº 1.445/2006)

Nota: 1 O Nível I corresponde à formação em nível médio completo; o Nível II corresponde ao ensino médio completo na modalidade normal; o Nível III corresponde à formação em nível superior em curso de licenciatura plena ou bacharelado mais complementação pedagógica em docência; o Nível IV corresponde à formação em especialização lato sensu; e o Nível V corresponde à especialização stricto sensu (Mestrado).

TABELA 53 - Vencimento dos Professores Assistentes D (PAD) do quadro transitório da rede pública municipal, conforme carga horária semanal, por classe (progressão horizontal) e nível (progressão vertical), sem gratificações - Rede Pública Municipal de Palmas-TO/2012.

CARGO	Nível (pro- gressão vertical)	C/H	VENC. BASE	CLASSES (progressão horizontal)			
				A	B	C	D
				4%	8%	12%	16%
PROFESSOR ASSISTENTE D	I	40	2580,10	2683,30	2786,551	2889,71	2992,92
	II	40	2853,77	2967,92	3082,07	3196,22	3310,37
	III	40	3280,33	3411,54	3542,76	3673,97	3805,18

E	F	G	H	I	J	L
20%	25%	30%	35%	40%	45%	50%
3096,12	3225,13	3354,13	3483,14	3612,14	3741,15	3870,15
3424,52	3567,21	3709,90	3852,59	3995,28	4137,97	4280,66
3936,40	4100,41	4264,43	4428,45	4592,46	4756,48	4920,50

Fonte: PCCR (Lei nº 1.445/2006)

Nota: 1 O Nível I corresponde à formação em nível superior em curso de licenciatura curta ou bacharelado; o Nível II corresponde à formação em especialização lato sensu; e o Nível III corresponde à especialização stricto sensu (Mestrado).

TABELA 54 - Vencimento dos Auxiliares Técnicos Administrativos Educacionais (ATAE) do quadro transitório da rede pública municipal, conforme carga horária semanal, por classe (progressão horizontal) e nível (progressão vertical), sem gratificações - Rede Pública Municipal de Palmas-TO/2012.

CARGO	ENSINO	C/H	VENC. BASE	CLASSES (progressão horizontal)			
				A	B	C	D
				3%	6%	9%	12%
AUXILIAR TÉC. ADMIN. EDUCACIONAL	I	40	681,92	702,38	722,84	743,29	763,75
	II	40	880,06	906,46	932,86	959,27	985,27
	III	40	1230,36	1267,27	1304,18	1304,18	1341,09
	IV	40	2396,51	2468,41	2540,30	2612,20	2684,09

E	F	G	H	I
15%	18%	22%	26%	30%
784,21	804,667	831,94	859,94	886,50
1012,07	1038,47	1038,47	1108,88	1144,08
1414,91	1451,82	1451,82	1550,25	1599,47
2755,99	2827,88	2923,74	3019,60	3115,46
J	L	M	N	O
34%	38%	42%	46%	50%
913,77	941,05	968,33	995,60	1022,88
1179,28	1214,48	1249,69	1284,89	1320,09
1648,68	1697,90	1747,11	1796,33	1845,54
3211,32	3307,18	3403,04	3498,90	3594,77

Fonte: PCCR (Lei nº 1.445/2006)

Nota: 1 O Nível I corresponde à formação em nível fundamental completo; o Nível II corresponde à formação em nível médio; o Nível III corresponde à formação em nível médio mais curso de profissionalização com carga horária mínima de 720 horas; e, o Nível IV corresponde à formação em nível superior.

Além dos benefícios dispostos nas tabelas anteriores, há também a concessão da Gratificação por Titularidade (valor de até 20% do vencimento, por formação extra, comprovada em certificados).



TABELA 55 – Percentual da Gratificação por Titularidade, conforme carga horária de formação extra, comprovada nos títulos/certificados.

CH – Certificados	%
180 horas	5
360 horas	10
720 horas	20

Fonte: PCCR, Lei nº 1.445/2006

Nota: A gratificação é o percentual sobre o vencimento base (considerando o nível e a classe em que o servidor se encontra) com base em títulos (certificados de formação de, no mínimo, 40 h).

Além dos benefícios das progressões verticais (por elevação da escolaridade), das progressões horizontais (por tempo de serviço) e da Gratificação por Titularidade (valor percentual com base em títulos/certificados apresentados), previstos para todos os servidores, os professores que estão na regência da sala de aula, supervisores educacionais (coordenadores pedagógicos), orientadores educacionais e diretores recebem a Gratificação por Regência de Classe (GRC). O valor desta varia de acordo com a carga horária e o nível alcançado no cargo. Os diretores recebem a GRC e a Gratificação de Direção cujo valor varia entre 30% a 50% do vencimento base, conforme o módulo da escola.

TABELA 56 – Valor da Gratificação por Regência de Classe, conforme cargo e nível, para carga horária de 40 (quarenta) horas - Rede Pública Municipal de Palmas-TO/2012

ITEM	CARGO(S)	ENSINO - ESCOLARIDADE	CARGA HORÁRIA	VALOR
	VALOR	NIVEL I – ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	40	100,00
1	PA-A	NIVEL I – ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	40	100,00
2	PA-B	NIVEL I – ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	40	150,00
3	PROFESSOR	NIVEL I - ENSINO MÉDIO COMPLETO NA MODALIDADE NORMAL	40	200,00
4	PA-A E PA-B	NIVEL II - ENSINO MÉDIO COMPLETO NA MODALIDADE NORMAL	40	200,00

5	PA-C	NIVEL I E ENSINO II ENSINO MÉDIO COMPLETO	40	200,00
6	PROFESSOR	NÍVEL II – LICENCIATURA PLENA	40	466,20
7	PA-A, PA-B E PA-C	NIVEL III – LICENCIATURA PLENA OU BACHARELADO MAIS COMPLEMENTAÇÃO PEDAGÓGICA PARA DOCÊNCIA	40	466,20
8	PA-C	NIVEL III – ENSINO SUPERIOR COMPLETO	40	466,20
9	PA-D	NIVEL I – ENSINO SUPERIOR COMPLETO	40	466,20
10	PROFESSOR	NIVEL III – PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU	40	500,00
11	PA-A, PA-B E PA-C	NIVEL IV – PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU	40	500,00
12	PA-D	NIVEL II – PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU	40	500,00
13	PROFESSOR	NIVEL IV – PÓS-GRADUAÇÃO STRICTU SENSU	40	534,00
14	PA-A, PA-B E PA-C	NIVEL V – PÓS-GRADUAÇÃO STRICTU SENSU	40	534,00
15	PA-D	NIVEL III– PÓS-GRADUAÇÃO STRICTU SENSU	40	534,00

#### 6.14. Financiamento da Educação Municipal

O Parecer do CNE/CEB nº 05, de maio de 2010 expõe que nos últimos três anos o Brasil obteve uma estimativa de incremento anual de 0,2% do Produto Interno Bruto -PIB em educação e, no entendimento do relator, esse esforço mínimo anual deve permanecer para os próximos anos visando fazer face aos desafios da equidade e da qualidade.

Na rede pública municipal de Palmas, observa-se que esse esforço tem sido crescente. No período de 2005 a 2011, o valor do PIB investido em educação cresceu aproximadamente 58%, passando de R\$ 52.999.522,47 (cinquenta e dois milhões, novecentos e noventa e nove mil, quinhentos e vinte e dois reais e quarenta e sete centavos) para R\$ 125.823.308,56 (cento e vinte e cinco milhões, oitocentos e vinte e três mil, trezentos e oito reais e cinquenta e seis centavos). Ressalta-se que as despesas da Prefeitura com a educação nos anos de 2005, 2007, 2008 e 2009 representou, 3,24%, 3,08%, 3,16% e 3,36 pontos percentuais do PIB municipal, uma estimativa de acréscimo anual em torno de 2,26%.<sup>35</sup>

<sup>35</sup>Dados coletados em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/sistemas-siope> - acessado em 01/10/2012; e <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> - acessado em 01/10/2012

TABELA 57 - Estimativa do número de educando, classes, total de professores, número de salas de aula, alunos/classe, jornada diária do educando e jornada semanal do professor por etapa da Educação Básica<sup>36</sup> (Considerada no cálculo do CAQi)

Etapa da Educação Básica	Nº de educando	Nº de classes	Nº de Professores	Nº de Aula	Educando por classe	Jornada do educando (hora/dia)	Jornada semanal do professor.
Creche	130	10	20	10	13	10	40
Pré Escola	240	12	12	6	22	5	40
E. Fund. Anos Iniciais	480	18	20	10	24	5	40
E. Fund. Anos finais	600	20	20	10	30	5	40
Ensino Médio	900	30	30	15	10	5	40
E. Fund. Anos Iniciais (Escolas da Ed. Campo)	60	4	4	2	15	5	40
E. Fund. Anos finais (Escolas do Campo)	100	4	4	2	35	5	40

Para fixar a relação do número de alunos por turma o CAQi tomou como referência a relação prevista no projeto original da LDB (substitutivo de Jorge Hage), assim como aquela para a Educação Infantil constante no documento subsídios para credenciamento e funcionamento de instituições de Educação Infantil do MEC de 1988. (Parecer CNE/CEB nº 08 de 05 de maio de 2010)

Assim, a tabela a seguir consta resumo dos indicadores financeiros sobre os investimentos com educação no período de 2008 a 2011.

TABELA 58 - Indicadores dos investimentos da Prefeitura com a educação básica nos anos de 2008 a 2011- Palmas, Tocantins.

a) INDICADORES LEGAIS				
Indicador	2008	2009	2010	2011
% da aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE, contendo receitas de impostos e transferência vinculada ao Fundeb - Mínimo de 25% para Estados, DF e Municípios.	26,85	29,03	26,34	25,23
% da aplicação do FUNDEF OU FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério (mínimo de 60%).	78,13	78,04	75,49	66,81
% da aplicação do FUNDEF OU FUNDEB em despesas com MDE, que não são remuneração do magistério (mínimo de 40%).	21,42	21,95	24,08	33,17
% das receitas do FUNDEF OU FUNDEB não aplicadas no exercício (máximo de 5%).	0,45	0	0,43	0

<sup>36</sup>Fonte: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=5368&Itemid=](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=5368&Itemid=) acessado em 24/09/2012.

b) INDICADORES DE DISPÊNDIO FINANCEIRO				
Indicador	2008	2009	2010	2011
% recursos do Fundeb aplicados na Educação Infantil	2,42	11,46	22,7	23,23
% recursos do Fundeb aplicados na Ensino Fundamental	97,13	88,54	76,87	76,76
% das despesas com educação infantil em relação à despesa total com educação.	6,31	11,42	20,07	19,0
% das despesas com ensino fundamental em relação à despesa total com educação.	91,57	86,08	75,13	76,6
% das despesas com ensino médio em relação à despesa total com educação.	0	0,00	0,00	0
% das despesas com educação superior em relação à despesa total com educação.	0	0	0	0
% das despesas em educação em relação às despesas de todas as áreas	22,79	24,09	24,71	25,68
% das despesas com alimentação escola em relação à despesa total com educação	0	1,61	1,55	1,85
% das despesas com material didático por aluno da educação básica.	0,00	0,00	0,00	0,00
% das despesas correntes em educação em relação à despesa total em MDE.	84,66	90,28	85,73	89,03
% de investimentos de capital em educação em relação à despesa total em MDE.	15,34	9,72	14,27	10,96
c) INDICADORES DE DISPÊNDIO COM PESSOAL				
Indicador	2008	2009	2010	2011
% das despesas com aposentadorias e pensões da área educacional em relação às despesas totais com MDE	0	0	0	0
% DAS despesas com pessoal e encargos sociais da área educacional em relação à despesa total com MDE.	98,98	96,94	96,34	95,02
% das despesas com professores em relação à despesa total com MDE.	48,46	53,78	55,64	45,84
% das despesas com profissionais não docentes em relação à despesa total com MDE.	11,5	8,14	5,92	20,27
d) INDICADORES DE INVESTIMENTO POR ALUNO				
Indicador	2008	2009	2010	2011
Gasto educacional por aluno da educação infantil	1.644,08	R\$ 1.988,94	R\$ 3.103,73	3.365,64
Gasto educacional por aluno do ensino fundamental.	4.059,10	R\$ 3.645,59	R\$ 3.571,93	4.411,99
Gasto educacional por aluno do ensino médio.	0	0,00	0,00	0
Gasto educacional por aluno da educação de jovens e adultos.	63,08	0,00	2.082,66	1.497,24
Gasto educacional por aluno da educação especial.	0,00	0,00	0,00	R\$ 0,00
Gasto educacional por aluno da educação profissional.	0,00	0,00	0,00	R\$ 0,00
Gasto educacional por aluno da educação básica	3.321,16	3.031,42	3.368,44	3.994,86
Gasto educacional por aluno	3.321,16	3.031,42	3.368,44	3.994,86
Despesas com professores por aluno da educação básica.	1.640,96	1.699,42	1.915,86	1.907,53
Despesas com profissionais não docentes da área educacional por aluno da educação básica.	389,29	257,34	204,01	843,82

% de investimento por aluno da educação superior em relação ao investimento por aluno da educação básica.	0	0	0	0
<b>e) INDICADORES DE COMPOSIÇÃO DA RECEITA</b>				
Indicador	2008	2009	2010	2011
% das receitas de transferências realizadas pelo FNDE em relação à receita total.	1,77	0,99	1,06 %	1,07
% das receitas de impostos em relação à receita total.	12,67	13,67	16,39 %	14,93
% das receitas de transferências constitucionais em relação à receita total.	60,07	46,62		

Fonte: <http://www.fnde.gov.br/index.php/sistemas-siope> - acessado em 01/10/2012.

Nota: Na escrituração contábil utiliza-se o termo gasto para despesas de custeio, entretanto, optamos por identificar a tabela com a utilização do termo "investimento" visto que os "gastos" com a educação consolidam ganhos sociais permanentes.

Conforme observado na Tabela 58, de 2008 a 2011, o percentual da arrecadação de impostos investido em educação ficou entre 25,25% a Os dados desta tabela estão disponíveis no Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE). Esse Sistema foi instituído pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para coletar, processar e disseminar o acesso público às informações referentes às despesas de educação da União dos Estados, Municípios e do Distrito Federal.

A Rede Pública Municipal conta com repasse do FUNDEB e com os recursos da conta de Manutenção e Desenvolvimento de Ensino (MDE) que foi especificamente criada com a vinculação de recursos da arrecadação municipal para a educação.

TABELA 59 – Repasses anuais do FUNDEB e da conta de MDE para a Rede Pública Municipal de Ensino.

ANO	FUNDEB	Conta de MDE
2005	22.624.467,92	32.175.433,25
2006	23.427.286,28	29.491.877,22
2007	33.667.494,22	39.208.533,65
2008	42.626.310,99	35.807.372,78
2009	47.375.328,56	34.405.055,79
2010	58.290.108,22	29.902.654,99
2011	79.931.127,86	36.212.108,92

Destaca-se que, por meio de convênio com o FNDE, houve captação de recursos para construção na ordem de R\$ 4.064.171,29 (quatro milhões, sessenta e quatro mil, cento e se-

tenta e um reais e vinte e nove centavos), em 2010; e de R\$ 720.396,81 (setecentos e vinte mil, trezentos e noventa e seis reais e oitenta e um centavos), em 2011.

É importante ressaltar também que o processo de descentralização dos recursos aumentou a autonomia financeira das Unidades Educacionais, pois lhes propiciou condições de atender as especificidades locais de forma mais célere. Para essa finalidade, cada UE possui uma Unidade Executora (UEX), ou seja, uma associação constituída legalmente (sociedade civil com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos).

TABELA 60 – Repasses anuais para as Unidades Executoras das Escolas Públicas Municipais, 2004 a 2011.

REPASSE PARA ESCOLAS – ACEs						
ANO	PNAE	PNAE/ RECURSOS MUNICIPAIS	PDDE	PDE <sup>1</sup>	PROGR MUL. ESCOLA AUTÔNOMA DE GESTÃO PARTICIPATIVA <sup>2</sup>	AMPLIAÇÃO, REFORMA E CONSTRUÇÃO <sup>2</sup>
2004	490.645,20	274.103,46	172.166,70	-	2.096.660,00	1.347.685,23
2005	663.787,80	370.831,17	180.435,50	-	3.577.091,45	8.313.350,94
2006	825.676,80	461.271,95	190.813,60	-	3.649.917,22	3.356.030,42
2007	911.680,00	509.318,43	223.364,20	-	3.716.412,88	8.798.935,89
2008	832.084,00	464.851,39	219.192,40	78.000,00	6.850.621,96	4.815.559,21
2009	1.248.385,60	697.422,12	373.061,80	161.500,00	7.440.826,25	3.679.031,56
2010	2.036.390,40	944.756,90	375.266,20	183.000,00	5.331.735,96	11.740.637,99
2011	3.333.744,00	2.237.431,00	550.204,20	318.000,00	5.971.531,50	10.560.217,64

FONTE: Simad/ FNDE, Sistema Prodata e Intranet/Orçamento/Palmas-TO

Notas: <sup>1</sup> No período de 2004 a 2007, não houve repasse do PDE. Em 2004, 32 escolas foram contempladas com recursos do PDE; 2005, 33 escolas; 2006, 33 escolas; 2007, 37 escolas; 2008, 38 escolas; 2009, 37 escolas; 2010, 39 escolas e 2011, 40 escolas.<sup>2</sup>

TABELA 61 – Repasses anuais para as Unidades Executoras dos Centros Municipais de Educação Infantil, 2004 a 2011.

REPASSE PARA CMEIs - ACCEI					
ANO	PDDE <sup>1</sup>	PNAC	PNAC/MUNIC	PROGR. MUL. ES- COLA AUTÔNOMA DE GESTÃO PARTICIPATIVA <sup>2</sup>	AMPLIAÇÃO, REFORMA E CONSTRUÇÃO <sup>2</sup>
2004	-	34.740,00	19.407,82	-	501.910,72
2005	-	33.840,00	18.905,02	-	746.181,50

2006	-	36.168,00	20.205,58	376.645,93	1.269.041,69
2007	-	40.040,00	22.368,71	364.376,34	817.441,57
2008	-	39.996,00	22.344,13	942.767,96	3.114.870,82
2009	36.047,80	63.021,20	35.207,37	959.106,32	9.708.928,93
2010	72.021,20	121.160,00	89.801,79	1.770.698,46	1.647.322,50
2011	107.501,40	205.776,00	94.690,00	1.321.876,00	925.192,54

FONTE: Simad/ FNDE, Sistema Prodata e Orçamento/Palmas-TO

Nota: <sup>1</sup> Os CMEIs passaram a receber os recursos do PDDE em 2009. Em 2009, foram contemplados 10 CMEIs; em 2010, 15 CMEIs e em 2011, 19 CMEIs. Os repasses do Programa Escola Autônoma de Gestão Participativa aos CMEIs se iniciou em 2006.

Outro dado importante é o montante de recursos municipais utilizados anualmente para a oferta do transporte escolar; conforme tabela a seguir o repasse de recursos do Programa Nacional de Transporte Escolar feito pelo FNDE é menos de 10% do valor total.

TABELA 62 – Recursos anuais utilizados para oferta do transporte escolar na Rede Pública Municipal de Palmas, 2004 a 2011.

ANO	PROGRAMA NACIONAL DE TRANSPORTE ESCOLAR/FNDE	RECURSOS MUNICIPAIS P/ TRANSPORTE ESCOLAR	SALAR. EDUCAÇÃO P/ TRANSPORTE ESCOLAR	TOTAL
2004	85.529,20	2.072.250,16	239.103,57	2.396.882,93
2005	85.989,43	2.166.976,98	453.834,27	2.706.800,68
2006	75.669,72	2.128.046,39	575.904,64	2.779.620,75
2007	126.242,88	2.808.426,23	596.156,42	3.530.825,53
2008	134.038,33	1.869.492,27	788.436,47	2.791.967,07
2009	195.343,68	2.215.420,08	896.480,17	3.307.243,93
2010	330.249,80	1.928.422,34	1.429.667,90	3.688.340,04
2011	216.418,46	3.051.488,95	889.757,30	4.157.664,71

FONTE: Simad/ FNDE, Sistema Prodata e Orçamento/Palmas-TO

TABELA 63 – Recursos anuais utilizados em pagamento de servidores (folha de pagamento) da Rede Pública Municipal de Palmas, 2004 a 2011.



FOLHA DE PAGAMENTO				
ANO	Servidores da sede da Semed	Servidores lotados nos CMEIs	Coordenadores e Supervisores lotados na sede da Semed, que fornecem APOIO PEDAGÓGICO às UEs	Servidores lotados nas escolas
2004	6.777.332,56	2.805.314,76	1.045.833,72	16.495.942,92
2005	5.844.659,55	2.442.156,62	733.526,04	16.547.078,22
2006	8.411.930,72	3.226.154,62	4.209.591,29	18.752.899,67
2007	12.582.763,01	3.666.645,48	6.699.937,43	22.863.083,52
2008	10.698.812,15	2.457.961,58	9.216.374,91	30.027.883,94
2009	10.643.187,24	6.035.331,86	14.174.631,35	35.349.223,15
2010	10.753.187,14	6.135.331,86	14.274.631,00	36.349.323,35
2011	8.996.497,54	8.747.892,49	18.739.820,12	36.075.181,51

FONTE: Simad/ FNDE, Sistema Prodata e Orçamento/Palmas-TO

### 6.15. Mecanismos de Controle Social e Gestão Democrática

No âmbito dos Sistemas Estadual e Municipal de Ensino existem os Conselhos Municipal e/ou Estadual da Educação, da Alimentação Escolar e do Fundo de Desenvolvimento da Educação e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), criados por lei com função normativa, deliberativa, mobilizadora, propositiva, consultiva, fiscalizadora e de controle social.

Em Palmas, o Conselho Municipal da Educação (CME), criado por meio da Lei nº 044/1990, é composto por 19 (dezenove) membros<sup>37</sup> que representam os diversos segmentos da educação (Lei nº 1.461/2007). É organizado em 02 (duas) câmaras: Educação Básica e FUNDEB. Atua, no âmbito do Sistema Municipal de Educação, realizando o acompanhamento e a avaliação da política educacional, incluindo a distribuição e execução dos recursos financeiros. Os pareceres e atos normativos emitidos por esse Conselho são publicados no Portal da Prefeitura Municipal de Palmas ([www.palmas.to.gov.br](http://www.palmas.to.gov.br)).

O Conselho Municipal da Alimentação Escolar (CMAE), criado por meio da Lei nº 516/1995, é composto por 7 (sete)<sup>38</sup> membros. Ele acompanha e fiscaliza todas as etapas do PNAE (aquisição, preparação, distribuição, armazenamento e vencimentos dos alimentos). A fiscali-

<sup>37</sup> Para cada membro titular, há um suplente; desse modo totalizando 38 (trinta e oito) conselheiros.

<sup>38</sup> Contando titulares e suplentes, há um total de 14 (quatorze) conselheiros.



zação é realizada, in loco, nas Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino. O CMAE também acompanha a realização dos testes de aceitabilidade em todas as Unidades Educacionais, conforme determina a legislação. Cada conselho possui um calendário de reuniões ordinárias mensais e reúne-se extraordinariamente sempre que necessário.

Tanto o CME quanto o CMAE funcionam em uma sala disponibilizada na sede da Semed e recebem o suporte necessário as suas ações. Em 2009, por meio do Programa Municipal de Fortalecimento da Gestão Democrática (criado no Plano Plurianual em 2009) têm disponibilizados recursos orçamentários para suas ações e formações.

Dentre as ações importantes para suporte e formação desses órgãos colegiados, podem ser citadas: a) disponibilização de uma assessoria, a partir de 2005, para subsidiá-los na execução de seus trabalhos; b) promoção de encontros locais para estudos de leis e normas que regulam a educação e a alimentação escolar; c) disponibilização de duas técnicas da Semed para exercerem a função de Secretária Executiva, sendo uma para cada conselho; d) disponibilização de alimentação quando a reunião acontece em período integral; e) vale transporte ou disponibilização de veículo para realização de visitas in loco; f) formação em parceria com o Centro de Alimentação e Nutrição da Universidade Federal de Brasília – Cecane-UnB e o FNDE; g) formações disponibilizadas pelo Ministério da Educação em parceria com a UFT; f) viabilização da participação de conselheiros em eventos nacionais e municipais tais como: Encontros Nacionais dos Conselhos Municipais de Educação, I Conferencia Estadual da Educação Básica do Estado, I Conferência Nacional de Educação Básica, lançamento da Olimpíada Brasileira de Língua Portuguesa, I Encontro Nacional com Conselheiros Estaduais e Municipais de Educação, Imersão de Diretores em Goiânia-GO, Conferência Nacional de Educação (CONAE), CONAE Etapa Intermunicipal, I Encontro Municipal dos Conselhos da Educação (CMAE, CME, conselhos fiscais e conselhos escolares).

Os Conselhos Municipais da Educação, por sua vez, têm atuado nas visitas in loco, na fiscalização e controle social dos recursos e na proposição de medidas de aperfeiçoamento do Sistema Municipal de Educação. Além das ações cotidianas, os referidos conselhos têm promovido e organizado outras de caráter mobilizador e propositivo; dentre elas: a) Emissão da Moção de Exortação pela Regularização das Instituições Privadas de Educação Infantil; b) Proposição de elaboração do Plano Municipal de Educação; c) Workshop “Educação Infantil: Pela Efetivação dos Direitos da Criança”; d) Campanha “Escola Legal”, de mobilização para

regularização de todas as Instituições de educação.

Destaca-se ainda que, com foco no controle social e na gestão democrática, foi instituído por meio da Lei nº 1.911, de 10 de agosto de 2012, o Fórum Permanente da Educação de Palmas, visando à participação dos diversos segmentos na construção, acompanhamento e avaliação do Plano Municipal de Educação e dos demais planos decenais (Plano Estadual e Plano Nacional de Educação).

Vale ressaltar, também, a instituição e/ou nomeação de comissões e grupos de trabalho, compostos por diversos segmentos: Comissão de Gestão do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação Básica do Município de Palmas; Comissão de Organização e Sistematização do Plano Municipal de Educação; Comissão de Avaliação Permanente de Desempenho; Comissão de Estudo do Módulo das Unidades Educacionais, Comissão de Organização e Formulação das Diretrizes do Processo Misto de Escolha de Diretores; Grupo de Trabalho de Elaboração das Diretrizes e Referenciais da Educação Infantil; Grupo de Trabalho Temático de Educação Física, Grupo de Trabalho da Educação do Campo e outros.

Nas Unidades Educacionais da Rede Pública de Ensino existem Associações de Apoio ou as Associações Comunidade-Escola (ACE) ou Associações Comunidade-Centro de Educação Infantil (ACCEI), que são pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos cuja finalidade é a execução dos recursos financeiros repassados pelo governo federal e pelo município. Nestas ou fora destas, as Unidades Educacionais tem, também, Conselhos Escolares, que são órgãos colegiados consultivos, mobilizadores, deliberativos, propositivos, de controle social, de acompanhamento e avaliação do processo educacional da escola/CMEI, visando a melhorias de seus resultados pedagógicos, administrativos e financeiros em integração com a comunidade local. Na rede pública municipal, os Conselhos Escolares que compõem as Unidades Executoras são denominados “Conselho Escolar Comunitário”.

Em 2011, constituiu-se na Semed um Grupo de Fortalecimento dos Conselhos Escolares da Rede Municipal de Ensino (GAFCE) que, a partir da realização de uma pesquisa diagnóstica acerca da composição e atuação desses colegiados, participou do planejamento e da realização do I Encontro Municipal de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, onde foi lançada a Cartilha/Gibi “Conselho Escolar: Comunidade Ativa”. No evento, foram apresentados os dados da pesquisa e os participantes elaboraram uma carta com as diversas propos-

tas levantadas para revitalização e efetividade desses colegiados. Também foi proposta pelo GAFCE a desvinculação dos Conselhos Escolares das Unidades Executoras, no sentido de firmar a identidade e atuação deste. Assim, foram discutidos dispositivos legais acerca desses colegiados e, conforme análise do GAFCE, estes deverão ser debatidos no âmbito do Fórum Permanente da Educação de Palmas no contexto do Projeto de Lei de Gestão Democrática da Educação Municipal.

Embora a gestão democrática seja um processo em construção, outro mecanismo que busca efetivá-la na rede de ensino municipal é o Processo Misto de Escolha de Diretores, realizado com a aferição da capacidade técnica dos candidatos e a eleição direta e secreta feita pela comunidade escolar, para um mandato de dois anos, com possibilidade de uma recondução por igual período. Esse mecanismo está assegurado no Plano de Cargos, Carreira e Remuneração- PCCR (Lei Municipal nº 1.445, de 14 de agosto de 2006). O processo se dá conforme diretrizes estabelecidas no PCCR e regulamentação feita em edital, conforme discussão feita pela comissão instituída pra esse fim, composta por representantes da Semed, do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Tocantins e do Conselho Municipal de Educação. Embora o último processo (2011), tenha sido aberto para todas as Unidades Educacionais (CMEIs e escolas) com mais de um ano de funcionamento, algumas não tiveram candidatos. Ao final do processo 36 (trinta e seis) UEs tiveram candidatos aprovados e eleitos. Desse modo, a perspectiva era a realização de novo processo para aquelas que não tiveram candidatos eleitos, contudo, devido ao ano de eleições municipais, definiu-se que este deva ocorrer em 2013.

# ANEXOS

ANEXO I – Datas, instrumentos, ações e sujeitos do processo de planejamento da educação iniciado em 2012.

DATA (2012)	INSTRUMENTO	AÇÃO	SUJEITOS
<b>Comissão para Organização e Sistematização do PME</b>			
Abril a Novembro	Atas (site da Prefeitura)	Reuniões da Comissão e com a participação dos membros do FE-Palmas (após sua instituição). - Número de reuniões: cerca de 16 reuniões, incluindo aquelas realizadas junto ao Grupo Articulador para instalação do FE-Palmas.	Comissão PME. - Número de participantes em cada reunião: entre 8 a 20 pessoas. - Instituições representadas na Comissão: Sintet, CME, Conselho Municipal das Associações de Moradores, Semed, UFT, Câmara Municipal.
17 abril	Decreto Municipal nº 266	Nomeação da Comissão para Organização e Sistematização do PME de Palmas	Prefeito Municipal
Abril e maio	Diagnóstico	Elaboração do instrumento de diagnóstico	Grupo de Trabalho da Comissão do PME
Maio a Novembro	Diagnóstico	Início do levantamento de dados diagnósticos e da análise descritiva dos dados	- Técnica da Semed - Descentralização para outros técnicos dos diversos setores da Semed e da UFT, para o levantamento dos demais dados que subsidiarão a construção coletiva do Documento Referência, por parte da Comissão do PME e do FE-Palmas
26 de abril a 29 de junho (15)	Slides (site da Prefeitura)	Reuniões de estudo com base no PEE, no PL do PNE e outras informações de especialistas	Expositores

Maio a Novembro	Documento Referência	Construção de Documento Norteador para as discussões de elaboração do PME Palmas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Técnica da Semed (para iniciar a coleta)</li> <li>- Descentralização: técnicos dos diversos setores da Semed e da UFT</li> <li>- Construção coletiva por parte da Comissão do PME e do FE-Palmas</li> </ul>
DATA (2012)	INSTRUMENTO	AÇÃO	SUJEITOS
Grupo Articulador para Instalação do FE Palmas Comissão para Organização e Sistematização do PME			
Agosto	Ata (site da Prefeitura)	Discussão do Projeto de Lei de instituição do Fórum Permanente da Educação de Palmas (FE-Palmas)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Grupo Articulador</li> <li>- Comissão PME</li> </ul>
Agosto a novembro	Ata (site da Prefeitura)	Discussão acerca da organização das Conferências Municipais de Educação e das Pré-Conferências	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Comissão PME</li> <li>- Membros FE-Palmas (ainda não nomeados)</li> </ul>
10 agosto	Lei nº 1.911/2012	Instituição legal do FE-Palmas	Prefeito Municipal
29 agosto	Ata (site da Prefeitura)	1ª Reunião do Grupo Articulador de instalação do FE Palmas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Comissão PME</li> <li>- Membros FE-Palmas (ainda não nomeados)</li> </ul>
13 setembro	Ata (site da Prefeitura)	2ª Reunião do Grupo Articulador de instalação do FE Palmas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Comissão PME</li> <li>- Membros FE-Palmas (ainda não nomeados)</li> </ul>
27 setembro		Lançamento público do FE-Palmas	<p>Auditório OAB</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Número de participantes: 164 na lista de presença.</li> <li>- Instituições representadas: UFT TJ, Associação de Moradores, FEITO, FPEJA, CONFENAPA, IFTO, instituições do ens. Médio, ens. fund. e ed. infantil públicas e privadas, FEE, CME, CMAE, UNES, Câmara Municipal, SEMED, CEE, Conselho</li> </ul>

			Conselho Estadual de Educação Indígena, Seduc, Sindicato das Escolas Privadas, escolas privadas, Semed, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Fórum Nacional de Educação, Unitins, Faculdade Católica do Tocantins, escolas e centros de educação infantil públicos e privados, dentre outras.
Outubro	Documentos orientadores	Encaminhamento de documento às instituições de educação básica – municipais e estaduais – e às IES em Palmas, para Estudos e Discussões, com base no PEE, PL PNE, Atas das Reuniões da Comissão do PME e materiais de estudo (disponíveis no site da Prefeitura construídos nas reuniões da Comissão).	Semed
DATA (2012)	INSTRUMENTO	AÇÃO	SUJEITOS
Comissão para Organização e Sistematização do PME Fórum Permanente da Educação de Palmas Conselho Municipal de Educação Conferência Municipal de Educação Técnicos Semed Colaboradores			
Outubro		Providências para a nomeação dos membros FE-Palmas	Semed
Novembro		- Distribuição do Documento Referência para as Comissões do FE-Palmas para análise e proposição em relação aos dados.	Comissão PME FE-Palmas

		<p>- Estimular e qualificar a discussão nas escolas e IES, com a participação da comunidade escolar (em sentido ampliado).</p> <p>- FE-Palmas: definição regimento interno e regimento da I Conferência Municipal de Educação; definição de ações para os próximos meses de 2012 e início de 2013</p>	
Novembro	Documento Referência	Plenária para Sistematização do Documento Referência, com as proposições das Comissões do FE, das UE (municipais, estaduais, federais) e das IES.	- Comissão PME - FE-Palmas
Novembro	Documento Referência	Redação final Documento Referência	- Comissão PME - FE-Palmas
9 novembro	Documento Conae 2014	Realização das Duas Pré-Conferências (para qualificação do debate/preparação inicial para a I Conferência).	- Comissão PME - FE-Palmas
28 e 29 novembro	Documento Referência e proposições das Pré-Conferências	Realização da I CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	- Comissão PME - FE-Palmas
DATA (2013)	INSTRUMENTO	AÇÃO	SUJEITOS
Comissão para Organização e Sistematização do PME Fórum Permanente da Educação de Palmas Conselho Municipal de Educação Conferência Municipal de Educação Técnicos Semed Colaboradores			
Fevereiro	Documento Referência e proposições da I Conferência	Realização da II CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	- Comissão PME - FE-Palmas

Fevereiro e Março	Lei e Documento do PME de Palmas	Sistematização do documento do PME de Palmas, para envio a Câmara de Vereadores	- Comissão PME - FE-Palmas
<p><b>Fórum Permanente da Educação de Palmas</b></p> <p>Conselho Municipal de Educação            Secretaria Municipal de Educação            Conselho Municipal de Alimentação Escolar            União Nacional dos Estudantes – Tocantins            União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - Tocantins            Universidade Federal do Tocantins            Fórum Permanente da Educação Infantil            Fórum Permanente da Educação de Jovens e Adultos            Instituto Técnico Federal do Tocantins            Fórum Estadual de Educação            Associação de Moradores da 305 Norte            Instituições de Ed. Infantil            Instituições de Ens. Fundamental            Instituições de Ens. Médio            Confederação Nacional das Associações de Pais e Mestres            Câmara Municipal            Tribunal de Justiça do Tocantins            Ministério Público Estadual            Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente</p>			



ANEXO II – Síntese das considerações expostas em reuniões de estudo realizadas pela Comissão para Organização e Sistematização do Plano Municipal de Educação de Palmas.

TEMA	Considerações (datas das reuniões e respectivos registros)
<p>1. Autonomia, competências e colaboração entre os entes federativos</p>	<p>1.1. Qual o papel do Município quanto aos níveis de ensino que não são de sua responsabilidade? Por que traçar metas para outros entes federados? (26/04/2012)</p> <p>1.2. Segundo documentos orientadores da Undime, do Programa de Formação dos Dirigentes Municipais de Educação - Pradime e do curso de Formação de Conselheiros, o Plano deve zelar pela educação ofertada aos munícipes, visto que esta impacta o desenvolvimento local. Assim, as metas de execução referentes aos níveis, etapas e modalidades que não sejam de competência municipal devem ser relativas ao acompanhamento, avaliação, articulação e acionamento das instâncias responsáveis. (08/05/2012)</p> <p>1.3. Dos objetivos e metas do ensino médio, acerca da competência do Estado, tanto a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional sinalizam para se trabalhar no regime de colaboração. (15/05/2012)</p> <p>1.4. É recomendável prever no PME a articulação e a colaboração entre União, Estado e Município na: a) avaliação periódica dos Planos Decenais de Educação (PNE, PEE e PME); b) celebração de parcerias entre as redes de ensino para: conhecimento e troca de experiência das práticas pedagógicas, articulação e continuidade dos conteúdos eletivos e formação integradas de professores; c) oferta de transporte escolar adequado e exclusivo para alunos do município, conforme suas necessidades físico-motoras e distâncias; d) proposição de programas de correção de fluxo escolar; e) criação de redes de proteção contra formas de exclusão e à evasão escolar; f) viabilização de mecanismos de apoio aos grêmios estudantis; g) estabelecimento da política de ampliação de vagas no ensino superior; g) diversificação dos cursos de formação (licenciaturas) de acordo com as demandas e necessidades educacionais do Município; h) utilização do trabalho de extensão universitária como forma de contribuir para o desenvolvimento socioeconômico e da qualidade de vida da população; h) expansão do estágio acadêmico, integrando seu caráter pedagógico e o aprendizado da experiência profissional, com contextualização curricular para a vida cidadã e para o trabalho; g) adequação da infraestrutura para atendimento à acessibilidade; i) levantamento das áreas com déficit de formação superior, considerando as inovações tecnológicas e as necessidades locais; j) realização estudos e pesquisas e de eventos formativos (fóruns, congressos, simpósios, etc), com elaboração de calendário integrado com as IES; l) no reordenamen-</p>

TEMA	Considerações (datas das reuniões e respectivos registros)
<p>1. Autonomia, competências e colaboração entre os entes federativos</p>	<p>to da rede para oferta da educação básica. (15/05/2012)</p> <p>1.5. É importante que haja, em cada sistema de ensino, promoção de atividades interativas entre escolas públicas e particulares, visando um maior entrosamento e troca de experiência na elaboração de padrões mínimos de qualidade. (15/05/2012)</p> <p>1.6. Boa parte dos municípios tocantinenses não tem sistema municipal constituído, mas cada um deles tem autonomia para analisar o quanto essa situação fragiliza o próprio sistema e decidir organizá-lo. (15/05/2012)</p> <p>1.7. A discussão quanto à organização do sistema municipal é indispensável, sendo necessário pensar quem irá assumir sua promoção e coordenação: Estado, União ou Ministério Público. Muitos municípios que não tem sistema de ensino constituído, mesmo sendo necessário fazê-lo a fim de lhe assegurar mais autonomia. Nesse sentido, destaca-se a necessidade de compreender o conceito de autonomia enquanto poder de decisão que esta está vinculada à competência e à legalidade dos atos, e como processo que prescinde de fases de assessoramento até a possibilidade de exercê-la plenamente. (15/05/2012)</p> <p>1.8. É necessário que Município e Estado, juntos, estimulem cursos na área tecnológica e, profissionalizante. (15/05/2012)</p> <p>1.9. Tanto a Rede Estadual quanto a Rede Municipal de Ensino são responsáveis pelo ensino fundamental (art. 211 da CF/88), sendo que a educação básica pública deve atender prioritariamente ao ensino regular. Na Rede Municipal soma-se ao ensino fundamental a oferta da educação infantil e, na rede estadual, a oferta do ensino médio. A atuação em outros níveis somente deverá acontecer após o pleno atendimento às etapas, níveis e modalidades que estão na competência de cada um dos entes federados. (29/05/2012)</p> <p>1.10. Há necessidade de se definir como se dará o regime de colaboração, quem vai fazer o que e como vamos colaborar.(05/06/2012)</p> <p>1.11. Na construção do PME, é preciso pensar na política de atendimento ao campo, com visão sistêmica da oferta educacional (em todos os níveis e modalidades de ensino), bem como da realidade e demandas da população. Nesse sentido, para o regime de colaboração ser realizado de forma adequada na oferta do ensino médio é preciso que se defina como este ocorrerá, firmando, em documento específico, as responsabilidades de cada ente federado, inclusive quanto aos custos dele advindos. É também importante associar à efetivação dessas ações de colaboração, o controle social quanto ao cumprimento dessas responsabilidades. (12/06/12)</p>

TEMA	Considerações (datas das reuniões e respectivos registros)
<p>2. Fundamentos para o Plano Municipal de Educação</p>	<p>2.1. O levantamento de dados educacionais, ou seja, o diagnóstico da realidade fornecerá indicadores para o planejamento decenal da educação. (26/04/2012)</p> <p>2.2. Perspectiva de Cidade Educadora (08/05/2012)</p> <p>2.3. De acordo com a Carta das Cidades (revista no III Congresso Internacional, Bolonha – 1994, e no de Gênova - 2004):  A diversidade é inerente às cidades atuais e prevê-se aumentar• ainda mais no futuro. Por esta razão, um dos desafios da cidade educadora é o de promover o equilíbrio e a harmonia entre identidade e diversidade, salvaguardando os contributos das comunidades que a integram e o direito de todos aqueles que a habitam, sentindo-se reconhecidos a partir da sua identidade cultural.  A cidade deverá• promover a educação na diversidade para a compreensão, a cooperação solidária internacional e a paz no mundo, uma educação que deve combater toda a forma de discriminação. Deverá• favorecer a liberdade de expressão, a diversidade cultural e o diálogo em condições de igualdade. Deverá• acolher tanto as iniciativas inovadoras como as da cultura popular, independentemente da sua origem e• contribuir para a correção das desigualdades que surjam então da promoção cultural, devido a critérios exclusivamente mercantis.  O ordenamento do espaço físico urbano deve estar atento às necessidades de acessibilidade, encontro, relação, jogo e lazer e duma maior aproximação com a natureza. A cidade educadora deve• conceder um cuidado especial às necessidades das pessoas com dependência física no planejamento urbanístico de equipamentos e serviços, a fim de lhes garantir um enquadramento amável e respeitador das limitações que podem apresentar sem que tenham que renunciar à maior autonomia possível.  O governo municipal dever• dotar a cidade de espaços, equipamentos e serviços públicos adequados ao desenvolvimento pessoal, social, moral e cultural de todos os seus habitantes, prestando atenção especial à infância e à juventude. (05/06/2012)</p> <p>2.4. A educação é um processo coletivo e social, envolve infraestrutura, saneamento, saúde, habitação, estruturação familiar entre outros. (15/05/2012)</p> <p>2.5. O novo PNE traz algumas marcas que devem estar presentes no PME: equidade, conceito mais amplo de igualdade (acesso, permanência e sucesso); diversidade; regime de colaboração e intersetorialidade. (15/05/2012)</p> <p>2.6. É importante destacar que a escola é locus estritamente pedagógico, mas também é locus privilegiado para ações intersetoriais que</p>

TEMA	Considerações (datas das reuniões e respectivos registros)
<p>2. Fundamentos para o Plano Municipal de Educação</p>	<p>contribuam com a melhoria da aprendizagem ao tempo em que efetivavam o foco de ação específico de cada política pública (saúde, assistência, esporte, cultura, etc). (15/05/2012)</p> <p>2.7. Na perspectiva de se efetiva a cidade educadora, é importante pensar, de forma intersetorial, a organização de toda a cidade como espaço educativo, expandindo a educação para além das escolas. (29/05/2012)</p> <p>2.8. Na construção do PME, há de se levar em conta, além das normas vigentes, os acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário e que redundaram em compromissos a serem cumpridos. Esses compromissos presumem o desenvolvimento de ações em todas as etapas e modalidades da Educação Básica e, da mesma forma, na formação e valorização de professores, no financiamento e na gestão desse nível de ensino, quais sejam:</p> <p>a) Declaração do Milênio das Nações Unidas (Nações Unidas para o Desenvolvimento – ONU), de 2000/Pacto para o Século 21 – com oito objetivos do Milênio, dentre eles “atingir o ensino básico universal”, tendo como meta: “Garantir que, até 2015, todas as crianças, de ambos os sexos, terminem um ciclo completo de ensino básico”;</p> <p>b) Conferência de Dacar (UNESCO, 2000) - Educação para Todos - com seis objetivos a serem alcançados até 2015: 1) reforçar e ampliar a participação da sociedade na ação educadora; 2) aumentar as oportunidades e a atenção educacional à diversidade de necessidades dos alunos; 3) aumentar a oferta da Educação Infantil e potencializar seu caráter educacional; 4) universalizar o Ensino Fundamental e médio, e melhorar sua qualidade; 5) oferecer um currículo significativo que assegure a aquisição das competências básicas para o desenvolvimento pessoal e o exercício da cidadania democrática; 6) aumentar a participação dos jovens no Ensino Médio, técnico-profissional e universitário; 7) favorecer a conexão entre a educação e o emprego por meio da educação técnico profissional; 8) oferecer a todas as pessoas oportunidades de educação ao longo da vida; 9) fortalecer a profissão docente; 10) ampliar o espaço ibero-americano do conhecimento e fortalecer a pesquisa científica.</p> <p>c) Documento Um Mundo para as Crianças, elaborado pela assembleia da ONU, onde estão prescritas metas para a educação, até 2015: 1) ampliar e melhorar o cuidado e a educação integral na primeira infância para meninos e meninas, sobretudo os mais vulneráveis; 2) reduzir em 50% o número de crianças em idade escolar, não matriculadas</p>

TEMA	Considerações (datas das reuniões e respectivos registros)
<p>2. Fundamentos para o Plano Municipal de Educação</p>	<p>e aumentar para 90% a taxa líquida de matrículas no curso primário ou em programas educacionais de educação primária não tradicionais; 3) eliminar as desigualdades entre os sexos no ensino primário e secundário e alcançar a igualdade entre os gêneros; 4) melhorar todos os aspectos da qualidade da educação para que as crianças e os adolescentes adquiram conhecimentos mensuráveis e comprováveis; 5) assegurar que as necessidades de aprendizagem de todas as crianças, adolescentes e jovens sejam alcançadas mediante o acesso a programas apropriados de ensino básico e de conhecimentos que os preparem para a vida.</p> <p>d) Dez metas educacionais dos países da Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI), definidas em 2008: 1) reforçar e ampliar a participação da sociedade na ação educadora; 2) aumentar as oportunidades e a atenção educacional à diversidade de necessidades dos alunos; 3) aumentar a oferta da Educação Infantil e potencializar seu caráter educacional; 4) universalizar o Ensino Fundamental e médio, e melhorar sua qualidade; 5) oferecer um currículo significativo que assegure a aquisição das competências básicas para o desenvolvimento pessoal e o exercício da cidadania democrática; 6) aumentar a participação dos jovens no Ensino Médio, técnico-profissional e universitário; 7) favorecer a conexão entre a educação e o emprego por meio da educação técnico profissional; 8) oferecer a todas as pessoas oportunidades de educação ao longo da vida; 9) fortalecer a profissão docente; 10) ampliar o espaço ibero-americano do conhecimento e fortalecer a pesquisa científica. (29/05/2012)</p> <p>2.9. No PME precisamos enquanto coletivo definir, de forma fundamentada, nossa concepção de educação, concepção de gestão, conceito de infância e criança. (29/05/2012)</p>

TEMA	Considerações (datas das reuniões e respectivos registros)
3. Gestão Democrática	<p>3.1. O Fórum Permanente da Educação Municipal - FE-Palmas é um importante mecanismo de envolvimento da sociedade no planejamento, acompanhamento e avaliação da política educacional. A sua ação se dará de forma interdependente e complementar ao Conselho Municipal de Educação, tendo como instância deliberativa a Conferência. (08/05/2012)</p> <p>3.2. Desde a redemocratização do Brasil falta vontade política para articular um compromisso com a educação, no geral as pessoas que assumem o poder não têm a educação como prioridade, os próprios movimentos sociais precisam ser reestruturados nessa questão. (15/05/2012)</p> <p>3.3. O Sistema Municipal de Educação precisa definir as normas da gestão democrática do ensino público em seu âmbito de atuação, de acordo com suas peculiaridades e princípios. (29/05/2012)</p> <p>3.4. É importante focar na busca de soluções para a efetivação da gestão democrática, adotada com concepção clara e efetivação equilibrada. Muitas vezes o autoritarismo do regime militar cede à postura liberal, <i>laissez faire</i><sup>39</sup>, este entendido equivocadamente como democracia. (05/06/2012)</p> <p>3.5. É importante que sejam definidos mecanismos de escuta às famílias, de maneira que estas exponham suas necessidades, mas para isso faz-se necessário firmar parcerias com outras secretarias e conselhos. (26/06/2012)</p> <p>3.6. O grande desafio é como chegar de fato a uma democracia consciente, focada tanto nos direitos quanto nas responsabilidades. (26/06/2012)</p> <p>3.7. A gestão da educação pública brasileira tem bases legais e princípios registrados na Constituição Federal de 1988 e na LDB (Lei 9.394/96 - Art. 14) Quanto à gestão democrática e à participação, temos ainda o PNE 2001-2010 (Lei nº 10.172/2001) e o novo PNE 2011-2020 (PL nº 8.035/2010); sendo que o último prevê na meta 19 “assegurar condições, no prazo de dois anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para essa finalidade”. (26/06/2012)</p> <p>3.8. Há falas sobre a comunidade não querer participar, mas é preciso verificar o porquê dessa situação. (26/06/2012)</p> <p>3.9. É preciso que se defina no PME a concepção de gestão que</p>

<sup>39</sup> *Laissez-faire* é uma expressão do liberalismo na versão capitalista de que o mercado deve funcionar livremente, sem interferência. No contexto da fala citada, significa passar do autoritarismo a uma postura de não responsabilização, de ausência de limites.

TEMA	Considerações (datas das reuniões e respectivos registros)
<p>3. Gestão Democrática</p>	<p>queremos: a) democrática e participativa (participar de todo o processo) e b) estratégica gerencial (participar da execução). Outro aspecto a ser trabalhado no plano é a questão da autonomia de gestão financeira associada à concepção de gestão. (26/06/2012)</p> <p>3.10. A gestão democrático-participativa pressupõe como ponto de partida alguns mecanismos, dentre eles: conselho para controle social dos recursos públicos, escolha de dirigentes escolares; criação de órgãos colegiados; conselho escolar; conselho de classe; associação de pais e mestres; grêmios estudantis; construção do projeto político-pedagógico; autonomia da escola. (26/06/2012)</p>



TEMA	Considerações (datas das reuniões e respectivos registros)
4. Qualidade da Educação	<p>4.1. Precisamos cuidar para não transferirmos a competitividade e a lógica do mercado para a educação cedendo à pressão de inserção precoce das crianças no ensino fundamental. A primeira infância é fundamental para consolidar as etapas subseqüentes do desenvolvimento da criança e, nesse processo, é importante a convivência. (05/06/2012)</p> <p>4.2. A educação infantil, no plano decenal da educação do município de Palmas, precisa ser pensada na perspectiva do melhor atendimento educacional à criança. (05/06/2012)</p> <p>4.3. Aponta-se, nesse sentido, a necessidade de um projeto educativo que abandone a visão crecheira/assistencialista para que a educação infantil seja plenamente atendida. Assim, devemos discutir essa questão com as famílias para que entendam a perspectiva educacional desse atendimento, sendo a Escola de Pais como uma possível estratégia. (05/06/2012)</p> <p>4.4. Embora se coloque, no PNE, a perspectiva de educação integral para a pré-escola (2ª fase da educação infantil) é preciso considerar a necessidade de priorizar o atendimento a toda a demanda e considerar, até mesmo na faixa etária da creche (1ª fase da educação infantil), a proposta de atendimento em tempo parcial, com jornada ampliada e em tempo integral, para que seja uma opção das famílias, sendo a consulta pública já mencionada um mecanismo para verificação dessa demanda. (05/06/2012)</p> <p>4.5. O atendimento em creche noturna não é educacional, mas tem a ver com as desigualdades sociais e as demandas delas provenientes; a educação infantil deve acontecer durante o dia. (05/06/2012)</p> <p>4.6. É importante definir tanto a periodicidade quanto as formas pelas quais a consulta pública para definição da demanda da educação infantil irá acontecer (proposta no novo Plano Nacional de Educação) ocorrerá no Município. (05/06/2012)</p> <p>4.7. O Fórum Permanente de Educação Infantil aponta como alternativa para o levantamento, periódico e mais apropriado, a ação intersectorial com a Secretaria de Saúde, com banco de dados compartilhado a respeito da quantidade de crianças nas casas visitadas pelos agentes de saúde, além da quantidade de crianças que nascem cujos pais residem em Palmas, a fim de projetar futuros atendimentos nessa etapa da educação básica. (05/06/2012)</p> <p>4.8. É importante destacar que a consulta deverá se aplicar apenas para o atendimento da faixa etária de zero a três anos, pois neste caso a matrícula é uma escolha da família, mas quando esta o requer o poder público tem o dever de atender. Contudo, o mesmo não se aplica</p>



TEMA	Considerações (datas das reuniões e respectivos registros)
4. Qualidade da Educação	<p>ao atendimento das crianças de quatro e cinco anos, pois este passou a ser obrigatório, ou seja, não há opção da família e nem do poder público; a partir de 2016 ambos são obrigados à efetivação da matrícula. (05/06/2012)</p> <p>4.9. Na educação básica e, mais precisamente, no ensino fundamental, é preciso dar ênfase ao “pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo”, pois estes potencializarão o desenvolvimento da capacidade de aprender, dando mais autonomia e base para o desenvolvimento de outros saberes. (29/05/2012)</p> <p>4.10. O currículo do ensino fundamental deve considerar o espaço, o tempo e o processo avaliativo para as crianças e, especificamente, para a faixa etária de seis, que não deixaram a fase da infância pelo ingresso nesse nível de ensino. (29/05/2012)</p> <p>4.11. É importante averiguar, junto à comunidade, a perspectiva da educação almejada, estabelecendo com clareza o conceito de criança e o conceito de infância, para delimitar os caminhos a serem percorridos de modo a lhes assegurar a efetivação de seus direitos. (29/05/2012)</p> <p>4.12. As estratégias, recursos e o Projeto Político Pedagógico – PPP devem ser revistos, de modo a contemplar as especificidades do público alvo, as metas e as concepções adotadas no PME. (29/05/2012)</p> <p>4.13. É preciso contemplar, no plano, estratégias quanto ao problema da distorção idade-série. (05/06/2012)</p> <p>4.14. A universalização das matrículas para os anos finais do ensino fundamental e para a oferta do ensino médio demanda ações mais complexas que a adequação da rede física, lotação de recursos humanos capacitados, construção de proposta pedagógica contextualizada, produção de material didático-pedagógico adequado, dentre outras. (29/05/2012)</p> <p>4.15. Recomenda-se que o PME preveja o acompanhamento, a estimulação, o apoio e a avaliação da oferta do ensino médio. (15/05/2012)</p> <p>4.16. Na organização dos cursos superiores é importante que sejam estabelecidos mecanismos de levantamento das demandas sociais locais. (22/05/2012)</p> <p>4.17. A UFT foi a primeira universidade federal a oferecer ações de políticas afirmativas, com o sistema de cotas para indígenas desde 2005. (12/06/2012)</p> <p>4.18. A Declaração de Salamanca, firmada entre 88 países e 25 organizações internacionais, já proclamava em 1994 que as escolas regulares com orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias e que alunos com necessidades</p>

TEMA	Considerações (datas das reuniões e respectivos registros)
4. Qualidade da Educação	<p>educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, tendo como princípio orientador que “as escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras” (BRASIL, 2006, p.330). (05/06/2012)</p> <p>4.19. Cabe aos sistemas de ensino, ao organizar a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, disponibilizar as funções de instrutor, tradutor/intérprete de Libras e guia-intérprete, bem como de monitor ou cuidador dos alunos com necessidades de apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras, que exijam auxílio constante no cotidiano escolar. (05/06/2012)</p> <p>4.20. Do nascimento aos três anos, o atendimento educacional especializado se expressa por meio de serviços de estimulação precoce, que objetivam aperfeiçoar o processo de desenvolvimento e aprendizagem em interface com os serviços de saúde e assistência social. Em todas as etapas e modalidades da educação básica, o atendimento educacional especializado é organizado para apoiar o desenvolvimento dos alunos, constituindo oferta obrigatória dos sistemas de ensino. Deve ser realizado no turno inverso ao da classe comum, na própria escola ou centro especializado que realize esse serviço educacional. (05/06/2012)</p> <p>4.21. Na modalidade de educação de jovens e adultos e educação profissional, as ações da educação especial possibilitam a ampliação de oportunidades de escolarização, formação para ingresso no mundo do trabalho e efetiva participação social. (05/06/2012)</p> <p>4.22. Na educação superior, a educação especial se efetiva por meio de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos alunos. Estas ações envolvem o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvam o ensino, a pesquisa e a extensão. (05/06/2012)</p> <p>4.23. Trabalhar com a educação especial, na perspectiva inclusiva, requer investimentos e mudanças culturais na sociedade, na família e na comunidade escolar. O professor precisa estar preparado para trabalhar com a inclusão, sendo também necessário suporte para a realização desse trabalho. Por isso, é essencial pensar no conceito de Educação Especial, ou seja, como se compreende este sujeito a ser atendido, para que o Plano Municipal de Educação contemple todas as suas reais necessidades. É preciso garantir o atendimento educacional especializado desde a educação infantil até a educação superior, tor-</p>

TEMA	Considerações (datas das reuniões e respectivos registros)
4. Qualidade da Educação	<p>nando-se primordial refletir sobre os mecanismos que serão utilizados. (05/06/2012)</p> <p>4.24. Também é necessário pensar em qualidade, em currículo, proposta pedagógica/projeto político pedagógico que contemplem os parâmetros da aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais (alunos com deficiência física, motora, sensorial, intelectual, múltiplas; transtornos globais do desenvolvimento; com altas habilidades/superdotação). (05/06/2012)</p> <p>4.25. Assim, na perspectiva de buscar a concretização da concepção de cidade educadora, fazem-se necessárias ações intersetoriais, com estratégias que prevejam o acionamento de todas as instâncias, para que todos os espaços da cidade se organizem no atendimento e na inclusão das pessoas com deficiência, com acessibilidade nos espaços de comércio, lazer, órgãos públicos e outros. (05/06/2012)</p> <p>4.26. Os movimentos sociais resgataram as discussões sobre o campo, o êxodo rural e os problemas sociais oriundos desse processo. Assim, forçaram a pensar uma política pública de educação do campo. Destaca-se, nesse sentido, o conceito de campo como espaço de relações sociais e o termo rural como espaço geográfico para a produção. (05/06/2012)</p> <p>4.27. O atendimento à educação do campo, que é uma modalidade específica, requer realização de prévia consulta pública aos interessados, ou seja, os moradores do campo, visando dessa forma conhecer a realidade para responder adequadamente aos anseios e necessidades da população campestre. Abrir espaço para dialogar com a população campestre tem sido o caminho para melhoria que vem acontecendo em Palmas. Nesse sentido, é importante apontar no plano as possíveis formas para a consulta pública, assegurando que a população seja ouvida em relação às suas necessidades, no que se refere aos diversos níveis e modalidades, bem como às alternativas para saná-las. (12/06/12)</p> <p>4.28. Na oferta da educação do campo é preciso pensar na forma de lidar com as situações conflituosas às vezes geradas pelo atendimento de filhos de fazendeiros e filhos de militantes do Movimento dos Sem Terra – MST em uma mesma escola.</p> <p>4.29. É preciso planejar a rede física necessária para o atendimento da demanda do campo, sem que haja necessidade da população campestre migrar para a zona urbana em busca de escolas. (12/06/12)</p> <p>4.30. É necessário pensar: a) na identidade da escola do campo, construindo o perfil identitário atual do homem do campo que reside em Palmas, buscando realizar o levantamento do perfil socioeconômi-</p>

TEMA	Considerações (datas das reuniões e respectivos registros)
4. Qualidade da Educação	<p>co, familiar e cultural dos alunos; b) o conceito de unidade na diversidade, o que deve ser comum e específico; c) como vincular a educação do campo e a atuação de políticas intersetoriais que atendam a demanda dessa população. (12/06/12)</p> <p>4.31. O atendimento à criança do campo requer pensar em: concepção, tempo e cultura. Existem dificuldades para a oferta à educação infantil no campo, pois muitas vezes o aluno percorre uma grande distância de onde mora até o ponto do ônibus. É importante pensar em estratégias que provoquem a ação intersetorial e que contemple a resolução dos problemas das vias vicinais danificadas e dos trajetos que ficam interrompidos, pois muitas vezes embora tenha o transporte escolar, os alunos ficam sem ter como chegar à escola por problemas nas vias de acesso. Pode se pensar na elaboração e aplicação de indicadores que apontem a qualidade dos transportes escolares oferecidos, em Palmas. (12/06/12)</p> <p>4.32. É necessário assegurar o atendimento aos alunos do campo no ensino médio, assim como a inserção das crianças do campo com necessidades especiais na educação básica, lembrando que a ênfase deve ser a garantia da oferta da educação básica. (12/06/12)</p> <p>4.33. A partir de 1991, a educação indígena saiu da Funai e o MEC tornou-se responsável pela definição e coordenação das políticas a serem executadas pelas Secretarias Estaduais de Educação. (12/06/12)</p> <p>4.34. Em razão de a UFT dar acesso para diversos cursos superiores, o Estado do Tocantins ainda recebe outras etnias. Assim, o desafio é o atendimento, sobretudo para uma educação convergente com as necessidades dos indígenas, que não os descaracterize. (12/06/12)</p> <p>4.35. São direitos educacionais dos povos indígenas, dentre outros: a) educação intercultural, bilíngue/multilíngue específica, diferenciada e comunitária; b) direito ao ensino escolar na língua originária, assegurada em toda educação básica; c) acesso a conhecimentos e tecnologias importantes para a cidadania; d) participação e decisão sobre a organização e funcionamento da escola junto ao sistema de ensino. (12/06/12)</p> <p>4.36. Para contemplar a diversidade cultural é preciso trabalhar com especificidades pedagógicas: proposta pedagógica e curricular, calendário escolar, formação de professores, processos participativos, gestão escolar, materiais didáticos relevantes culturalmente, gestão da merenda, gestão democrática do ensino com foco nessa diversidade. (12/06/12)</p> <p>4.37. Pensar na oferta da educação infantil nas escolas indígenas</p>

TEMA	Considerações (datas das reuniões e respectivos registros)
4. Qualidade da Educação	<p>ainda é um desafio, pois a cultura é diferenciada. No Município, considerando que não há escolas indígenas, o desafio é verificar como trabalhar com a diversidade. Algo a se pensar sobre a possibilidade de promover a formação de professores para atuar com alunos indígenas; contudo, considerando as dificuldades para atender essa demanda, visto que: os poucos alunos indígenas estão esparsamente distribuídos (são poucos alunos atendidos em cada escola oriundos de diversos povos) e as diretrizes da educação indígena definem que o aluno deverá ser alfabetizado na língua materna. (12/06/12)</p> <p>4.38. Os conceitos de meio ambiente, sustentabilidade, diversidade devem ser trabalhados na perspectiva (inter) transdisciplinar, visando mudanças de atitude. A preservação do meio ambiente e a sustentabilidade devem ser trabalhadas com as crianças com ações cotidianas e contextualizadas. (12/06/12)</p> <p>4.39. O Ministério da Educação - MEC trabalha na perspectiva da gestão do currículo e do espaço, assim é essencial que a comunidade do cerrado perceba o seu potencial, bem como o pertencimento ambiental enquanto espaço, voltando-se para a Pedagogia da Integridade, do Cuidado e do Diálogo. (12/06/12)</p> <p>4.40. Nesse sentido, é importante pensarmos na necessidade de construirmos edificações sustentáveis e, considerando o conceito de cidade educadora, é preciso promover o envolvimento de outras pastas para que as demais edificações contemplem esse princípio. (12/06/12)</p> <p>4.41. A educação do campo também precisa pensar na lógica da sustentabilidade no que se refere ao lixo produzido na zona rural, à necessidade de reaproveitamento da água, esgoto e outros. No PME precisamos estar atentos aos desafios de: a) desenvolver um processo de ensino-aprendizagem baseado no saber significar, interpretar e conferir lógica de forma crítica ao contexto das questões ambientais numa sociedade pautada pela perspectiva da exploração acelerada dos recursos naturais e do trabalho humano, gerando concentração de riquezas e desigualdades socioambientais; Sensibilizar indivíduos e a sociedade em geral, em relação ao meio ambiente, para que, sensibilizados, possam mudar valores e, conseqüentemente, comportamentos (Dias, 1992). b) abordar a problemática ambiental em seu sentido social mais amplo, integrando as diversas áreas do conhecimento que se articulam como conteúdos disciplinares trabalhados nas escolas. Nesse sentido, são apresentadas pelo Núcleo de Educação Ambiental propostas de trabalhar com: a) princípios de qualidade ética e estética de uma visão crítica da ciência e cultura, permitindo a inclusão social e intelectual dos</p>

TEMA	Considerações (datas das reuniões e respectivos registros)
<p>4. Qualidade da Educação</p>	<p>alunos, a partir de uma visão mais globalizadora da questão ambiental como propiciadora do pleno exercício da cidadania; b) abordagem dos temas ambientais, feita não apenas na transmissão do conhecimento, mas na valorização e resgate do conhecimento prévio, possibilitando uma aprendizagem significativa, na qual aproximemos os conceitos da realidade dos alunos. (12/06/12)</p> <p>4.42. É importante pensar em propostas de direito de aprendizagem e a expectativa de aprendizagem para cada série do ensino fundamental conectado com o ensino médio (e vice-versa), envolvendo as famílias de maneira que possam conhecer o que será observado em relação à aprendizagem dos seus filhos até o final do ano. (15/05/2012)</p>



TEMA	Considerações (datas das reuniões e respectivos registros)
<p>5. Formação e Valorização dos Profissionais da Educação</p>	<p>5.1. Os cursos de licenciatura devem ter estreita relação com a prática pedagógica em todos os períodos, tendo um trato curricular que prepare o professor para mediar o processo de alfabetização e para a utilização da didática necessária à efetivação do processo de ensino-aprendizagem. (22/05/2012)</p> <p>5.2. É importante que a formação inicial e continuada dos professores contemple as didáticas e as adequações curriculares para a infância e, especificamente, para as crianças de 6 anos que passaram a ser atendidas no ensino fundamental de nove anos. (29/05/2012)</p> <p>5.3. É importante que a formação dos profissionais da educação infantil e demais etapas, níveis e modalidades se dê a partir da problematização da prática pedagógica desses profissionais, bem como da respectiva etapa, nível ou modalidade. (05/06/2012)</p> <p>5.4. A seleção interna dos professores que atuarão no campo (bem como na educação infantil) é uma questão a ser analisada. (12/06/12)</p> <p>5.5. A permanência dos professores na educação do campo em Palmas aumentou com as mudanças, estruturais e formais, em suas condições de trabalho, quais sejam: o tempo de hora-atividade e a organização curricular são favoráveis ao planejamento coletivo, na ida à escola há transporte específico para levá-lo, como a escola do campo é de tempo integral, o almoço é realizado na própria instituição. (12/06/2012)</p> <p>5.6. A Universidade Federal de Goiás - UFG tem um grande acervo de pesquisa dos povos indígenas, além de ofertar a licenciatura intercultural indígena para professores indígenas do estado do Tocantins, através de um convênio entre Seduc, Funai e UFG. (12/06/2012)</p> <p>5.7. No Tocantins, atualmente, existem cerca trezentos e cinquenta (350) professores indígenas e existe uma proposta para que a UFT assumisse essa formação em nível superior. (12/06/2012)</p> <p>5.8. O Plano Nacional de Educação-PNE de 2001-2011 foca a questão do financiamento e da formação dos profissionais (uma necessidade na época); o novo PNE foca mais remuneração e Plano de Carreira, tendo em vista a necessidade de estimular e sistematizar uma perspectiva de continuidade para vida profissional dos educadores. (20/09/2012)</p> <p>5.9. Um dos desafios do PME é contemplar uma estratégia em que haja um levantamento preciso quanto à formação dos profissionais (tanto na rede pública quanto privada), constatando a necessidade de formação superior específica de acordo com a atuação, talvez com um levantamento censitário periódico. (20/09/2012)</p> <p>5.10. O Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR, que é um programa de formação inicial e continuada</p>

TEMA	Considerações (datas das reuniões e respectivos registros)
<p>5. Formação e Valorização dos Profissionais da Educação</p>	<p>(presencial e à distância), tem buscado levantar a demanda de formação da rede pública, com base na manifestação de interesse dos profissionais. Contudo, nem todos os cursos demandados são ofertados, pois atualmente apenas a Universidade Federal do Tocantins conseguiu credenciamento para esse fim e, embora haja um grande esforço no sentido de viabilizá-los nem sempre há essa condição. (20/09/2012)</p> <p>5.11. O Plano Municipal de Educação deve contemplar uma estratégia que assegure no âmbito de sua abrangência a concretização da meta 15.6 do novo PNE no que se refere à renovação didática dos cursos de licenciatura, com distribuição da carga horária entre saberes gerais, saberes específicos e as didáticas. A promoção de ciclos de debate, coordenado preferencialmente pelo FE-Palmas, junto às Universidades, Secretarias de Educação, e profissionais da educação. (20/09/2012)</p> <p>5.12. No meio sindical, atualmente, se busca a utilização do termo educador para todos os profissionais da educação, considerando que embora o professor seja regente do processo de ensino-aprendizagem, todos que trabalham na escola, independente da função que exercem, devem ser educadores. Nesse sentido, a formação (inicial e continuada) a ser ofertada para todos deve contemplar essa dimensão, a exemplo dos cursos ofertados por meio do Programa de Formação Inicial em Serviço dos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público - (Profuncionário), instituído pelo governo federal em 2007. (20/09/2012)</p> <p>5.13. Seria interessante sistematizar parcerias com o sistema “S” e Instituto Técnico Federal, no sentido de dar continuidade à formação daqueles que atuam nas áreas de suporte (limpeza, preparo de alimentos, etc). (20/09/2012)</p> <p>5.14. O novo PNE estabelece a equiparação salarial com outros profissionais de formação equivalente, contudo não prevê sanção para aqueles que não o fizeram. Essa é uma situação que se estende a todo o projeto de lei. A Lei de Responsabilidade Educacional seria uma saída para essa definição, assegurando o cumprimento das metas. (20/09/2012)</p> <p>5.15. Há de se definir formas de acompanhamento do cumprimento das metas de formação e valorização dos profissionais da educação também na rede privada. (20/09/2012)</p> <p>5.16. É preciso pensar estratégias que contemplem, dentro da política de valorização, programa, planos e/ou auxílio saúde, auxílio transporte em pecúnia. (20/09/2012)</p> <p>5.17. A oferta de cursos de extensão e aperfeiçoamento precisa ser assegurada, sendo necessário pensar em formas de promovê-la, continuamente. (20/09/2012)</p>



TEMA	Considerações (datas das reuniões e respectivos registros)
<p>5. Formação e Valorização dos Profissionais da Educação</p>	<p>5.18. Considerando os benefícios e vantagens do atual Plano de Cargos, Carreira e Remuneração da Rede Pública Municipal de Ensino, os profissionais de nível médio têm condições de progredir verticalmente quando concluem nível superior. Apesar da necessidade de algumas alterações, o atual PCCR da Rede Municipal de Ensino pode ser considerado um bom plano, pois inclui todos os profissionais e garante direitos iguais, assegurando progressão vertical e horizontal a todos os educadores. (20/09/2012)</p>

TEMA	Considerações (datas das reuniões e respectivos registros)
6. Financiamento da Educação	<p>6.1. Uma das problemáticas do financiamento está na definição do Custo Aluno Qualidade Inicia (CAQi), visto que o ensino médio tem um valor mais alto que o da educação infantil, etapa que tem proporção maior de professores e espaço por educandos além de tantas outras demandas específicas que requerem um maior financiamento. (05/06/2012)</p> <p>6.2. Uma alternativa para expansão de matrículas na educação infantil seria a promoção de incentivos fiscais para empresas privadas que mantiverem educação infantil aos filhos de servidores, conforme os padrões estabelecidos pela legislação educacional. (05/06/2012)</p> <p>6.3. A oferta da educação do campo está intrinsecamente vinculada aos problemas sociais e à sustentabilidade em seu financiamento (organização, transporte, distribuição dos recursos e aquisição de materiais). (12/06/2012)</p> <p>6.4. Considerando a necessária articulação entre os planos decenais, é importante destacar que a meta vinte do novo PNE prevê ampliar, em regime de colaboração, o investimento público direto em educação definindo o percentual mínimo do Produto Interno Bruto do País a ser investido em educação, tendo como estratégias: garantir fontes de financiamento permanentes e sustentáveis; aperfeiçoar e ampliar os mecanismos de acompanhamento da arrecadação da contribuição social do salário-educação; destinar, cinquenta por cento dos recursos da União, resultantes do Fundo Social do Pré-sal; fortalecimento de mecanismo e instrumento de transparência e o controle social; indicadores de investimentos e de custo aluno; custo aluno qualidade inicial (CAQi); normas de cooperação regulamentadas; complementação de recursos financeiros. (26/06/2012)</p> <p>6.5. É importante verificar como o salário-família recebido pelo Estado e pelo município de Palmas entra na composição do percentual de investimento na educação. Na construção do PME poderá ser estabelecido um novo rumo para o financiamento da educação, por exemplo, definindo um percentual de taxas a ser vinculado com investimento em educação, visto que a Constituição Federal prevê apenas o percentual mínimo da arrecadação de impostos. (26/06/2012)</p> <p>6.6. Há um grande debate nacional em relação ao cálculo do piso salarial: INPC + 50% do crescimento do Fundeb (CNTE), CAQi ou INPC. (20/09/2012)</p> <p>6.7. A manutenção da política de formação e valorização dos profissionais da educação exige investimento maior que os 25% previstos constitucionalmente, considerando que outras demandas também pre-</p>

TEMA	Considerações (datas das reuniões e respectivos registros)
6. Financiamento da Educação	<p>cisam ser contempladas (construção e manutenção da infraestrutura, equipamentos, materiais pedagógicos, etc).</p> <p>6.8. No PME, podem ser sinalizados como diferenciais: a) compromisso no que se refere ao financiamento além dos 25% constitucionalmente determinados; b) percentual de outros impostos e taxas; c) exclusão de despesas vinculadas à MDE: inativos e cargos em desvios de função; gastos com outras atividades educacionais e culturais diferentes daquelas relacionadas às creches, pré-escolas e ensino fundamental; atendimento à população não vinculada ao Município; d) controle social: processo de gestão democrática da educação abrangendo o planejamento (diagnóstico para aplicação de recursos), desenvolvimento e avaliação; descentralização dos recursos do Fundeb para a escola. (26/06/2012)</p>